

Universidade Federal Fluminense



Papéis além do tempo:

trajetória e significados da coleção Pedro de Angelis

Rodrigo Noronha

2025

Universidade Federal Fluminense

Programa de Pós-graduação em História

Curso de Mestrado

Matrícula: M008.123.020

Rodrigo Noronha

Papéis além do tempo:
trajetória e significados da coleção Pedro de Angelis

Material da defesa de Mestrado a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como pré-requisito para obtenção do grau de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Nunes Bentes Monteiro

NITERÓI

2025

Comissão examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro (UFF)

Orientador

Prof.ª Dr.ª María Verónica Secreto de Ferreras (UFF)

Prof.ª Dr.ª Maria Elisa Noronha de Sá (PUC-Rio)

Niterói

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

N852p Noronha, Rodrigo
Papéis além do tempo : trajetória e significados da
coleção Pedro de Angelis / Rodrigo Noronha. - 2025.
161 f.

Orientador: Rodrigo Nunes Bentes Monteiro.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Instituto de História, Niterói, 2025.

1. Coleção Pedro de Angelis. 2. Recepções históricas. 3.
Formas textuais. 4. Produção intelectual. I. Monteiro,
Rodrigo Nunes Bentes, orientador. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

Resumo

Esta dissertação investiga as múltiplas recepções da coleção Pedro de Angelis em três contextos históricos distintos, analisando como seus documentos foram ressignificados ao longo do tempo. Inicialmente, entre 1835 e 1839, De Angelis organizou a coleção na região do Rio da Prata, que serviu para legitimar a posse territorial sob o regime rosista. Em 1853, vendida ao Império do Brasil, foi apropriada pelos Saquaremas, como os futuros viscondes de Uruguai e Rio Branco, em projetos de soberania nacional. No século XX, com Jaime Cortesão, serviu ao nacionalismo de cunho varguista, consolidando uma narrativa de formação territorial brasileira. Realizada a partir de fontes digitalizadas online, a pesquisa, no entanto, destaca as diferenças entre manuscritos, impressos e cópias digitais, enfatizando como as formas textuais influenciam os significados históricos. Explora assim a coleção como um constructo dinâmico, refletindo demandas políticas e culturais de cada época.

Palavras-chave: Coleção Pedro de Angelis, recepções históricas, formas textuais

Abstract

This dissertation investigates the multiple receptions of the Pedro de Angelis collection in three distinct historical contexts, analyzing how its documents were reinterpreted over time. Initially, between 1835 and 1839, De Angelis organized the collection in the Río de la Plata region, where it served to legitimize territorial possession under the Rosas regime. In 1853, after being sold to the Brazilian Empire, it was appropriated by the Saquaremas, such as the future Viscounts of Uruguay and Rio Branco, in national sovereignty projects. In the 20th century, under Jaime Cortesão, it served Vargas-era nationalism, consolidating a narrative of Brazilian territorial formation. Conducted using digitized online sources, the research, however, highlights the differences between manuscripts, printed materials, and digital copies, emphasizing how textual forms influence historical meanings. It thus explores the collection as a dynamic construct, reflecting the political and cultural demands of each era.

Keywords: Pedro de Angelis Collection, historical receptions, textual forms

As coleções unem. As coleções isolam. Elas unem os que amam a mesma coisa. (Mas ninguém ama como eu; o bastante.) Elas isolam dos que não compartilham essa paixão. (Infelizmente, quase todos.) Então vou tentar não falar sobre o que mais me interessa. Falarei sobre aquilo que interessa a você. Mas isso me fará lembrar, muitas vezes, daquilo que não posso compartilhar com você.

Susan Sontag

Sumário

Agradecimentos	8
Introdução	9
Capítulo 1 - A coleção e o colecionador	
1.1. Documentos como pontes	12
1.2. Documentos como transporte	42
Capítulo 2 - Diplomacia em ação	
2.1. Processos paralelos	58
2.2. Impressos úteis e valiosos	64
2.3. Tensões e trajetórias	80
2.4. Manuscritos notáveis	90
Capítulo 3 - A formação do território brasileiro	
3.1. Na guerra fria	103
3.2. Republicano no exílio	104
3.3 Na biblioteca e no palácio	106
3.4. Apropriação singular	110
3.5. Bandeirantes e jesuítas	117
3.6. Confluindo para o tratado	118
3.7. Dono dos documentos	126
Conclusão	151
Fontes e bibliografia	154

Agradecimentos

Chegar ao final desta dissertação é mais que fechar um ciclo acadêmico — é reconhecer as mãos que me sustentaram e os corações que me guiaram ao longo desse caminho. Não há palavras que cheguem aos pés do que sinto, mas vou tentar expressar minha gratidão a quem fez essa jornada possível.

À minha mãe, Glória, o primeiro e mais profundo agradecimento. Mãe solo desde 1996, quando minha avó nos deixou, ela me criou com um amor e um carinho que não se explicam, só se sentem. Foi ela quem me educou, me preparou para enfrentar a vida com coragem e ternura. Tudo que conquisto carrega as marcas do que ela me ensinou. Obrigado, mãe, por ser meu porto seguro e inspiração.

À minha esposa, Lohanna, minha parceira de todas as horas, não tenho como medir o quanto sua presença fez diferença. Companheira rara, com quem divido os dias bons e os desafiadores, tu tornaste essa caminhada mais leve e cheia de sentido. É um privilégio compartilhar a vida contigo, e essa dissertação também é tua, porque teu apoio foi o chão onde pisei firme. Obrigado por estar ao meu lado, sempre.

Ao meu orientador, Rodrigo Bentes Monteiro, um agradecimento especial por ser muito mais que um profissional exemplar — um ser humano ímpar. Sempre solícito, disposto a ajudar, você foi essencial para o meu crescimento nesse processo. Sua paciência, conselhos e dedicação mostraram-me o que é orientar com alma, e só cheguei até aqui por causa do seu suporte incansável. Obrigado por acreditar no meu trabalho e me guiar com tanta generosidade. Agradeço também à Capes pela bolsa recebida durante o curso.

Às professoras Máisa e Verónica Secreto, que integram a banca avaliadora e foram fundamentais nessa trajetória. Pelas orientações em leituras, pelos livros emprestados, pelas conversas que me ajudaram a enxergar mais longe e, claro, por aceitarem o convite para fazerem parte do exame de qualificação e deste momento, o meu muito obrigado. A participação de vocês enriqueceu demais esse processo, sou grato por toda a ajuda que me ofereceram.

A todos vocês, meu coração transborda de gratidão. Essa dissertação é minha, mas é também dos que me carregaram até aqui.

Introdução

A história, enquanto campo de conhecimento, não se limita à mera reconstrução de eventos passados, mas se constitui como um processo vivo, atravessado por escolhas, intenções e contextos que moldam os sentidos atribuídos ao que foi preservado. Foi nesse espírito que meu contato com os documentos da coleção Pedro de Angelis se iniciou, ainda nos tempos da graduação quando, para a elaboração da minha monografia de final de curso, mergulhei na figura de Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Esse personagem, central na construção do Rio de Janeiro seiscentista e nas redes de poder que conectavam a praça fluminense às capitânicas do sul e ao mundo colonial ibérico, abriu-me as portas para um universo documental que ultrapassava os limites de uma trajetória individual. Já no mestrado, decidi dar continuidade a essa investigação, agora com o foco nas dinâmicas de poder e redes comerciais envolvendo a família Sá no triângulo Rio-São Paulo-Guairá, um circuito marcado por intensas transações, disputas territoriais e o apresamento indígena voltado à produção açucareira. A coleção Pedro de Angelis, com seus ricos manuscritos, impressos e mapas, revelou-se então ser não apenas uma fonte indispensável para aquele projeto inicial, mas um objeto de estudo em si mesma, cujas "leituras" em diferentes momentos refletem as tensões e aspirações de indivíduos e sociedades que a receberam e interagiram com ela. Assim, em conversas e acordos com meu orientador, entendemos que seria interessante seguir pelo caminho da trajetória deste valioso *corpus* documental, fazendo a coleção ser protagonista desta investigação.

Cabe ressaltar que esta pesquisa foi quase integralmente conduzida a partir de fontes digitalizadas disponíveis on-line. Frequentei a seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil (BNB) no primeiro ano do mestrado, folheando e tendo contato com vários manuscritos. No entanto, acontecimentos externos impediram a continuidade da consulta presencial aos originais abrigados nesta instituição, bem como a outros acervos no Rio de Janeiro, como o arquivo do Palácio do Itamaraty. Por outro lado, também devido à monumentalidade do *corpus* a ser pesquisado, no fundo incompatível com o prazo deste mestrado, optei por potencializar a análise das compilações impressas de documentos e catálogos feitos ao longo do tempo sobre a referida coleção, a maioria desses mediante cópias digitais. Tal abordagem permitiu um

acesso ampliado e eficiente ao conteúdo do acervo pelas lentes das suas recepções e significados adquiridos.

Esse percurso investigativo ganhou novos contornos com a leitura da tese de Deise Cristina Schell, uma referência incontornável para quem se dedica à coleção que leva o nome do erudito napolitano¹. Schell analisa a trajetória de De Angelis como colecionador no contexto do Rio da Prata, destacando como sua biblioteca e acervo documental, forjados durante o segundo governo de Juan Manuel de Rosas, se tornaram instrumentos de poder e prestígio, além de serem um reflexo do "comércio da história" que caracterizou o século XIX. Embora o meu trabalho dialogue com essa perspectiva, ele se diferencia ao priorizar as recepções da coleção em outros momentos, para além da figura de seu autor/coleccionador ou dos processos de formação do seu acervo particular e precioso. Enquanto Schell focaliza o colecionador e as circunstâncias de montagem daquele conjunto de fontes, minha dissertação busca explorar como esses documentos foram ressignificados ao longo do tempo — do rosismo oitocentista à historiografia do Brasil imperial e, posteriormente, ao nacionalismo do século XX —, revelando as camadas de significado que emergem de suas "leituras" em contextos diversos. Assim, a coleção deixa de ser apenas um repositório de papéis para se transformar em um espelho das demandas políticas, culturais e identitárias de contextos que lidaram com ela, pois os papéis sobrevivem ao tempo.

Partindo dessa premissa, esta dissertação propõe um caminho mais atento às múltiplas recepções da coleção Pedro de Angelis, contextualizando-as em três momentos distintos que estruturam os capítulos aqui apresentados. O primeiro capítulo explora os sentidos iniciais atribuídos aos documentos por De Angelis no contexto do Rio da Prata entre 1835 e 1839, período em que os seis tomos da *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata* foram publicados. Com base em fontes como os próprios catálogos de De Angelis e obras de autores coloniais como Rui Díaz de Guzmán, analiso como esses papéis foram mobilizados para legitimar a posse territorial platina sob o regime rosista, funcionando como pontes entre o passado e aquele presente, como instrumentos de transporte de uma memória específica. O

¹ SCHELL, Deise Cristina, *Entre coleções e arquivos: Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais (Buenos Aires 1835-1852)*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tese de doutorado em História, Porto Alegre, 2018, p. 148. Disponível em: [Entre coleções e arquivos : Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais \(Buenos Aires, 1835-1852\)](#) Acesso em: 25/03/2025.

segundo capítulo volta-se para a venda da coleção ao Império do Brasil em 1853 e sua ressignificação no âmbito da política imperial, especialmente pelas mãos dos Saquaremas, com destaque para as figuras dos futuros viscondes de Uruguai (Paulino José Soares de Sousa) e Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos). Utilizando fontes como os manuscritos e impressos da coleção, além de registros diplomáticos da época, examino como esses documentos foram apropriados para sustentar projetos de consolidação territorial e soberania nacional no Brasil oitocentista, refletindo as tensões e aspirações de um império em afirmação. Por fim, o terceiro capítulo aborda a recepção da coleção no século XX, com ênfase no projeto editorial de Jaime Cortesão e no nacionalismo forte desde a era varguista, que buscava consolidar uma narrativa de formação territorial brasileira, inserido num contexto pós-guerra. Neste ponto, os documentos sobre bandeirantes, jesuítas e o Guairá — como os relatos de Antônio Raposo Tavares e os registros missionários organizados por Cortesão — ganham destaque, evidenciando como a coleção foi mobilizada para sustentar a ideia de um Brasil luso-brasileiro em expansão contínua desde o período colonial.

A análise dessas "leituras" é complementada por uma bibliografia mais atualizada, que problematiza as narrativas tradicionais e enriquece a compreensão das dinâmicas fronteiriças. Assim, ao longo destes três capítulos, a dissertação revisita a coleção Pedro de Angelis como *corpus* documental e a investiga como um arranjo histórico cujos significados se renovam a cada nova apropriação, refletindo os projetos e disputas de pessoas e sociedades que a acolheram e com ela lidaram.

Capítulo 1

A coleção e o colecionador

Documentos como pontes

A coleção nasce, muitas vezes, do reconhecimento antes mesmo da descoberta. Um gesto que retira do esquecimento fragmentos dispersos, conferindo-lhes novo sentido ao reuni-los sob um mesmo critério, um mesmo olhar. No caso dos documentos históricos, esse processo de coleta e organização não apenas resgata papéis outrora negligenciados, mas os transforma em testemunhos que passam a ser vistos como fundamentais para a compreensão do passado. A reunião desses materiais, inicialmente dispersos e sem aparente valor, os eleva a um novo status, pois aquilo que era ignorado passa a ser desejado, estudado, disputado. Ao serem catalogados e publicados, os documentos tornam-se referências, perdem a condição de peças avulsas e assumem a de alicerces de uma narrativa mais ampla, muitas vezes moldada pelo colecionador e pelo tempo em que ele próprio esteve inserido. No ato de reunir, preservar e divulgar, a coleção não apenas dá visibilidade ao que antes era marginal, mas redefine o que é digno de memória¹.

O ano de 1827 reservara a Pedro de Angelis uma viagem que mudaria sua vida. Convidado pelo então presidente Bernardino Rivadavia, De Angelis aporta no Rio da Prata para encabeçar um movimento ilustrado de construção histórica da região platina. Durante toda a sua trajetória no extremo sul do continente americano, além de outras tantas atividades, Pedro de Angelis colecionou. Com a intenção de estabelecer uma base sólida para a história das Províncias do Rio da Prata, os documentos reunidos tratam da administração colonial, questões territoriais e fronteiras, além de missões jesuíticas e mapas das terras recentemente conquistadas, papéis concentrados, mormente, entre os séculos XVI e XIX.

Pedro de Angelis nasceu em Nápoles em 20 de junho de 1784 durante o reinado de Fernando IV, em uma família de classe média. As informações sobre sua vida na Europa são escassas, fragmentadas e por vezes contraditórias. Não há registros sobre seus pais, cujos nomes, Domingo e Julieta de Rossi, aparecem em espanhol no testamento de De

¹ SONTAG, Susan. *O amante do vulcão*. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 77.

Angelis. Ele tinha alguns irmãos, sendo o mais proeminente Andrés, um “historiador” que auxiliou Pedro em sua carreira e a quem este dedicou seus *Ensayos literarios* de 1839².

Quando adolescente Pedro de Angelis estudou na Real Escola Politécnica e Militar, onde se formou como oficial de artilharia. No entanto, conforme Josefa Sabor, os dados sobre sua carreira militar são confusos e baseados em fontes inseguras ou declarações do próprio De Angelis. Com o advento do período napoleônico e a coroação de Joaquim Napoleão I como rei de Nápoles, em 1805, De Angelis aderiu ao governo bonapartista. Aos 21 anos começou a atuar na corte. Ascendendo rapidamente, foi nomeado em 1811 mestre de italiano e geografia das filhas do rei, Letícia e Luiza, bem como de seus filhos Luciano e Aquiles. Paralelamente, iniciou sua carreira como docente e bibliotecário, sendo designado professor de História e Geografia da Real Escola Politécnica, onde também desempenhou outras funções até ser escolhido como aio dos príncipes³.

Homem de larga bagagem intelectual, De Angelis deixou Nápoles rumo a outras possibilidades de trabalho na Europa. Seu período em Paris é pouco conhecido, mas sabe-se que esse foi um momento em que o erudito napolitano teve de buscar formas para se manter financeiramente, escrevendo artigos e biografias, algo que não era suficiente para lhe dar uma vida confortável ou com fartos recursos. Daí explica-se, pelo menos em parte, sua decisão de embarcar rumo ao Rio da Prata. Mas o que poderia ter realmente atraído De Angelis para um continente desconhecido?

Pedro de Angelis recebe a proposta de deixar Paris do então presidente das Províncias Unidas do Rio da Prata, Bernardino Rivadavia. Não fica claro como o encontro aconteceu, mas seu intermediário foi Hector F. Varaigne, representante do governo de Buenos Aires. Rivadavia havia solicitado a Varaigne que encontrasse dois redatores para periódicos, e o representante recomendou De Angelis e um espanhol chamado José Joaquim de Mora, contratados em 1826⁴. O embarque em direção a um local de ares controversos reforça a ideia de que Pedro de Angelis aceitara tal proposta por questões financeiras ou pelo fato de Rivadavia ter pintado um cenário rio-platense com cores brilhantes.

² SABOR, Josefa Emilia. *Pedro de Angelis y los orígenes de la bibliografía argentina: ensayo bibliográfico*. Buenos Aires: Solar, 1995, p. 1.

³ Idem, p. 2.

⁴ Idem, p. 7.

Assim que chega ao Rio da Prata, De Angelis inicia suas atividades periodistas, oscilantes pela instabilidade política e interrompidas, num primeiro momento, pela queda de Bernardino Rivadavia em 1827. Em 1828 lança uma de suas primeiras publicações voltadas para o público acadêmico, *Cornelii nepotis vitae excellentium imperatorum*, texto elaborado para uso universitário baseado na obra de Cornélio Nepote, *De viris illustribus*, similar a exemplares circulantes na Europa. Considerando que todos os livros usados na região do Rio da Prata eram importados do continente europeu, esta edição de Cornélio Nepote é o primeiro clássico impresso na atual Argentina. A obra contém um total de vinte e quatro biografias de personagens distintos, na sua maioria gregos. A contribuição de De Angelis se expressa por numerosas notas fornecendo esclarecimentos históricos e geográficos, além de um índice com informações filológicas. Segundo Sabor, De Angelis sempre atribuiu grande importância aos índices, seja como simples tabelas de conteúdos, seja como sumários analíticos ou bibliográficos⁵. Assim, De Angelis dava indícios de sua preocupação histórica e inclinação para os clássicos e grandes autores. Isso se refletiria em suas escolhas como colecionador?

Durante a primeira metade do século XIX, emergiram na Europa e em áreas de influência cultural destas diversas correntes doutrinárias, políticas, científicas e estéticas de raiz historicista, que poderiam explicar as predileções de Pedro de Angelis. Apesar de seus objetos, propósitos e enfoques variados, essas correntes compartilhavam a convicção de que os acontecimentos, fenômenos, estruturas e processos sociais só poderiam adquirir consistência e inteligibilidade através de sua reconstrução histórica. Dessa forma, o conhecimento do passado tornou-se uma necessidade primordial para todos aqueles que buscavam entender, legitimar, criticar ou transformar a sociedade ou alguns de seus aspectos. No Rio da Prata, essa concepção começou a difundir-se com sucesso no início da década de 1830 e se generalizou na década de 1850. Conseqüentemente, aspirava-se que o passado local adquirisse densidade e capacidade explicativa sobre o caráter dessa sociedade, especialmente no que respeita às dificuldades para alcançar uma organização político-institucional consensual, após o colapso do ordenamento colonial⁶. Como assinala Fabio Wasserman:

⁵ Idem, p. 31.

⁶ WASSERMAN, Fabio, *Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)*, Universidad de Buenos Aires, tese apresentada a Faculdade de Filosofia y Letras, Buenos Aires, 2004, p. 5. Disponível em: [Anáforas: Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata \(1830- 1860\)](#) Acesso em: 23/08/2024.

En efecto, gran parte de los autores que se han ocupado de la historia de la cultura, de las ideas o de la literatura, coinciden en señalar el papel central que tuvo el historicismo romántico entre 1830 y 1860. Además, suele añadirse también que este movimiento tuvo como mayor propósito dar forma a una identidad nacional tanto en Argentina como en Uruguay. Estas apreciaciones son fruto de una sólida tradición de estudios en cuyo seno convive una vasta producción de textos monográficos, informativos o descriptivos, junto con obras de mayor alcance interpretativo, algunas de las cuales pueden reputarse como clásicas. Pese a todo, hay rasgos de esa vida cultural que todavía no han sido suficientemente tratados. Y no me refiero a aspectos marginales, sino a cuestiones sustanciales en una cultura que hizo del historicismo romántico uno de sus núcleos productivos⁷.

No entanto, Wasserman sugere que, apesar da solidez desse campo de investigação, ainda há lacunas importantes a serem preenchidas. E o ponto crucial dessa crítica reside no fato de que tais lacunas não se restringem a aspectos secundários ou periféricos, mas dizem respeito a questões fundamentais dessa cultura, que fez do historicismo romântico um de seus principais motores de produção intelectual. Essa observação indica que, mesmo reconhecido e amplamente estudado, o historicismo romântico ainda possui camadas inexploradas que precisam ser examinadas para uma compreensão mais completa de seu impacto no pensamento platino do século XIX.

Com o foco na coleção de documentos, este trabalho não visa analisar as diversas atividades empreendidas pelo erudito napolitano durante seu longo período na região platina, ainda que as funções profissionais do colecionador possam ter influenciado suas escolhas, assim como o cenário político rio-platense decerto foi importante para a formação da coleção de papéis amealhada por Pedro de Angelis. Mas não só. Assim como o historicismo romântico parece ter direcionado a mentalidade dos intelectuais oitocentistas no que tange às construções históricas, o pensamento de que existira um passado fundador capaz de legitimar a história de uma determinada região também foi determinante nas escolhas daqueles que, como De Angelis, se propuseram a envolver-se na aventura histórica de “escrever” o passado colonial platino. Entretanto, como salienta João Paulo Pimenta, esse raciocínio se baseia em um equívoco que remonta ao próprio século XIX, período em que os projetos políticos emergiram de processos irregulares, marcados por contradições e complexidades na construção dos Estados nacionais na América ibérica. Nessa conjuntura, o passado foi mobilizado como um elemento

⁷ Idem, p. 5.

fundamental para legitimar as configurações políticas do presente, conferindo-lhes uma aparente continuidade histórica, tendo-o de modo teleológico⁸.

Desta forma, vislumbramos a importância do estudo da história para a formação e a coesão interna de sociedades, especialmente aquelas em processo de se organizarem politicamente. Ao se promover uma visão particular como superior ou mais adequada, cria-se uma narrativa histórica específica. Essa narrativa é construída a partir de uma seleção cuidadosa de relações, fatos e heróis que suportam essa visão. Esse processo não é aleatório, mas sim uma prática sistemática e deliberada de estudo do passado, que desempenha um papel crucial na coesão interna das sociedades. Ao fornecer uma história comum e uma narrativa compartilhada, ela ajuda a unir os membros da sociedade e criar uma identidade coletiva. Isso é particularmente importante para sociedades que se encontram em vias de explorar diferentes maneiras de se organizar politicamente. Essas sociedades podem adotar uma estrutura altamente centralizada, ou considerar projetos políticos que distribuem o poder de maneira mais equitativa.

No contexto específico do texto de Garrido Pimenta, "centralizar" significa reivindicar a herança dos antigos domínios coloniais, que eram administrados de maneira centralizada pelas metrópoles. As elites de Buenos Aires, ao promoverem a centralização, tentavam manter o controle sobre essa nova territorialidade. No entanto, a história e a narrativa construídas podem oferecer alternativas a essa centralização, permitindo que diferentes projetos políticos sejam considerados e potencialmente adotados. Em resumo, a elaboração de uma narrativa histórica específica não apenas legitima certas visões políticas, mas também fornece uma base para a coesão e identidade das sociedades em processo de se organizarem politicamente. Nessa esteira, Wasserman e Pimenta concordam que o romantismo impregnou o pensamento e a formação das elites oitocentistas⁹.

A partir da década de 1830, o conhecimento do passado e sua disseminação ganharam importância no Rio da Prata, e isso pode ser observado em textos produzidos na época. Esse interesse pelo passado afetou todos os tipos de escritos. No entanto, ao mesmo tempo, não havia uma forma clara e estruturada de discurso que pudesse ser vista como uma disciplina bem definida, com seus próprios gêneros, instituições, praticantes e

⁸ PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 31.

⁹ Idem, p. 31-32; WASSERMAN, Op. Cit., p. 5.

métodos historiográficos. Isso não significa que não houve tentativas de criar essa disciplina. Na verdade, houve várias tentativas, mas elas geralmente não foram bem-sucedidas. Esses esforços muitas vezes foram frágeis, incompletos ou acabaram assumindo outros objetivos. Um exemplo disso pode ser visto nas coleções de documentos da época e na evolução dos institutos históricos que foram fundados nesses anos. Essas instituições e suas coleções não conseguiram formar uma disciplina historiográfica bem estabelecida, porque suas iniciativas eram frequentemente interrompidas ou desviadas para outros fins. Deste modo, afirma Wasserman que “Ante la ausencia de comunidades sociopolíticas que se convirtieran en sujetos de esas narraciones, predominaban los relatos protagonizados por individuos, facciones, configuraciones socioculturales como la civilización o valores y principios como la libertad o el progreso”¹⁰.

No século XIX, período em que a coleção foi formada, a sociedade ocidental passou por transformações significativas em várias áreas, como a social, política, econômica e cultural. Essas mudanças foram frequentemente encapsuladas em conceitos como revolução, liberalismo, capitalismo, burguesia, nação e história. A importância crescente do conhecimento histórico durante esse período é amplamente reconhecida e evidenciada em manuais tanto de historiografia quanto de história do século XIX.

Esse período testemunhou uma proliferação de estudos históricos, que não apenas aumentaram em número, mas também se institucionalizaram, estabelecendo a história como uma disciplina acadêmica distinta. Antes do século XIX, a história não gozava do mesmo nível de importância ou formalização acadêmica. No entanto, com o desenvolvimento de métodos rigorosos e a formação de instituições dedicadas ao estudo histórico, a história começou a se destacar como um campo essencial dentro das humanidades e ciências sociais¹¹.

Uma das manifestações mais significativas desse novo papel atribuído ao conhecimento histórico foi a maneira como toda experiência passou a ser interpretada em termos históricos. Havia uma crença amplamente aceita de que os fenômenos sociais, estruturas e eventos só poderiam ser plenamente compreendidos e ganhar consistência através da reconstrução histórica de seu desenvolvimento. Isso significa que se tornou essencial

¹⁰ Idem, p. 7.

¹¹ WASSERMAN, Op. Cit., p. 8-9.

entender o passado para poder interpretar o presente de forma significativa. Além disso, essa abordagem histórica não se limitou apenas aos estudos sobre a sociedade e a cultura, mas também influenciou a compreensão dos fenômenos naturais. A ideia de que toda forma de conhecimento verdadeiro deveria incorporar uma perspectiva histórica indicava uma mudança paradigmática na maneira de pensar e analisar o mundo. Em resumo, o século XIX marcou um ponto de inflexão, quando a história se consolidou como um campo indispensável para a compreensão de todos os aspectos da realidade.

Ao longo do século XIX sul-americano, diversos textos destinados a sustentar direitos territoriais foram produzidos. Esses textos eram geralmente promovidos pelos Estados, especialmente o de Buenos Aires durante os governos de Juan Manuel de Rosas, e eram escritos por funcionários ou escribas oficiais ou não oficiais. Eles eram publicados como livros, folhetos e, às vezes, na imprensa, e frequentemente misturavam argumentos jurídicos, eventos históricos, estudos geográficos e documentação probatória. A produção desses textos era incipiente e ganhou força apenas nas últimas décadas do século XIX, quando se tornou mais urgente definir definitivamente os limites dos Estados herdeiros dos territórios das Coroas de Espanha e Portugal na região. Esse caráter de legado explica por que esses textos encorajavam a elaboração e circulação de representações do passado¹².

Os reclamos territoriais só poderiam ser legitimados recorrendo a decisões políticas, institucionais e administrativas tomadas no período colonial, o que interessava aos Estados, embora de maneira limitada. Em geral, os Estados americanos concordavam com a continuidade dos limites jurisdicionais do período colonial, mas ainda assim havia litígios sobre a demarcação territorial, que podiam resultar de disputas entre os impérios português e espanhol ou da dinâmica política pós-revolucionária. Portanto, era essencial estudar os atos administrativos feitos durante os séculos de domínio colonial e os acordos com outras potências para entender melhor esses litígios territoriais¹³.

Construída nesse contexto, a coleção Pedro de Angelis, hoje abrigada na Fundação Biblioteca Nacional, no Brasil, é composta por 4.076 peças, entre impressos, mapas e manuscritos, e é considerada uma das mais preciosas e importantes deste acervo. Esse *corpus* documental começa a ser construído por De Angelis quando ele chega na região

¹² Para essas ideias ver WASSERMAN, Op. Cit., p. 47.

¹³ Idem.

platina em 1827, integrando-se em um círculo de intelectuais e comerciantes, onde começou a adquirir documentos sobre a história colonial das diversas províncias do extremo sul da América. Com o objetivo de fundamentar a construção da história das Províncias do Rio da Prata, os documentos que coletou abrangiam temas como a administração colonial, questões territoriais e de fronteiras, além das missões jesuíticas e mapas das terras recém-conquistadas. Mas de que forma a coleção fazia sentido para o colecionador? Que significados esse conjunto de papéis adquiriu para o erudito napolitano?

Conforme Deise C. Schell, durante o período em que De Angelis atuou no Rio da Prata havia um interesse significativo entre os protagonistas culturais da região – incluindo o próprio erudito napolitano e figuras como Florencio Varela, José Rivera Indarte e Juan María Gutiérrez – em serem reconhecidos como proprietários de bibliotecas bem abastecidas, além de possuírem manuscritos e outros documentos importantes. Schell explica que a posse de uma biblioteca permitia ao proprietário não apenas estudar e consultar livros e documentos em seu próprio tempo e com privacidade, mas também conferia prestígio e proporcionava um certo "exibicionismo literário". Citando Josefa Emilia Sabor, Schell afirma que a biblioteca de De Angelis era o "sonho e orgulho" de seu proprietário, indicando que ele não apenas se orgulhava do patrimônio acumulado, mas também tinha consciência do poder que construía ao redor de sua coleção de escritos e imagens¹⁴. A constituição da biblioteca de Pedro de Angelis e, sobretudo, a formação de sua valiosa coleção documental permanecem envoltas em incertezas. Embora seja inegável o valor e a abrangência do acervo reunido pelo intelectual, a questão dos métodos empregados em sua aquisição levanta debates que nem mesmo seus mais fervorosos defensores conseguiram dissipar completamente. Como muitos colecionadores de seu tempo, De Angelis recorreu a múltiplas estratégias para reunir seu material, incluindo compras, trocas, doações, cópias e aquisições diretas. No entanto, algumas dessas transações suscitam questionamentos, especialmente no que diz respeito a documentos adquiridos no Rio da Prata. Há evidências concretas de que parte desse acervo foi obtida por meio de compras realizadas junto a livrarias locais e, mais significativamente, de viúvas e herdeiros de antigos proprietários, muitas vezes em situação financeira delicada,

¹⁴ SCHELL, Deise Cristina, *Entre coleções e arquivos: Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais (Buenos Aires 1835-1852)*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tese de doutorado em História, Porto Alegre, 2018, p. 148. Disponível em: [Entre coleções e arquivos : Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais \(Buenos Aires, 1835-1852\)](#) Acesso em: 14/08/2024.

o que pode ter facilitado negociações vantajosas para o colecionador. Algumas dessas aquisições são comprovadas por cartas e registros, enquanto outras se apoiam apenas em indícios ou nas próprias declarações de De Angelis sobre a legitimidade dos negócios. Essa ambiguidade reforça a complexidade do processo de formação da coleção, evidenciando tanto sua astúcia como sua inserção em uma dinâmica mais ampla de circulação e apropriação de bens culturais no século XIX¹⁵. Segundo Schell, “De Angelis fez parte de um verdadeiro ‘comércio da história’ que ocorria na América, na Europa e entre os dois continentes; foi a partir do contato com outros ‘*mercaderes del pasado*’ que ele reuniu a maior parte da coleção que manteve”¹⁶. Logo, Pedro de Angelis dedicou-se intensamente à reunião de uma ampla gama de escritos, que incluíam livros, jornais, panfletos, documentos tanto impressos quanto manuscritos, além de mapas, consolidando assim o cerne de sua atividade colecionista. Em correspondências da época, ele próprio reconhecia essa inclinação quase obsessiva, referindo-se, em tom bem-humorado, a uma espécie de “doença crônica” que o impelia constantemente à busca por livros e documentos antigos¹⁷.

Dentro do contexto de uma coleção, objetos que normalmente não teriam utilidade prática ou funcional na vida cotidiana adquirem um significado especial. Quando um colecionador reúne esses objetos e os isola da esfera mundana, retirando-os do ciclo de uso e trocas banais, eles passam a ter um valor diferenciado. Esses objetos, uma vez coletados e exibidos, ganham um valor quase "sagrado" ou simbólico. Eles passam a ser valorizados não apenas pelo seu valor material, mas principalmente por sua capacidade de conectar diferentes mundos e épocas que, de outra forma, permaneceriam distantes. É oportuno evocar as ideias de Krzysztof Pomian e seu conceito de semióforo, ao tratar de peças que desempenham um papel intermediário ao conectarem dois mundos diferentes, o mundo visível (dos vivos) e o mundo invisível (dos mortos, dos deuses, de tempos passados)¹⁸. Dessa forma, a prática de colecionar transforma esses itens em portadores de

¹⁵ SABOR, Op. Cit., p. 160-165.

¹⁶ SCHELL, Op. Cit., p. 146.

¹⁷ SCHELL, Deise Cristina. A trajetória da Coleção De Angelis: do “comércio da história” à Biblioteca Nacional, in JUVÊNCIO, Carlos Henrique & CALDEIRA, Ana Paula Sampaio (orgs.). *A Biblioteca Nacional: instituição, coleções e imaginário social*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024, p. 157.

¹⁸ POMIAN, Krzysztof. Coleção, in ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi. Memória-História*. Vol. 1. Tradução de Suzana Ferreira Borges. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 71-72.

significados profundos e multifacetados, conferindo-lhes um status que transcende o meramente utilitário e os eleva a um patamar de importância cultural e histórica.

Inserida em um contexto político conturbado, a coleção de documentos emerge como fonte de legitimação de um passado originário, mas, principalmente, das fronteiras em formação durante o período oitocentista sul-americano. Para João Paulo Pimenta, a ideia da territorialidade é central para o que ele chama de “mito das origens”, ao entender “a união entre as províncias até 1810 constitutivas do Vice-Reino do Rio da Prata como partes inequivocamente destinadas a constituir a nação argentina”¹⁹. Isso ajuda a compreender o desejo que Rosas mantinha de restaurar, sob sua capitania, o território da Confederação nos moldes do antigo vice-reinado rio-platense.

Em 1835 Juan Manuel de Rosas é eleito novamente Capitão e Governador da Província de Buenos Aires²⁰. Em uma nova configuração política, Rosas retorna com plenos poderes e para um mandato sem restrições. Assim, o poder foi consolidado nas mãos de Rosas através da instrumentalização de diferentes elementos sociais e políticos. A religião católica é destacada como uma fonte significativa de discursos que reforçavam o regime de Rosas. Essa religiosidade contribuiu para promover a ideia de unanimidade, pela qual todos os membros da comunidade política eram esperados a apoiar o governo. Paralelamente, a Federação foi apresentada como uma causa nacional, mas com contornos ambíguos. Dentro dessas ambiguidades emergiu um sistema de poder altamente centralizado na figura de Rosas. Esse sistema de poder ultrapassou os limites territoriais de Buenos Aires, expandindo-se por toda a Confederação²¹.

O governo de Juan Manuel de Rosas foi atravessado por um tumultuoso cenário político que seguiu à independência do antigo Vice-reino do Rio da Prata. Para consolidar e manter seu poder, Rosas necessitava de um aparato político e ideológico robusto. Esse aparato foi sustentado pela participação de vários intelectuais que contribuíram para a produção de discursos favoráveis ao regime rosista. Os discursos foram representados através de inúmeros periódicos, folhetos, festas, vestimentas e na produção de coleções documentais que punham em relevo a história e a construção do Estado. Entre as

¹⁹ PIMENTA, Op. Cit., p. 34.

²⁰ Juan Manuel de Rosas teve duas passagens como representante máximo da Confederação Argentina. A primeira foi entre 1829 e 1832. A segunda, mais longa, entre os anos de 1835 e 1852.

²¹ TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina, 1806-1852*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2009, p. 200.

principais figuras do regime rosista, destaca-se Pedro de Angelis, cuja produção intelectual desempenhou um papel significativo na legitimação das posições e decisões de Rosas.

No discurso político rosista, os unitários²² eram retratados como agentes da anarquia, indivíduos que desafiavam e desrespeitavam todas as normas estabelecidas, causando caos e desordem na sociedade, enfatizando-se que eles profanavam o nome das leis, desrespeitando-as abertamente, sendo frequentemente rotulados como anarquistas.

Pedro de Angelis, como propagandista do governo, assumiu um papel fundamental na difusão dessa narrativa, afirmando que os unitários eram os principais inimigos da ordem e das leis. Através dessa caracterização, buscava-se desacreditar o partido unitário e, ao mesmo tempo, fortalecer o discurso do governo rosista, que se apresentava como defensor da ordem, da estabilidade e da paz social. Essa representação dos unitários como promotores do caos e da anarquia não só servia para desacreditar o partido opositor, mas também para justificar ações repressivas contra eles. Ao rotulá-los como inimigos da ordem pública, o governo buscava legitimar a repressão e a perseguição política, alegando que era necessária a estabilidade e a segurança da nação. Além disso, é importante destacar que essa estratégia de vilanização dos unitários também tinha um propósito político mais amplo. Ao pintar os unitários como inimigos da ordem e dos valores nacionais, o governo rosista buscava unificar seus apoiadores em torno de uma identidade coletiva, fortalecendo o sentimento de pertencimento à nação e promovendo a adesão ao projeto político do governo²³.

Em abril de 1830, o governo de Juan Manuel de Rosas ordenou a queima pública de diversas coleções de jornais que haviam sido considerados injuriosos e ofensivos às autoridades. Essa ação foi realizada em uma cerimônia na Praça Vitória, em frente aos portais do cabildo de Buenos Aires, tornando-se um símbolo marcante da repressão à liberdade de imprensa durante o início do governo Rosas²⁴. O ato de queima dos jornais tinha um propósito claro: silenciar as vozes críticas e censurar os periódicos que

²² Duas correntes políticas predominavam no cenário político rio-platense: unitários e federais. Em oposição aos federais, os unitários tinham tendência liberal e buscavam um formato de governo mais centralizado, com o poder concentrado em Buenos Aires e demais províncias com menor autonomia.

²³ MYERS, Jorge. *Orden y virtud. El discurso republicano en el régimen rosista*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

²⁴ WEINBERG, Félix. El periodismo en la época de Rosas. *Revista de Historia*, nº 2, Buenos Aires, 1957, p. 1. Disponível em: [El Periodismo en la época de Rosas - Félix Weinberg - EL PERIODISMO EN LA ÉPOCA DE ROSAS - Studocu](#) Acesso em: 19/07/2024.

questionavam ou se opunham ao governo. Essa ação simbólica servia como demonstração de força, pois qualquer manifestação contrária às autoridades poderia ser punida com severidade, criando então um mecanismo de censura que permitia somente a propagação de ideias favoráveis ou alinhadas com o governo rosista, permitindo a existência somente de periódicos que estivessem em acordo com o Estado. Como o erudito napolitano estava a serviço do governo rosista, Pedro de Angelis encontrou porto seguro para sua prática colecionista, desde que a fizesse, claro, alinhada aos propósitos de seu patrono.

Os documentos amealhados por De Angelis foram, então, organizados e descritos em catálogos impressos, publicados em seis tomos entre os anos de 1835 e 1839. No primeiro tomo da *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua e moderna de las provincias del Rio de la Plata*, o colecionador aborda a história “argentina”, com o título: *Historia Argentina, del descubrimiento, poblacion y conquista de las provincias del Rio de la Plata. Escrita por Rui Diaz de Guzman, en el año de 1612*²⁵. Veja-se como o colecionador destaca um documento como fonte de autoridade de uma história nacional. Nos tomos seguintes observa-se uma configuração parecida, destacando feitos dos primeiros colonizadores, mas sobretudo demonstrando a primazia da posse territorial de toda a região platina por meio das fontes que possuía. No segundo tomo, entre as principais transcrições impressas de obras presentes, destacam-se *Descripcion de la Villa de Potosi, por D. Juan del Pino Manrique; Historia del Paraguay, Rio de la Plata y Tucuman, por el Padre Guevara, jesuíta; e La Argentina, del descubrimiento y de la conquista del Rio de la Plata, poema histórico del Arcediano D. Martin del Barco Centenera*²⁶. No terceiro tomo há as versões impressas de *Descripcion geográfica e estadística de la provincia de Santa Cruz de la Sierra, por D. Francisco de Viedma, gobernador-intendente; Fundacion de la ciudad de Buenos Aires, por D. Juan de Garay, con otros documentos de aquella época; as Actas capitulares desde el 21 hasta el 25 de Mayo de 1810, en Buenos Aires; e Memoria histórica, geográfica, politica y económica sobre la provincia de misiones de indios guaranis, por D. Gonzalo de Doblaz, teniente gobernador*²⁷.

²⁵ DE ANGELIS, Pedro. *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua e moderna de las provincias del Rio de la Plata*. Tomo I. Imprenta del Estado: Buenos Aires, 1836. Disponível em: <https://abrir.link/XSpG> Acesso em 17/01/2024.

²⁶ Idem.

²⁷ DE ANGELIS, Pedro. *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua e moderna de las provincias del Rio de la Plata*. Tomo III. Imprenta del Estado: Buenos Aires, 1836. Disponível em: <https://abrir.link/lvYgk> Acesso em 23/01/2024.

No quarto tomo, destacam-se as obras *Tratado firmado en Madrid, a 13 de Enero de 1750, para determinar los limites de los Estados pertenecientes a las coronas de España y Portugal, en Asia y America; Informe del Virey D. Nicolas de Arredondo a su D. Pedro Melo de Portugal y Villena, sobre el estado de la cuestion de limites entre las cortes de España y Portugal, en 1795; Correspondencia de D. Felix Azara al gobernador de Paraguay sobre limites; e Apuntes históricos sobre la demarcacion de limites de la Banda Oriental y Brasil*²⁸.

No quinto tomo, observa-se atenção maior às questões indígenas, com extensa obra destinada à sublevação de Jose Gabriel de Tupac-Amaru, com o título *Documentos para la historia de la sublevacion de Jose Gabriel de Tupac-Amaru, cacique que la provincia de Tinta, en el Peru*. Contudo, este volume é encabeçado pela obra missioneira *Descripcion de las misiones, al cargo del colegio de Nuestra Señora de los Angeles de la Villa de Tarija, por Fray Antonio Tamajuncosa, comisario y prefecto de dichas misiones*²⁹.

Fechando a coleção, no sexto tomo torna-se interessante observar as seguintes obras: *Apuntes históricos sobre la demarcación de límites de la Banda Oriental y el Brasil, reconocimiento del rio Pepirí-Guazu; Descripcion del rio Paraguay desde la boca del Xauru hasta la confluencia del Paraná; Diáριο de una navegacion y reconocimiento del Paraguay desde la ciudad de Asunción hasta los presidios portugueses de Coimbra y Albuquerque; Viaje al Rio de la Plata al Paraguay; e Expedicion al Chaco por el rio Bermejo*³⁰.

Percebe-se que os documentos pertencem em maioria a funcionários régios em destacados cargos, ou a clérigos e padres pertencentes a ordens religiosas, como os jesuítas. Como vimos, os documentos reunidos por De Angelis foram organizados e publicados em seis volumes. No primeiro volume da *Colección* o erudito napolitano foca na história argentina, começando com a obra *Historia Argentina...* escrita por Rui Diaz de Guzmán, em 1612, que serve como ponto de partida para compreender a colonização e exploração inicial da região platina. Gúzman, neto de um dos primeiros conquistadores

²⁸ DE ANGELIS, Pedro. *Colección...* Tomo IV. Imprenta del Estado: Buenos Aires, 1836. Disponível em: <https://abrir.link/pFHgx> Acesso em 07/02/2024.

²⁹ DE ANGELIS, Pedro. *Colección...* Tomo V. Buenos Aires, 1836. Disponível em: <https://abrir.link/kemLx> Acesso em 04/03/2024.

³⁰ DE ANGELIS, Pedro. *Colección...* Tomo VI. Buenos Aires, 1837. Disponível em: <https://abrir.link/LeMBT> Acesso em 14/03/2024.

do Rio da Prata, oferece um relato detalhado das primeiras décadas da colonização espanhola, apresentando uma narrativa rica sobre a geografia, os povos indígenas, as expedições e as fundações de cidades. Sua obra, uma das primeiras escritas por um autor nascido no Novo Mundo, proporciona uma compreensão profunda das dinâmicas sociais, políticas e econômicas da época, sublinhando a importância de um entendimento abrangente da história da região desde seus primórdios coloniais. Deste modo, De Angelis não apenas preservou um importante documento histórico, mas também ofereceu aos leitores contemporâneos uma ponte entre presente e passado, uma janela para o entendimento das origens e desenvolvimento das sociedades na região platina. A escolha dessa obra como ponto de partida para a *Colección* evidencia o interesse em destacar a importância histórica da área, sublinhando sua relevância não apenas no contexto argentino, mas também em um panorama mais amplo da história sul-americana.

Sua edição da obra de Guzmán, no entanto, foi a primeira vez em que o texto, escrito em 1612, saiu da obscuridade dos manuscritos e chegou ao público, o que já é um feito significativo. De Angelis trabalhou com um texto que, até então, existia apenas em cópias manuscritas, já que o original de Guzmán se perdeu. Ele baseou sua edição em uma dessas cópias, mas não há evidências claras de que tenha cotejado múltiplos manuscritos para garantir a fidelidade textual – algo que só foi feito com rigor décadas depois. Isso levanta uma questão: o quanto o texto publicado por Angelis reflete o que Guzmán realmente escreveu? Ele não forneceu notas críticas detalhadas nem indicou variantes textuais, o que compromete a confiabilidade dessa transcrição impressa para um historiador contemporâneo que busca precisão documental.

Nos volumes seguintes, a abordagem histórica mantém sua continuidade, enfocando os feitos dos primeiros colonizadores e a consolidação da posse territorial na região. O segundo volume privilegia descrições minuciosas de localidades-chave, narrativas das expedições pioneiras e missões religiosas, incorporando registros geográficos, relatos de viajantes e poemas históricos que iluminam as dinâmicas de ocupação. Esses textos, marcados por uma prosa muitas vezes celebradora, evidenciam as tensões territoriais e culturais, funcionando como peças-chave na legitimação das províncias ao delinear uma identidade regional distinta. Mais que um repositório de memória, o volume se posiciona como um instrumento de afirmação política e cultural, revelando como a escrita histórica, ao entrelaçar fatos e mitos, sustentou projetos de poder e pertencimento nas terras colonizadas.

O terceiro volume continua nessa esteira, apresentando obras que se concentram em descrições geográficas e estatísticas detalhadas de regiões específicas, além de documentos essenciais sobre a fundação de importantes cidades. Este volume também inclui registros cruciais para a compreensão da história da independência da confederação argentina, destacando-se os documentos oficiais e memórias que narram a trajetória política, geográfica e econômica das províncias. A inclusão desses documentos não apenas oferece uma visão aprofundada das práticas administrativas e coloniais, mas também evidencia a importância das atas capitulares de maio de 1810 como testemunhos primordiais do movimento de independência. Além disso, a presença de memórias históricas sobre as missões indígenas ressalta a complexidade das relações entre colonizadores e povos nativos, contribuindo para uma compreensão mais ampla da formação cultural e social da região.

No quarto volume, a coleção aborda tratados e correspondências sobre os limites territoriais entre Espanha e Portugal, refletindo as tensões e negociações diplomáticas da época. Em documentos como o Tratado de Madrid de 1750 e a correspondência de D. Felix Azara, um destacado engenheiro militar e naturalista espanhol, sobre os limites do Paraguai, observa-se a complexidade e a importância das negociações diplomáticas entre as duas potências coloniais. A inclusão desses documentos não apenas ressalta a acuidade geopolítica da coleção, mas também sublinha a meticulosidade do colecionador ao selecionar materiais que oferecem uma visão abrangente das disputas territoriais e que também servem como base, modelo para futuras reivindicações. A forma como o Tratado de Madrid é apresentado no catálogo, seja como manuscrito ou impresso, reforça a autenticidade e o valor histórico da obra, contribuindo significativamente para a compreensão das estratégias de colonização e controle territorial que moldaram a região. Esses documentos ilustram a complexa geopolítica colonial e as disputas territoriais que moldaram a América do Sul.

Como vimos, o quinto volume aborda as questões indígenas, com ênfase na sublevação de Tupac-Amaru e no papel das missões na região platina. Abre-se com uma exposição detalhada do trabalho missionário do colégio de Nuestra Señora de los Ángeles de la Villa de Tarija, que ilustra os esforços de evangelização e subjugação das populações nativas sob o domínio colonial. Os registros sobre José Gabriel Tupac-Amaru, líder de origem inca que mobilizou milhares contra a exploração espanhola, descrevem um levante marcado por ataques a autoridades coloniais e demandas por justiça social, refletindo o

descontentamento com abusos como os tributos excessivos. Organizado para articular narrativas missionárias e ecos da resistência indígena, o volume oferece uma visão multifacetada das interações coloniais, essencial à história regional. Esses textos destacam a centralidade das dinâmicas indígenas na configuração histórica e cultural do Rio da Prata, evidenciando a curadoria sensível do colecionador ao reunir fontes que capturam as tensões do período.

Por fim, o sexto volume da coleção volta-se à demarcação de limites e à exploração de importantes cursos d'água na região do Rio da Prata, como *Apuntes históricos...* e *Descripción del río Paraguay*. Reúne documentos que esmiúçam os intrincados processos de mapeamento e as disputas diplomáticas entre potências coloniais, frequentemente marcadas por tensões militares nas margens fluviais. A análise desses materiais aponta para uma preocupação especial com as fronteiras da Banda Oriental e do sul do Brasil, onde expedições cartográficas delinearam territórios sob constante ameaça de incursões estrangeiras. Através de relatos precisos sobre as rotas dos rios e os desafios da navegação, o volume sublinha como essas vias aquáticas serviram de eixos para o comércio e a expansão colonial. A estruturação do volume reflete a intenção de De Angelis de expor a interligação entre recursos naturais e estratégias de domínio, destacando os rios como arenas de conflito e cooperação que definiram os contornos geopolíticos da América do Sul. Assim, a coleção se consolida como um testemunho detalhado das forças que esculpiram os mapas e as rivalidades da época.

Os documentos da coleção Pedro de Angelis e sua publicação em fascículos na *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Rio de la Plata* revelam um processo de elevação desses registros históricos ao status de monumentos. Para Jacques Le Goff, "não existe um documento objetivo, inócuo, primário. Esta é uma ilusão positivista". Sugere assim que todos os documentos são, em certo sentido, monumentos, pois carregam a marca de suas circunstâncias de produção e as intenções daqueles que os preservaram e utilizaram. Nesse âmbito, a *Colección* pode ser vista como a construção deliberada de um grande monumento histórico, na qual os documentos escolhidos para publicação são utilizados para perpetuar uma memória específica e uma visão particular da história³¹. Ao organizar e publicar esses documentos,

³¹ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, in ROMANO, Ruggiero (org.), Op. Cit., p. 95.

De Angelis não apenas reuniu uma vasta gama de registros históricos, mas também os utilizou para perpetuar a memória e legitimar a posse territorial da região platina.

Essa recepção destaca-se pela transformação dos documentos em instrumentos de poder, quando a escolha e publicação dos registros históricos não são atos neutros, mas carregam intenção de se construir uma narrativa histórica que legitime e glorifique a presença e os feitos dos colonizadores espanhóis na região do Rio da Prata. A seleção dos documentos inclui escritos de altos funcionários régios e clérigos, evidenciando o papel oficial e a chancela do Estado. Essa escolha deliberada reflete a utilização dos textos passados como meios para afirmar e consolidar a autoridade estatal. Obras como o *Tratado firmado en Madrid...* e *Documentos para la historia de la sublevacion de Jose Gabriel de Tupac-Amaru* exemplificam como esses escritos de outros tempos podem ter depois seus sentidos transformados, passando a ser usados para legitimar a dominação colonial de outrora que, todavia, resultaria num Estado independente relacionado àquela mesma região, ou reforçar o jugo sobre rebeliões indígenas.

Portanto, a coleção construída por De Angelis não serve apenas como registro histórico, mas também como meio de se construir e perpetuar a memória coletiva da colonização espanhola na América do Sul. Ao publicar esses documentos em fascículos, De Angelis não só publiciza e resgata o passado, mas também o molda, influenciando a forma como futuras gerações irão compreender a história da região. Esse processo de publicação seletiva transforma registros objetivos em monumentos intencionais que servem para perpetuar a memória e legitimar, como já salientado, a posse territorial espanhola na região platina e o decorrente Estado independente, exemplificando como a história é moldada e utilizada pelo poder para construir narrativas que sustentam a autoridade e a identidade coletivas.

Assim, a obra em tela de Pedro de Angelis pode ser vista como um exemplo prático de como os documentos históricos, ao serem selecionados e publicados, podem adquirir um valor simbólico que transcende seu conteúdo original, transformando-se em monumentos que perpetuam uma memória específica e uma visão particular da história.

Não é objetivo deste trabalho adentrar em pormenores de todo o conteúdo dos papéis amalhados por De Angelis, mas demonstrar como estes são recepcionados e ressignificados atendendo a demandas de um novo tempo no qual se inserem, sendo influenciados por diversos fatores externos. O colecionador em sua atividade confere à

coleção assim um novo significado, misturando-se ao que poderia ser um instinto de posse ou inclinação para a acumulação, algo característico se não de todos os indivíduos, pelo menos daqueles pretensamente civilizados, quando a posse de objetos transforma-se em fonte de prazer estético, permitindo assim adquirir conhecimentos históricos e científicos³². Mas como um amontoado de papéis destinados ao prazer de um colecionador se organiza para responder a demandas de um novo tempo?

O ato de ler, por exemplo, tem uma natureza multifacetada, sugerindo que não se trata apenas de uma atividade intelectual abstrata, mas que também envolve o uso do corpo e está enraizado em um contexto histórico e temporal específico³³. Para este estudo em especial, a atividade colecionista implica uma interação entre colecionador e coleção, que é influenciada pelas condições materiais de produção e disponibilidade do que será colecionado, bem como pela subjetividade e pelo contexto específico no momento em que tal prática ocorre. Colecionar é assim um processo cultural e histórico, quando o colecionador não apenas interpreta, no caso de Pedro de Angelis, textos históricos, mas interage com objetos concretos e palavras cujas formas e contextos influenciam tanto a leitura quanto a escrita. Em outras palavras, tal exercício é uma experiência contextual, que envolve uma relação ativa e dinâmica entre a coleção e o colecionador, moldada por fatores materiais e subjetivos.

Portanto, no que toca ao contexto de produção da coleção, o discurso rosista buscou seguir três caminhos principais: simplificação, individualização e identificação do inimigo. Primeiramente, ao rotular todos os supostos inimigos do regime como "unitários", Rosas simplificava a diversidade dos grupos opositores, unificando-os sob um único rótulo. Essa simplificação ajudou a criar uma narrativa clara e coesa, que facilitava a mobilização de apoio contra um inimigo comum, mesmo que os opositores fossem na verdade diversos.

Em termos de individualização e identificação do inimigo, o discurso rosista identificava claramente quem eram os adversários do regime, usando a etiqueta de "unitários" para descrever qualquer oposição. Isso permitia a Rosas justificar ações repressivas contra esses grupos, apresentando-os como uma ameaça unificada e singular.

³² POMIAN, Op. Cit., p. 54.

³³ SILVEIRA, Fabrício J. Nascimento & MOURA, Maria Aparecida. A estética da recepção e as práticas de leitura do bibliotecário-indexador. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n 1, p.126-127, 2007. Disponível em: [SciELO Brasil - A estética da recepção e as práticas de leitura do bibliotecário-indexador](#) *A estética da recepção e as práticas de leitura do bibliotecário-indexador* Acesso em: 27/08/2024.

Apesar de governar sob um regime ditatorial e deter plenos poderes, Rosas compreendia a necessidade de obter apoio popular para garantir estabilidade e longevidade a seu governo. Ele reconhecia que, além de medidas coercitivas e repressivas, era crucial adotar políticas e ações que conquistassem a aceitação de uma parte significativa da sociedade. Em outras palavras, Rosas combinava força e repressão com estratégias de apaziguamento e popularidade, tentando legitimar seu governo não apenas pela coerção, mas também pelo apoio social. Essa abordagem estratégica visava garantir que seu regime fosse sustentado tanto pelo medo quanto pela lealdade popular, criando uma base mais sólida e duradoura para seu poder³⁴. Para Jorge Myers, o governo de Rosas, frequentemente caracterizado como um regime caudilhista, apresentava nuances que o distanciavam do modelo convencional de liderança autocrática baseada apenas na coerção e na tradição personalista. Embora governasse com poderes extraordinários, sua permanência no poder não se sustentava exclusivamente na força bruta, mas também em mecanismos de legitimação que incorporavam elementos institucionais e modernos. Se, por um lado, sua administração recorria à repressão e à violência calculada para eliminar dissidências, por outro, Rosas soube adaptar seu caudilhismo às exigências de Buenos Aires, um centro urbano sofisticado e politicamente complexo. Para consolidar seu domínio, tornou-se necessário “civilizar” sua forma de governar, integrando instrumentos como a imprensa e o legislativo à sua estratégia de controle e persuasão. Dessa forma, o despotismo rosista não se configurava como um simples exercício arbitrário de poder, mas como um sistema político que tencionava a fronteira entre a barbárie do caudilhismo rural e a ordem institucional da cidade. Essa combinação paradoxal entre brutalidade e sofisticação, repressão e discurso político estruturado, permitiu a Rosas não apenas consolidar seu governo, mas também redefinir os contornos do caudilhismo na Argentina, tornando-o mais complexo e, em certo sentido, mais republicano em sua forma de articulação do poder³⁵. Nesse sentido, o regime de Juan Manuel de Rosas incentivava a produção de coleções documentais, pois identificava nelas uma fonte de legitimação do poder e de um suposto passado originário, entendendo-as também como uma forma fundamental para o prosseguimento da Confederação. A coleção, então, sendo recepcionada e construída nesse cenário, adquire qual sentido?

³⁴ MYERS, Jorge. Las formas complejas de poder, in GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo (orgs.). *Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas en un viejo problemas*. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 96.

³⁵ Idem, p. 89.

A partir da década de 1830, observa-se no Rio da Prata uma valorização crescente do conhecimento histórico e da difusão do passado, refletida na produção textual da época. Esse fenômeno não apenas permeou todos os gêneros literários, mas também revelou uma busca intensa por consolidar uma identidade histórica que pudesse sustentar o presente e orientar o futuro. No entanto, essa empreitada enfrentou significativas limitações e desafios.

Um dos principais obstáculos foi a ausência de uma forma discursiva clara e consolidada que pudesse expressar uma disciplina historiográfica robusta. As tentativas de estabelecer uma historiografia formal foram marcadas por precariedade e incompletude. A análise das coleções documentais e dos institutos históricos fundados nesse período revela que, apesar dos esforços, essas iniciativas frequentemente se desviaram de seus objetivos originais ou assumiram outros propósitos, deixando um vazio na constituição de uma prática historiográfica consistente. A proliferação de textos sobre o passado gerou expectativas de que esses documentos contribuiriam substancialmente para a compreensão do presente e a projeção do futuro. No entanto, poucos relatos históricos conseguiram filiar identidades político-comunitárias de forma eficaz³⁶. Em vez de se construírem narrativas que pudessem unir a sociedade em torno de uma identidade comum, predominavam histórias centradas em indivíduos, facções ou conceitos abstratos como civilização, liberdade e progresso. Essa fragmentação resultou na ausência de uma narrativa coesa que pudesse ser entendida como uma história nacional.

A principal razão para essa carência é a dificuldade em articular uma perspectiva política clara e consensual que pudesse dar sentido aos eventos do passado local. Sem uma visão política inequívoca, os esforços para criar uma história nacional coesa permaneceram fragmentados e insuficientes. Essa lacuna não foi apenas percebida pelos contemporâneos, mas também lamentada, indicando uma consciência aguda das limitações historiográficas da época. O contexto de produção historiográfica no Rio da Prata ilustra a complexidade de se construir uma narrativa histórica que integre uma visão coletiva e nacional, superando a fragmentação das biografias individuais e das histórias de facções. A diversidade de propósitos e a falta de um discurso historiográfico robusto

³⁶ WASSERMAN, Op. Cit., p. 7.

refletem os desafios enfrentados na tentativa de consolidar uma identidade nacional através da história³⁷.

Para entender melhor esse cenário, é crucial considerar o papel dos documentos e práticas institucionais na formação da memória histórica. Os documentos reunidos e publicados durante esse período foram registros “objetivos”, mas também instrumentos de poder e legitimidade política. A seleção e a publicação desses documentos muitas vezes serviram para perpetuar uma memória específica e uma visão particular da história. A coleção Pedro de Angelis, num primeiro momento, parece direcionar seus documentos históricos para legitimar o governo de Juan Manuel de Rosas e consolidar a memória do rosismo, exemplificando como a historiografia pode ser moldada por interesses políticos, criando um sentido também para o colecionador e a forma como esta coleção é organizada.

No terceiro tomo da *Colección*, na impressão da obra *Actas capitulares desde el 21 hasta el 25 de Mayo de 1810, en Buenos Aires*, observa-se o encaixe de um tema que parece estranho aos demais que se encontram no mesmo volume, algo como se o colecionador, atento a demandas circundantes, quisesse agregar um sentido ao conjunto de textos mais antigos. Segundo Fabio Wasserman, “la publicación de las Actas dio así mayor consistencia y legitimidad a la interpretación que hacía el rosismo de la Revolución”³⁸. As citadas *Actas* estão entremetidas com outras obras que versam sobre descrições geográficas, fundações de cidades como Buenos Aires e Montevideú, memórias de navegação e diários de viagem. A princípio, nada indicava ser oportuna a publicação nesse tomo de textos institucionais pertinentes à Revolução de Maio de 1810. Segundo De Angelis, em seu prólogo da obra supracitada:

En un pueblo turbulento y indócil, este solo anuncio hubicra producido un alboroto, y arrastrado el país al borde de un abismo, pero la buena índole de sus habitantes, y la prudencia del Cabildo, les hicieron marchar con acierto en una senda nueva y peligrosa. Los miembros de esta ilustre corporacion, que hubieran podido asumir un poder que casi abdicó el Virey, le rodearon de consideraciones, y se mantuvieron en su dependencia, hasta que el pueblo, legalmente convocado, se decidió á reemplazarle por otra autoridad, que aunque bien definida en los primeros comicios, sufrió notables modificaciones en los subsiguientes³⁹.

³⁷ Idem, p. 20.

³⁸ WASSERMAN, Op. Cit., p. 218.

³⁹ De Angelis, Prólogo a las Actas Capitulares del Mes de Mayo de 1810', *Colección...*, Op. Cit., tomo III, 1836, p. II e III.

Este trecho do prólogo de De Angelis reflete a tensão e a incerteza que permeavam os primeiros momentos da Revolução de Maio de 1810. Algo que enfatiza a natureza instável e indisciplinada do “povo” durante esse período, sugerindo que qualquer anúncio precipitado poderia ter desencadeado um caos generalizado e levado o país à beira de um colapso. No entanto, também reconhece a “boa índole” dos habitantes e a prudência do cabildo, que conseguiram guiar a população por um caminho novo e perigoso com habilidade e discernimento. Os membros do cabildo, que tinham a oportunidade de tomar o poder deixado quase vago pelo vice-rei, optaram por cercá-lo de considerações e permanecer sob sua autoridade até que o povo, legalmente convocado, decidisse substituí-lo por outra autoridade. Este processo, embora inicialmente bem definido, passou por significativas modificações nos comícios subsequentes. A análise de De Angelis destaca a transição cuidadosa e deliberada do poder, ilustrando a prudência e a legalidade que caracterizaram este momento crucial na história argentina. Sua narrativa sugere uma interpretação dos eventos como um processo de evolução institucional gradual, ao invés de uma ruptura abrupta e caótica, o que pode ter sido uma tentativa de legitimar o novo governo perante seus contemporâneos e a posteridade.

Logo depois, segue:

La nueva Junta se instaló con los mas felices auspicios, y á egemplo del Cabildo, inculcó tambien obediencia á las leyes, respeto á los magistrados , union entre todos, y (lo que mas honra sus miembros) deferencia y veneracion á la persona del Virey, "dispensándole las consideraciones correspondientes á su carácter y al distinguido patriotismo con que, en favor de este país, se ha ofrecido á repetir en cualquier destino sus importantes servicios." Estos actos son generosos, y hacen mas injustificables las medidas que se tomaron poco despues contra el Señor Cisneros⁴⁰.

A organização documental, tal como empreendida por De Angelis, não pode ser dissociada do contexto discursivo que a possibilitou e legitimou. Se, por um lado, a inclusão de documentos na *Colección* serviu a propósitos políticos específicos, como a validação da narrativa rosista sobre a Revolução de Maio de 1810, por outro, ela se inscreve dentro de um campo de produção discursiva no qual os textos não apenas representam a história, mas também a estruturam. A compilação e edição de documentos não são meros registros neutros do passado, mas atos de fala inseridos em um sistema linguístico e institucional que confere a eles sentido e autoridade. Como ressalta a

⁴⁰ Idem.

historiografia do discurso, a linguagem delimita o que pode ser dito, mas também se transforma a partir daquilo que nela é expresso. A inserção das atas capitulares dentro de um conjunto aparentemente alheio ao tema não se resume a um acréscimo temático arbitrário, mas corresponde a uma estratégia discursiva que reorganiza o passado dentro de um campo de inteligibilidade específico. O que se observa, portanto, é que a *Colección* de De Angelis documenta o passado e o reinscreve dentro de uma moldura interpretativa que busca estabilizar os sentidos da Revolução de Maio em conformidade com os interesses políticos vigentes. A coleção, então, registra uma memória histórica e participa ativamente na construção e sedimentação dessa memória, evidenciando que a historiografia é um discurso engajado que estrutura o próprio entendimento do passado⁴¹.

Sabe-se que o governo de Rosas colecionou opositores ao largo dos anos em que esteve no poder. Esses opositores eram tachados como a escória, os selvagens, anarquistas sem nenhum apreço pela ordem. "Mueran los Salvages Unitarios!" foi um dos principais slogans promovidos pelos partidários de Juan Manuel de Rosas e pela comunidade intelectual que moldou o seu discurso.

Após anos de instabilidade, caracterizados pelo confronto entre os grupos políticos rivais dos federais e dos unitários, Rosas assumiu o poder como o "Restaurador das Leis" e governou a província de Buenos Aires entre 1829 e 1852⁴², com poderes ditatoriais concedidos pela Sala de Representantes. Com o apoio de um partido federal que ele controlava e subjugava, Rosas, juntamente com a elite intelectual que o rodeava, travou uma intensa campanha contra os unitários, vistos como o inimigo interno mais poderoso. Para alcançar seus objetivos, Rosas implementou medidas repressivas severas, e também utilizou uma poderosa máquina de propaganda para consolidar seu poder. O rosismo estava tão impregnado na sociedade bonaerense que diversos símbolos foram sendo incorporados pela população, muitas vezes de forma obrigatória, de maneira a demonstrar sua adesão ao regime e, assim, tornar mais visível o inimigo interno. Segundo Marcela Ternavasio, existiu uma forma de "vestir federal", que incluía "el tradicional poncho y chaqueta, utilizados básicamente por los sectores populares, pero tambien mediante

⁴¹ POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 64.

⁴² Com um breve período de interregno, entre 1832 e 1835, em que esteve envolvido na Campanha do Deserto.

sombreiros, guantes y peinetones con la estampa de Rosas, o bien la exhibición de objetos de uso cotidiano como vajilla, monederos y relicarios con su retrato”⁴³.

Assim, podemos vislumbrar como Pedro de Angelis, ao longo de sua atividade colecionista, seguiu organizando e conferindo significado a sua coleção, tendo em vista que sua prática colecionista esteve envolvida numa trama política. Esses papéis, nas mãos do colecionador, perdem seu status de meros objetos pertencentes a um tempo pretérito para fazerem sentido naquele presente, transmutando-se não só numa ponte entre mundos distantes, mas também num elo que conecta projetos políticos e ideológicos. Papéis que antes eram documentos institucionais ou formalidades administrativas, são recepcionados no século XIX platino, sendo ativamente apropriados pelo autor/colecionador que ocupa a centralidade do processo de interpretação, demonstrando que os sentidos desses documentos não são hermeticamente determinados no momento de sua criação, mas sendo destinados a serem ressignificados ao sabor de quem os recebe e influenciados pelo meio social, político e cultural que os circunda. Ou seja, o signo passível de leitura não se limita a ser uma mera reprodução ou reflexo dos eventos sociais que possibilitaram a sua concepção. Em vez disso, constitui um constructo social e cultural que, em virtude de sua historicidade, desempenha um papel ativo na geração das possíveis interpretações de cada leitor, nesse caso, o autor/colecionador. Este processo envolve estruturas intelectuais, emotivas e sensoriais. Dessa forma, se estabelece uma figura histórica que respeita a trajetória do signo lido, construído, mas que simultaneamente instaura uma ruptura com as interpretações precedentes, inscrevendo sua própria interpretação e deixando sua marca pessoal na obra apresentada⁴⁴. Mas quais são as marcas que uma coleção carrega de seu colecionador? No caso da coleção de Pedro de Angelis, dois momentos parecem organizar e dar sentido a esse conjunto: um voltado para as demandas da Confederação, fundamentadas principalmente em questões territoriais e de fronteiras; e outro aparentemente destinado a ser uma tábua de salvação para o colecionador.

Como já mencionado, a obra então impressa que inaugura o primeiro tomo da *Colección* intitula-se *Historia de Argentina, del descubrimiento, poblacion y conquista de las provincias del Rio de la Plata. Escrita por Rui Diaz de Guzman en el año de 1612*. A impressão debuta direcionando-se para a construção de um passado originário, trazendo à luz a escrita do conquistador Rui Diaz de Guzmán que, pelo fato de ter sido considerado

⁴³ TERNAVASIO, Op. Cit., p. 203.

⁴⁴ SILVEIRA & MOURA, Op. Cit., p. 127-128.

mestiço e nascido no Rio da Prata, torna-se um signo da escolha para encabeçar o primeiro tomo, que seguiria com mais cinco documentos à frente. Destarte, De Angelis inclina-se para atender a uma demanda oitocentista americana de construção histórica inserida no governo rosista, que precisava de um arcabouço social, político e cultural como sustento para a Confederação.

Como de praxe nos cinco volumes da *Colección*, De Angelis abre cada um desses com um discurso preliminar, uma forma de o autor/coleccionador reforçar sua autoria, demonstrar habilidades e aquilo que somente ele detém, os documentos/semióforos. No texto que inaugura a compilação seleta, De Angelis faz um movimento de crítica àqueles que em sua visão esqueceram a história argentina. Conforme o erudito napolitano, Rui Diaz de Guzmán foi posto de lado por indivíduos que deveriam celebrá-lo como o primeiro historiador de ditas províncias. Assim, ele escreve:

Cuando se compilen los anales literários de esta parte del globo, no dejará de extrañarse el olvido en que ha quedado por mas de dos siglos una obra importante, destinada á perpetuar el recuerdo de los hechos que señalaron el descubrimiento y la conquista del Rio de la Plata. Esta indiferencia por los trabajos de un escritor, que puede ser considerado como el primer historiador de estas provincias, no es fácil comprenderlo, ni seria posible explicarlo⁴⁵.

Aqui, De Angelis expressa sua perplexidade e lamenta o esquecimento a que foi relegada a obra de Rui Diaz de Guzmán, apontando para um lapso na valorização da historiografia local e sugerindo uma reavaliação do legado de Guzmán, destacando a necessidade de resgatar e celebrar os pioneiros da historiografia regional. A reflexão de De Angelis reivindicava o reconhecimento de Guzmán e revela uma preocupação com a preservação da memória histórica, sublinhando a importância de valorizar e estudar os primeiros relatos sobre a colonização e conquista para compreender plenamente a formação histórica das províncias. Sua análise enfatiza a lacuna na valorização da produção intelectual local e a necessidade de uma revisão crítica da historiografia para corrigir tais omissões e proporcionar um entendimento mais completo da história regional.

E acrescenta:

⁴⁵ De Angelis, Prólogo a *la Historia de Argentina, del descubrimiento, poblacion y conquista de las provincias del Rio de la Plata. Escrita por Rui Diaz de Guzman en el año de 1612, Colección...*, Op. Cit., t. I, 1836, p. I.

Sin embargo, en la historia general de América, la del Rio de la Plata ocupa un posto eminente. Si aqui no hubo de avasallar Incas, ni destronar Montezumas, no fué por eso menos larga y encarnizada la lucha. En el Peru y en Méjico la oposicion se encontró en los gobiernos: aquí fue obra de los pueblos, que se levantaron en masa contra los invasores, desde las costas del Oceano hasta las regiones mas encumbradas de los Andes⁴⁶.

Essa crítica não é inocente, tampouco vazia. Ela está carregada de tentativas de construção de uma narrativa que deslegitima a oposição, os “selvagens”, trazendo para si, na verdade para o regime político, a hegemonia do discurso, ou seja, uma guerra de narrativas entre civilização e barbárie. Para Maria Elisa Noronha de Sá, a dicotomia civilização/barbárie é um dos eixos centrais de representação da nação nas Américas⁴⁷. Essa análise revela que a produção historiográfica no Rio da Prata foi marcada por uma tensão entre a necessidade de construir uma narrativa histórica coesa e os desafios impostos pela fragmentação política e social. A ausência de uma narrativa nacional consolidada reflete a dificuldade de articular uma perspectiva política clara e consensual, bem como a influência das condições materiais e contextuais na produção do conhecimento histórico. Em suma, a história produzida nesse período foi um campo de batalha onde diferentes interesses e visões disputavam a legitimação e a construção da memória coletiva. Ou seja, a coleção de documentos parece então emergir primeiro como um instrumento de seu tempo, por meio da seleta de textos que eram então impressos, para depois adquirir sua função histórica.

O regime rosista precisou construir dois inimigos: o interno, representado na figura dos unitários; e o externo, as nações estrangeiras que ameaçavam o projeto político da Confederação Argentina. Essa conjuntura se refletiu na construção da coletânea da *Colección* quando, por exemplo, a palavra de ordem que incita à morte dos unitários aparece na capa de estreia do primeiro tomo, e quando os documentos seguintes representam questões territoriais. Nesse sentido, tais temas assumem um papel de protagonismo nesse cenário. Com efeito, questões territoriais e de fronteiras deram a tônica durante boa parte do século XIX sul-americano. Em um momento pós-emancipação das colônias hispânicas e de consequente fragmentação territorial entre as

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

províncias, somando-se a um passado colonial recente de disputas fronteiriças entre os reinos de Portugal e Espanha, a porção sul da América tornou-se um espaço de constantes disputas. A discussão territorial adquire então uma importância especial no contexto em análise, pois grande parte dos conflitos emergiu e se desenvolveu entre grupos que reivindicavam privilégios, direitos ou poderes sobre os territórios que habitavam. Ao longo do tempo essas disputas evoluíram, apresentando desafios e alinhamentos variados no campo político, econômico e social⁴⁸.

As cidades e províncias que constituíam o Vice-reino do Rio da Prata tornaram-se cenários de guerra e conflito de diversas naturezas e pontos de inflexão no pleito por soberania. As disputas ascenderam de escalas locais a níveis regionais e internacionais, com países como o Brasil reivindicando posses e direitos. Paralelamente, nações europeias como França e Inglaterra, com interesses econômicos acentuados permeando a querela entre os envolvidos, também fizeram parte desse cenário belicoso.

Tais conflitos refletiam a complexa rede de interesses e lealdades que atravessavam a sociedade da época, tornando a questão territorial um elemento central na luta por poder e autonomia. A transformação dessas disputas ao longo do tempo e o surgimento de novos desafios e alianças ilustram a dinâmica complexa das forças em jogo, ressaltando a importância de se entenderem as reivindicações territoriais como questões de direito e como expressões de identidade, poderes e resistências. Compreende-se assim melhor os processos históricos que moldaram a configuração política e social da região, evidenciando como as mudanças no desenho político-territorial influenciaram e foram influenciadas pelos atores locais e suas demandas.

Dessa forma, a territorialidade se revela como outro aspecto fundamental para entender a formação/organização da coleção de documentos amealhados por Pedro de Angelis. A partir do quarto tomo da *Colección*, observa-se como as questões de fronteiras estavam no centro das discussões oitocentistas sul-americanas. Abaixo, segue a relação das obras e seus respectivos volumes de modo a iluminar a questão levantada:

⁴⁸ No final do século XVIII, com as reformas impostas pela coroa espanhola, as colônias americanas foram submetidas a uma nova organização político-territorial que gerou resistência entre aqueles que se sentiram prejudicados. A crise da monarquia espanhola, precipitada pela ocupação da Península Ibérica pelas tropas francesas em 1808, deu aos territórios americanos um protagonismo sem precedentes. Com o rei cativo nas mãos de Napoleão Bonaparte, os habitantes de cada jurisdição começaram a exigir diferentes graus de autogoverno, fundamentados nos direitos que acreditavam ter sobre seus territórios. TERNAVASIO, Op. Cit., p. 10.

Quarto tomo: **I** - *Tratado firmado en Madrid á 13 de Enero de 1750, para determinar los limites de los estados pertenecientes a las Coronas de España y Portugal, en Asia y América.* **II** - *Tratado preliminar sobre los límites de los estados pertenecientes á las Coronas de España y Portugal, en la América meridional, ajustado y concluido en San Lorenzo, á 11 de Octubre de 1777.* **III** - *Carta de D. Manuel A. de Flores al Marques de Valdelirios, Comisario General de S. M. C. para la ejecucion del tratado de limites, celebrado en Madrid en 1750.* **IV** - *Informe del virey Arredondo á su sucesor Melo de Portugal, sobre el estado de la cuestion de límites en 1795.* **V** - *Correspondencia oficial sobre la demarcacion de límites, por D. Felix de Azara.* **VI** - *Apuntes históricos sobre la demarcacion de limites de la Banda Oriental.* **VII** - *Relacion geográfica y histórica de la provincia de Misiones, del Brigadier D. Diego de Alvear, Primer Comisario y Astrónomo en gefe de la segunda division de límites por la corte de España, en América.* **VIII** - *Diario de la navegacion y reconocimiento del rio Paraguay, desde la Asumpcion hasta Albuquerque y Coimbra, por D. Ignacio Pasos.* **IX** - *Reconocimiento del rio Pepiriguazú, por D. José Maria Cabrer, Coronel de ingenieros, Segundo Comisario, y Geógrafo de la segunda partida demarcadora, extractado de su diario inedito.* **X** - *Informe de D. Felix de Azara sobre varios proyectos de colonizar el Chaco. Proyectos de colonizacion del Chaco, por D. Antonio Garcia de Solalinde.* **XI** - *Expedicion al Chaco por el rio Bermejo, por el coronel D. Adrian Fernandez Cornejo.* **XII** - *Descubrimiento de un nuevo camino, desde el valle de Centa hasta la villa de Tarija, por el mismo.* **XIII** - *Diario de la expedicion de 1822 á los campos del sud de Buenos Aires, desde Moron hasta la Sierra de la Ventana, al mando del coronel D. Pedro Andres Garcia; con las observaciones, descripciones y demas trabajos científicos, ejecutados por el oficial de ingenieros, D. José Maria de los Reyes⁴⁹.*

Quinto tomo: **I** – *Descripcion de las Misiones, al cargo del Colegio de Tarija, por Fray Antonio Tamajuncosa.* **II** – *Diario histórico de la rebelion y guerra de los pueblos guaranis, situados en la costa oriental del Rio Uruguay, del año de 1754; version castellana de la obra escrita en latin por el P. Tadeo Xavier Henis.* **III** – *Relacion histórica de la rebelion de Jose Gabriel Tupac-Amaru en las Provincias del Perú, el año de 1780.* **IV** – *Colección de viages y expediciones á los campos de Buenos Aires, y a las costas de Patagonia⁵⁰.*

⁴⁹ DE ANGELIS, Pedro. *Colección...* Tomo IV, Op. Cit.

⁵⁰ DE ANGELIS, Pedro. *Colección...* Tomo V, Op. Cit.

Sexto tomo: **I** - *Apuntes históricos sobre la demarcación de límites de la Banda Oriental y el Brasil, reconocimiento del río Pepirí Guazú.* **II** - *Descripción del río Paraguai desde la boca del Xauru hasta la confluencia del Paraná.* **III** - *Diario de una navegacion e reconocimiento del Paraguai desde la ciudad de Asunción hasta os presidios Portugueses de Coimbra e Albuquerque.* **IV** - *Diario de la navegación y reconocimiento del Río Tebicuari.* **V** - *Viage al Río de la Plata e Paraguay.* **VI** - *Expedición al Chaco por el Río Bermejo.* **VI** - *Descripción geográfica e estadística de la provincia de Santa Cruz de la Sierra*⁵¹.

Em suma, no quarto tomo da seleta de documentos impressa na *Colección* de De Angelis, a ênfase recai sobre tratados e correspondências que abordam as questões de delimitação territorial entre as Coroas de Espanha e Portugal na América do Sul e na Ásia. Os documentos selecionados cobrem um amplo período, começando com o Tratado de Madrid de 1750 e avançando até relatórios e correspondências do final do século XVIII e início do século XIX. Essa seleção documenta os complexos processos diplomáticos e geopolíticos envolvidos na definição das fronteiras coloniais. Personalidades notáveis como D. Manuel A. de Flores e D. Felix de Azara aparecem nesses documentos, ressaltando a importância de figuras chave na negociação e implementação das demarcações territoriais. Esses textos refletem as intensas disputas e os esforços de consolidação territorial que foram centrais para a formação dos estados nacionais na América do Sul.

O quinto tomo concentra-se majoritariamente nas questões indígenas e nas revoltas ocorridas durante o período colonial. A documentação inclui descrições das missões jesuíticas, que eram centros de atividade religiosa e econômica, e relatos históricos de revoltas indígenas significativas. Além disso, são apresentados diários e relatórios de expedições aos campos de Buenos Aires e à costa da Patagônia, destacando a dinâmica de exploração e colonização de espaços menos conhecidos. Esse conjunto de documentos sublinha as tensões entre os colonizadores e os povos indígenas, bem como os esforços de evangelização e controle territorial pelos colonizadores.

O sexto tomo abarca documentos que tratam da exploração e mapeamento de importantes rios sul-americanos, como o rio Paraguai e o rio Bermejo, e das missões de demarcação de limites na região da Banda Oriental e do Brasil. Inclui relatórios detalhados de

⁵¹ DE ANGELIS, Pedro. *Colección...* Tomo VI, Op. Cit.

navegações e reconhecimentos geográficos realizados por figuras como D. Ignacio Pasos e D. José Maria Cabrer. Esses textos são fundamentais para entender os esforços de territorialização e as estratégias de exploração empreendidas pelos colonizadores, que buscavam consolidar sua presença e influência na região. A documentação também oferece uma visão das atividades científicas e exploratórias realizadas, refletindo a importância do conhecimento geográfico e estratégico para a consolidação dos estados coloniais.

Assim, torna-se claro como a coleção de De Angelis também refletiu as questões de seu tempo, não mais aqueles tempos de origem dos tantos manuscritos, mas do tempo que recepcionou e ressignificou os papéis, pelas mãos do erudito napolitano Pedro de Angelis. Segundo Horacio Crespo, De Angelis “...básicamente utilizó los materiales de su propia biblioteca, basada en adquisiciones a las familias de Cerviño, Cabrer y Zizur, prominentes exploradores y demarcadores de límites con los dominios portugueses en los últimos años de la dominación hispánica”⁵².

A família Cerviño, por exemplo, está associada a destacados exploradores e demarcadores que atuaram na delimitação de fronteiras entre os domínios espanhóis e portugueses. Seus membros participaram ativamente na definição de limites, enfrentando desafios como a necessidade de assistência indígena para identificar com precisão os cursos dos rios, conforme registrado nos diários de José Maria Cabrer. Este, por sua vez, um membro da família Cabrer, é conhecido por seu diário detalhado que acompanha a demarcação de fronteiras. Esse diário inclui observações astronômicas, descrições geográficas e relatórios sobre as dificuldades enfrentadas durante a demarcação, como a tradução e interpretação dos conhecimentos indígenas pelos agentes espanhóis. A obra de Cabrer é complementada por um atlas de planos corográficos e topográficos das regiões que ele percorreu, tornando-a uma fonte valiosa para o conhecimento detalhado dos territórios coloniais.

Essas famílias, portanto, não apenas contribuíram para o mapeamento e exploração territorial, mas também deixaram um legado documentado que foi cuidadosamente compilado por De Angelis, proporcionando uma visão abrangente e detalhada das dinâmicas coloniais e das disputas territoriais que moldaram a história da América do Sul.

⁵² CRESPO, Horacio. El erudito coleccionista y los orígenes del americanismo, in ALTAMIRANO, Carlos (org.). *História de los intelectuales en América Latina*. Madrid: Katz, 2008, p. 301.

Documentos como transporte

A partir de 1838, o regime de Juan Manuel de Rosas enfrentou diversos embates tanto internos quanto externos. As tentativas de criar uma ordem federal unânime foram resistidas por movimentos opositores dentro e fora da província de Buenos Aires. Alianças formadas por diferentes províncias e países estrangeiros não conseguiram derrotar o regime rosista nos primeiros anos da década de 1840, período em que este detinha maior poder dentro da Confederação. O regime de terror imposto nessa conjuntura conseguiu "pacificar" a província de Buenos Aires, mas não erradicou completamente as resistências. A ação dos opositores no exílio mostrou-se cada vez mais ativa, embora o regime parecesse sair sempre mais consolidado dos assédios.

Até 1850, a antiga rivalidade entre Buenos Aires e o litoral reviveu. A partir da província de Entre Rios, José Justo Urquiza liderou uma aliança com a província de Corrientes, o Estado Oriental do Uruguai e o Império do Brasil, que pôs fim ao longo período de hegemonia de Rosas, derrotando seus exércitos na Batalha de Caseros. Nesse contexto bélico internacional, a coleção emerge como uma espécie de colete salva-vidas para o seu detentor. Segundo Jaime Cortesão, cuja produção será central no terceiro capítulo deste trabalho, a “Coleção De Angelis constitui um magnífico despojo da batalha de Caseros. Basta lançar um olhar para as listas das obras, organizadas por De Angelis, para adivinhar-se sua importância enorme”⁵³.

Entre os anos de 1837 e 1841, Pedro de Angelis correspondeu-se com o cônsul geral da Rússia, residente no Rio de Janeiro, o Cavaleiro de Wallenstein. Nessas cartas citadas por Cortesão o erudito napolitano confidenciou sobre questões pessoais, a coleção e o cenário político rio-platense⁵⁴.

A partir de 1850 as tensões entre a Confederação Argentina e o Império do Brasil recrudesceram a níveis mais intensos. As hostilidades se acirraram com a invasão da Banda Oriental pelo império brasileiro, destruindo propriedades e provocando uma resposta diplomática argentina. As tentativas de resolver a situação diplomaticamente foram ignoradas pelo Brasil, que estava interessado em eliminar Manuel Oribe, à época presidente da República Oriental do Uruguai, e forçar um confronto com Rosas, tendo

⁵³ CORTESÃO, Jaime. Introdução, in: CORTESÃO, Jaime (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Guairá. Coleção de Angelis*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p. 57.

⁵⁴ Idem, p. 21.

em vista o fato de aquela região possuir proprietários de terras brasileiros nas fronteiras orientais ligados a criação de gado e outras atividades. A situação culminou na ruptura das relações diplomáticas entre os dois países, e a iminência de guerra era clara em 1851.

No entanto, as tensões entre a região platina e o Império do Brasil não nascem em 1850, eles se arrastam e se intensificam, alternando momentos de maior ou menor rivalidade ao longo do século XIX. Um dos principais fatores que derrubaram o presidente Bernardino Rivadavia, por exemplo, refere-se a sua falta de força e habilidade política para lidar com os desdobramentos da Guerra da Cisplatina (1825-1828), abrindo espaço para a posterior ascensão de Juan Manuel de Rosas. Ou seja, a coleção Pedro de Angelis construída por seu artífice é atravessada por confrontos políticos internos e externos. De Angelis tinha assim consciência sobre a conjuntura que o cercava. Nesse ponto, Cortesão, imprimindo um julgamento moral – situação que De Angelis carregou em vida e de forma póstera – destaca:

Ali na metrópole argentina, o europeu *derraciné* suspira, sufoca, treme, forceja, com angústia irreprimível, por escapular-se ao mando férreo e terrível de Rosas. Por isso imagina, com certa candura, coisa que não é raro encontrar até nos aventureiros mais espertos, obter por qualquer modo o auxílio ou a proteção do govêrno brasileiro, não excluindo a possibilidade de pôr-se ao seu serviço. Datam dessa época as primeiras tentativas, por então malogradas, de fazer-se pagar o talento e as habilidades mercenárias pelo govêrno brasileiro e, por certo, em detrimento da nova pátria, que adotara. — o que mostra desde já o fundo *condottieresco* do seu caráter⁵⁵.

Desse modo a pergunta segue pertinente: as tensões sociais e políticas que circundavam o colecionador influenciaram no sentido dado a esses documentos? Assim, esses papéis parecem adquirir um outro perfil, que ultrapassa as suas construções primeiras e também diversas entre si, relacionadas a outros momentos históricos, e adquirem um significado comum como instrumento de salvação política para o colecionador, em outro âmbito.

Contudo, é importante mencionar que a história das coleções nas Américas não se inicia com Pedro de Angelis. O século XIX é um terreno fértil para o surgimento de coleções e De Angelis é também um produto de seu tempo, embora nele tenha deixado sua marca particular. A partir do final do século XVIII Buenos Aires começou a se destacar em marcos culturais como a instalação de uma imprensa em 1780 e a fundação do Real Colégio de San Carlos em 1783. Nesse contexto surgiram algumas bibliotecas notáveis,

⁵⁵ Idem, p. 22.

cuja descrição detalhada foi realizada por Torre Revello em uma obra essencial. Entre essas livrarias a de Juan Baltasar Maziel sobressaiu, especialmente devido a sua paixão por livros, que o levava a arriscar seu crédito e recorrer a empréstimos para adquirir livros caros e difíceis de se obter⁵⁶.

Ademais, nessa época emergiram os primeiros antiquários, interessados em reunir "antiguidades" como documentos, objetos e livros, formando as primeiras coleções desse tipo na região. O historiador Horacio Crespo cita Julián de Leyva como exemplo de quem não apenas obteve documentos interessantes, como os manuscritos dos livros sobre a história da Companhia de Jesus na Província do Paraguai, composto por Pedro Lozano, e de *La Argentina*, escrito Ruy Díaz de Guzmán. Leyva também fez anotações em alguns desses textos, e teria emprestado livros para figuras como Félix de Azara e o deão Gregorio Funes, além de ter fornecido fontes para as edições de De Angelis. Outro colecionador importante foi José Joaquín de Arauja, que reuniu papéis originais, cópias de documentos, códices, peças de história natural e moedas americanas. Gaspar de Santa Coloma iniciou uma valiosa coleção documental sobre a história marítima, comercial, religiosa, social e política do Rio da Prata⁵⁷.

O mais destacado desses colecionadores foi o canônico Saturnino Segurola, conhecido por introduzir a vacina contra a varíola. Seus arquivo e museu, alimentados em grande parte pelas coleções jesuíticas, eram os mais notáveis de sua época e serviram de base para as pesquisas de outros como Gregorio Funes, Bartolomeu Mitre e o próprio Pedro de Angelis. Após sua morte, seus documentos foram doados à Biblioteca Nacional da Argentina e seus livros leiloados, muitos dos quais sendo adquiridos por Andrés Lamas e Manuel Ricardo Trelles, dois bibliófilos importantes da geração seguinte.

Essa reconfiguração histórica destaca a relevância e complexidade das coleções e figuras literárias na formação cultural e política de Buenos Aires no final do século XVIII e início do XIX, ressaltando a contribuição significativa desses intelectuais e colecionadores para preservar e disseminar conhecimento na região. Bibliotecas e arquivos no Rio da Prata se formavam nesse tempo, com agentes e suas motivações. Nessa análise emergem duas fases distintas na trajetória de recepção e construção de sentido da coleção em tela, refletindo as demandas políticas do período e as ambições pessoais do colecionador.

⁵⁶ CRESPO, Op. Cit., p. 299.

⁵⁷ Idem, p. 299.

Inicialmente, tais documentos aparecem com um papel fundamental no esforço de construir uma narrativa histórica que legitimasse o governo de Juan Manuel de Rosas e a Confederação Argentina. Neste contexto, a coleção está entrelaçada com as necessidades do Estado rosista. A produção de uma história oficial que consolidasse a memória do regime e justificasse suas ações políticas era uma prioridade. O ambiente sociopolítico da época, marcado por conflitos internos e externos, demandava uma narrativa histórica que celebrasse as conquistas do regime e deslegitimasse os opositores. A coleção de documentos de De Angelis, portanto, servia como instrumento crucial a esse propósito, fornecendo matéria-prima para se construir uma história oficial que fortalecesse o poder de Rosas e promovesse a coesão interna da Confederação.

Paralelamente, a prática de colecionar documentos e artefatos históricos era uma atividade comum entre os intelectuais do século XIX, refletindo uma era de fervor bibliográfico e antiquário. A criação de bibliotecas e coleções revela uma sociedade engajada na preservação e estudo do passado. Essas coleções alimentaram a erudição local e forneceram recursos para os estudiosos compreenderem e interpretarem a história regional. A fundação de instituições como a imprensa em 1780 e o Real Colégio de San Carlos em 1783 sublinham o investimento cultural da época, criando um ambiente propício para o colecionismo e a erudição.

No entanto, a trajetória de Pedro de Angelis também deve ser entendida em termos de suas ambições e estratégias de ascensão social, assim como também do medo que sentia do regime para o qual servia. A partir do momento em que sua relação com o governo rosista se enfraquece, De Angelis começa a utilizar sua coleção como meio para alcançar novos patamares de reconhecimento e influência. A coleção, inicialmente destinada a servir aos interesses do regime, torna-se instrumento para a promoção pessoal de De Angelis, seja como autor renomado ou um colecionador capaz de atrair o interesse de outros governos, incluindo o império brasileiro, que viu naquelas fontes uma importante via de legitimação territorial, principalmente no extremo sul de suas fronteiras, onde o Rio Grande sofria reais ameaças de invasão pela mentalidade expansionista da Confederação. Dessa forma, a coleção mais uma vez expõe um de seus principais pilares: o tema das fronteiras, espelhando o cenário oitocentista sul-americano de constantes disputas. Esse uso da coleção como um veículo legitimador e ao mesmo tempo facilitador das estratégias pessoais de seu artífice destaca a flexibilidade e adaptabilidade das diversas formas de construção de sentidos num contexto de mudança política e social.

Nas citadas cartas trocadas com o cônsul russo, De Angelis oferece suas habilidades profissionais a serviço do governo brasileiro, usando como base argumentativa sua experiência de doze anos passados em terras argentinas⁵⁸.

A formação da coleção, portanto, não pode ser vista como um fenômeno isolado. Ao contrário, deve ser entendida dentro de um quadro mais amplo de atividades intelectuais e culturais do século XIX, quando o documento oficial era a principal fonte de legitimação histórica e a profissão de historiador ainda estava em seus primeiros passos. A coleção de documentos não era apenas um passatempo ou interesse pessoal, mas uma atividade com implicações políticas e sociais significativas. As coleções serviam tanto para preservar o passado quanto para moldar o presente e influenciar o futuro, refletindo as complexas interações entre erudição, poder e identidade cultural.

Em suma, a análise da recepção da coleção Pedro de Angelis oferece uma visão aprofundada das dinâmicas culturais e políticas do Rio da Prata no século XIX. Sua trajetória ilustra como a história e a erudição eram utilizadas para servir tanto aos interesses do Estado quanto às ambições pessoais, destacando a importância dos documentos e coleções na construção e legitimação de narrativas históricas. A coleção Pedro de Angelis, com sua dualidade de servir ao poder e ao mesmo tempo resgatar seu criador, encapsula as tensões e oportunidades de uma era em que a história começava a se firmar como uma disciplina profissional e um instrumento de poder.

A forma como os documentos amealhados foram recepcionados e ressignificados envolve uma apropriação ativa, destacando o papel central do autor/colecionador. Isso implica que os significados da coleção não estavam fixados de forma definitiva no momento de sua criação; eles não existem de forma inerente. A propósito, isso ajudará a pensar a coleção nos próximos dois capítulos, quando os documentos colecionados atravessam mais dois períodos históricos distintos. Essa ideia é fundamental para pensar o tratamento e trajetória histórica desses papéis, ao se reconhecer o colecionador como alguém que confere sentido a sua coleção, atribuindo significados a um sistema e em seguida decifrando-o. É uma interação dinâmica, na qual a coleção – de documentos, moedas, esculturas ou objetos naturais – dialoga com o colecionador, embora ambos os polos existam de forma independente.

⁵⁸ CORTESÃO, Op. Cit., p. 25.

A recepção, portanto, não consiste apenas em uma simples correspondência ou adequação, mas sim em uma interação na qual o significado é construído. Contrária à noção de que uma obra apenas reflete seu tempo ou possui uma verdade imanente, essa abordagem adaptada à atividade colecionista sugere que o sentido emerge da interação entre colecionador e coleção. Nesse diálogo, a imaginação e as interações sócio-políticas do colecionador organizam, filtram e selecionam, criando novas interpretações. Some-se a isso o fato de que De Angelis vivenciou todo o período do governo de Juan Manuel de Rosas, desde sua ascensão à queda, de 1829 a 1852. Ao longo desses vinte e três anos o colecionador passou por momentos de medo, insegurança e incertezas que atravessaram a sua atividade colecionista, refletindo-se em sua obra. Essa perspectiva traz implicações importantes, desafiando a ideia de uma "tradição" existente de forma independente, influenciando ou moldando o futuro. Em vez disso, o legado é visto como um conjunto heterogêneo de interpretações sempre sujeitas a mudanças, podendo até resultar em rupturas quando a atenção se volta de um assunto a outro, ou quando um entendimento particular do passado é revolucionado. A eliminação da ideia de um referente sólido para interpretar os vestígios da história confere novo sentido e relevância ao juízo das diferentes apropriações, pois sempre avaliamos, de maneiras e graus variados, o que é dito sobre o passado e feito a partir de suas recepções⁵⁹. Tal abordagem ajuda também a superar ideias como as que poderiam ligar tais documentos a um suposto imaginário de uma nação pré-existente, sendo esses gestados em longínquos tempos coloniais.

Além disso, esse enfoque nos liberta de preconceitos que impedem de explorar apropriações que, à primeira vista, possam parecer equivocadas ou ridículas. O interesse não está na "verdade" de uma recepção, mas na recepção em si. Isso permite questionar como cada recepção reformulou a visão do passado, estabelecendo uma nova realidade.

No tomo IV, em *Proemio al Tratado de Madrid de 1750*, Pedro de Angelis discursa contextualizando o Tratado de Utrecht no fim da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713) e levanta questões que envolveram a devolução da Colônia de Sacramento ao domínio português, bem como as revoltas indígenas que resistiram ao reordenamento territorial. Ao finalizar, De Angelis aponta que:

⁵⁹ VARGAS, Anderson Zalewski. As recepções e as conformações de passado e presente. *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 2, p. 7-17, 10-11, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/herodoto/article/download/10959/7784> Acesso em: 04/09/2024.

Sin embargo de haber quedado en proyecto, este ajuste es uno de los documentos importantes para la historia de estas provincias, por ser el punto de arranque de la demarcación de límites entre los dos estados, y como el programa de los grandes trabajos geodésicos que se emprendieron después en las fronteras del Brasil y Paraguay⁶⁰.

O coleccionador, então, destaca a importância do ajuste de demarcação de limites, mesmo que tenha permanecido apenas em projeto. Ele salienta que este documento foi crucial para a história das províncias, servindo como ponto inicial para a delimitação das fronteiras entre Brasil e Paraguai. Além disso, o ajuste foi fundamental para os trabalhos geodésicos subsequentes, que delinearão com precisão essas fronteiras, contribuindo para a consolidação territorial dos novos estados. De Angelis sublinha que esses documentos são registros políticos e também bases para avanços científicos e técnicos na região.

Ainda no quarto tomo, em *Informe del Virey D. Nicolas de Arredondo a su sucesor D. Pedro Melo de Portugal y Villena sobre el estado de la cuestion de limites entre las cortes de España y Portugal, en 1795*, os documentos da *Colección* parecem caminhar para a construção de uma narrativa de primazia de conquista dos territórios sul-americanos. Na primeira seção, intitulada *Resumen histórico del modo y tiempo en que los Portugueses se introdujeron á esta parte de América*, é possível perceber um tom de revanchismo contra os portugueses, destacando que:

La célebre controversia suscitada desde el descubrimiento del Nuevo Mundo, entre nuestra Corte y la de Lisboa, sobre los límites que en tan vastas y desconocidas regiones debían circunscribir sus respectivas conquistas, aunque pareció terminada en su propio origen por la bula de Alejandro VI de 1513, tardó muy poco en reproducirse con mayor ardor que al principio, con ocasión de haberse establecido los Portugueses en las tierras del Brasil, á que tenía derecho nuestra Corte, no solo por la decision pontificia de Alejandro VI, y por lo capitulado en el tratado de Tordesillas de 1494, sino tambien porque ya habían sido descubiertas á espensas de nuestra Corona por el capitan Juan de Solís. Es bien sabido que Solís tomó posesion de ellas en el año de 1516, quando los Portugueses no habían visto tierra de América, y que recorriendo Solís para el sur las estendidas riberas del Océano hasta el caudaloso Rio de la Plata, hicieron en sus márgenes nuestros pobladores sus primeros establecimientos el año de 1526, empezando á sufrir desde esta fecha la oposicion de los Portugueses, que con desprecio del referido

⁶⁰ De Angelis, *Colección...* Op. Cit., t. IV, p. II-III.

tratado y de la resolución de Alejandro VI, habían arribado al Brasil después que Solís fué muerto por los índios⁶¹.

Na seção *Motivos y objetos de la línea divisória*, essas rugas ficam ainda mais evidentes:

Un sistema tan pernicioso ha puesto en precision á nuestra Corte de mirar como asunto el mas interesante la demarcacion de límites de los territorios de ambas coronas, á fin de que su designacion y observancia sirviese á contener las frecuentes introducciones de los Portugueses á nuestros dominios, y de reparar los perjuicios que irrogaba su comercio clandestino. A este importante objeto se ha dirigido el tratado preliminar de límites del año de 1777: pero como la experiencia ha enseñado que la santidad de los tratados no embaraza á los Portugueses la prosecucion de su plan, ni circunscribe sus miras á términos ajustados, es necesaria toda la vigilancia del que gobierna, para contenerlos dentro de sus limites y hacerlos arreglar á la observancia del tratado⁶².

Para Fabio Wasserman, Pedro de Angelis demonstrava uma consciência aguçada acerca do caráter inovador de sua compilação de documentos impressos, intitulada *Colección*. Sua obra não se limitava à publicação de materiais inéditos e significativos; pois também buscava estabelecer os fundamentos para a criação de um território próprio para o conhecimento histórico dentro do universo literário. Essa iniciativa reflete uma compreensão profunda da importância de diferenciar entre os insumos adequados para os historiadores e o que ele considerava serem meras fábulas⁶³.

Ao destacar a necessidade de separar o material factual e documentado das histórias fictícias, De Angelis estava propondo um rigor metodológico que visava construir uma historiografia mais sólida e confiável. Essa postura revela uma intenção de profissionalizar e legitimar o campo da história, elevando-o acima das narrativas populares e lendárias que muitas vezes prevaleciam na época. A coleção amalhada por De Angelis, portanto, era uma compilação de documentos e um projeto intelectual que parece se construir para dar sentido a demandas de seu tempo e, ao mesmo tempo, amparar o próprio colecionador.

Essa distinção entre fatos históricos e fábulas é crucial para a consolidação da história como disciplina científica. Ao insistir na importância dos documentos como base para a

⁶¹ Idem, t. IV, p. 3.

⁶² Idem, p. 6-7.

⁶³ WASSERMAN, Op. Cit., p. 64.

construção do conhecimento histórico, De Angelis contribuía para formar uma cultura acadêmica que valoriza a evidência e a pesquisa meticulosa. Esse enfoque é particularmente relevante no século XIX, quando a história começava a se afirmar como um campo de estudo independente, com seus próprios métodos e critérios de validação.

Ademais, a obra de De Angelis pode ser vista como uma resposta a demandas de seu tempo, em que a construção de identidades nacionais e a legitimação de regimes políticos dependiam, em grande medida, da interpretação do passado. Ao oferecer uma coleção de documentos históricos, ele estava não só preservando a memória coletiva, mas também participando ativamente na formação de uma narrativa histórica que poderia ser utilizada para fins políticos e sociais. Dessa forma, a coleção se insere em um contexto maior de construção de poder e identidade, em que o controle sobre a narrativa histórica desempenha um papel fundamental. Decorre desse ponto a importância de se entender, no tomo quarto destacado da *Colección*, a narrativa antilusitana estabelecida em parte dos documentos que compõem a sua obra.

A análise dos conteúdos da *Colección* de Pedro de Angelis revela uma tendência significativa de incluir textos que tratam de explorações e relatórios sobre áreas pouco conhecidas, especialmente as regiões fronteiriças. Essas inclusões não são aleatórias; elas têm um propósito claro e estratégico. A documentação de áreas como a região norte do Rio da Prata e a Patagônia desempenha um papel duplo essencial.

Primeiramente, a publicação desses documentos atende à necessidade de fornecer conhecimentos detalhados sobre territórios considerados potencialmente ricos em recursos. No contexto do século XIX, a expansão territorial e a exploração de novas áreas eram de suma importância para os estados em formação e em consolidação. Informações precisas sobre a geografia, os recursos naturais e populações locais eram cruciais para a tomada de decisões administrativas e econômicas. Assim, os documentos colecionados e publicados em forma impressa poderiam funcionar como uma ferramenta vital para os governos e exploradores, fornecendo dados que poderiam orientar a ocupação e a exploração econômica dessas regiões.

Em segundo lugar, a publicação desses textos desempenha um papel crucial na legitimação de reivindicações territoriais, e esse aparenta ser o tronco principal no qual tais papéis ganham sentido e organização. A documentação histórica serve como um meio poderoso de afirmar direitos sobre territórios disputados. Ao compilar e divulgar

relatórios de exploração e decisões administrativas, De Angelis contribuía para construir uma narrativa histórica que respaldava as reivindicações territoriais da Confederação Argentina, mas que também serviria aos mesmos propósitos para países como o Brasil imperial. Esse uso estratégico da história para fins de legitimação territorial destaca a interseção entre o conhecimento histórico e o poder político. Mas não só. A forma como De Angelis organizou e conferiu significado a sua coleção também a transformou em um importante trunfo para si, de maneira a ser usada como uma espécie de tábua de salvação e ao mesmo tempo um transporte para o reconhecimento póstero, revertendo assim seu suposto fracasso, servindo apenas a interesses geopolíticos alheios, mas também utilizada como um instrumento de autopreservação e projeção pessoal. A reunião desses documentos, sua meticulosa organização e sua posterior circulação impressa revelam um processo consciente de *self-fashioning*, no qual De Angelis busca transformar sua trajetória pessoal em um testemunho de sucesso, mesmo em meio às dificuldades que enfrentou. A polarização entre êxito e fracasso, amplamente discutida nos estudos sobre trajetórias individuais na Era Moderna, não se manifesta aqui como uma dicotomia rígida, mas sim como um espectro de possibilidades, no qual a publicação da *Colección* se apresenta como uma tentativa de ressignificação de sua própria história. O deslocamento de De Angelis entre diferentes espaços – da Europa ao Rio da Prata, da atuação política à erudição histórica – insere-se em um padrão recorrente de mobilidade como forma de superação do fracasso e reconstrução de uma identidade intelectual reconhecida. A *Colección* confere sentido aos documentos reunidos, e também à trajetória de seu organizador, evidenciando como a produção historiográfica pode ser, simultaneamente, uma ferramenta de poder e um meio de autolegitimação⁶⁴. Pedro de Angelis revela como a mobilidade entre espaços e esferas de atuação foi crucial para sua reconstrução intelectual. A organização da *Colección* não apenas conferiu sentido aos documentos reunidos, mas também consolidou sua reputação, transformando vitupérios em reconhecimento e inserindo-o em uma comunidade que valorizava seu trabalho⁶⁵.

⁶⁴ ÁLVAREZ-OSSORIO ALVARIÑO, Antonio et al. (orgs.). *Vidas fallidas: aproximaciones al concepto de éxito y fracaso individual en la modernidad*. Mar del Plata: EUDEM, 2023, p. 7-8. Disponível em: https://eudem.mdp.edu.ar/novedad_libro.php?id_libro=1635 Acesso em: 25/03/2025.

⁶⁵ NORONHA, Rodrigo. Do vitupério ao reconhecimento: a trajetória de Pedro de Angelis por sua coleção. STUMPF, Roberta et al. (orgs.). *Resistências e [in]sucessos nos impérios ibéricos. Séculos XVI-XIX*. Lisboa: Autónoma Edições, 2024, p. 293. Disponível em: [Resistências e Insucessos_livro completo.pdf](#) Acesso em: 30/03/2025.

Essa abordagem também reflete uma compreensão mais ampla das funções da historiografia no século XIX. A história era um campo de estudo acadêmico e também uma ferramenta prática para a construção de estados-nação e a definição de fronteiras. A *Colección* de De Angelis, ao incluir documentos sobre áreas pouco conhecidas e disputadas, se insere nesse contexto de uso político da história. Ela contribui para a formação de um discurso histórico que legitima a expansão territorial e a consolidação do poder estatal.

Além disso, a atenção a áreas fronteiriças e pouco exploradas sublinha a importância da história como uma disciplina que registra o passado e também molda o futuro. Através da documentação e da publicação de relatos de exploração, De Angelis estava participando ativamente na formação de uma visão do território que poderia guiar futuras ações políticas e econômicas, assim ressignificando tais documentos. Isso se reflete, por exemplo, na forma como, tempos depois, Jaime Cortesão recebeu e lidou com esses documentos, a qual, como já dito, será tratada no terceiro capítulo. Essa função prospectiva da historiografia é um aspecto crucial da sua relevância no contexto da construção de estados-nação.

Por isso, a distinção tradicional entre "obra" e "documento" na historiografia é desafiada pela noção de que ambos podem transcender suas categorias usuais e adquirir dimensões um do outro. A ideia de que autores clássicos são considerados "obras" enquanto uma planilha de impostos ou um testamento são vistos como "documentos" é inicialmente clara, mas, na prática, essa separação se mostra menos rígida⁶⁶.

O argumento sugere que uma "obra" pode adquirir dimensões documentais à medida que se insere na história, oferecendo informações contextuais e insights que transcendem sua finalidade original. Da mesma forma, um "documento" pode assumir características de uma "obra" quando é interpretado de maneira que destaque suas implicações culturais, sociais e políticas, oferecendo uma visão mais rica e multifacetada da história.

Inicialmente, os textos compilados por De Angelis podem ser vistos como documentos que registram explorações e decisões administrativas. No entanto, ao serem reunidos e contextualizados em uma coleção, esses documentos adquirem uma nova dimensão,

⁶⁶ Para tais ideias ver LACAPRA, Dominick. *Repensar la historia intelectual y leer textos*, in ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Intersecciones*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p. 246.

tornando-se "obras" que contribuem para a construção de uma narrativa histórica. A *Colección* impressa registra fatos, mas também organiza e interpreta esses de uma maneira que revela intenções políticas e culturais subjacentes, transformando documentos administrativos em peças de um projeto historiográfico.

De Angelis estava consciente do caráter inovador de sua coleção, entendendo que ela apresentava materiais inéditos e estabelecia um território para o conhecimento histórico. Sua distinção entre "insumos" para historiadores e "meras fábulas" reflete essa tensão entre o documento bruto e a obra interpretativa. Ao selecionar e organizar os textos, De Angelis estava, de fato, delineando o que considerava ser a base factual e legítima da história argentina, ao mesmo tempo em que elevava esses documentos a um status que lhes conferia uma significância maior no campo literário e histórico.

Ademais, ao considerar os conteúdos da *Colección*, que incluem relatos de explorações e decisões sobre áreas fronteiriças, observa-se que esses documentos tinham um papel crucial na legitimação de reivindicações territoriais. A documentação histórica, nesse contexto, não era um mero registro passivo, mas uma ferramenta ativa na construção de uma narrativa que servia aos interesses políticos e expansionistas da Confederação Argentina. Assim, os documentos sobre o norte do Rio da Prata e a Patagônia se transformam em "obras" ao serem utilizados para sustentar e promover as reivindicações territoriais do governo.

Esta perspectiva pode ser relacionada com a ideia de que o leitor ou intérprete confere significado aos textos, não sendo esses intrínsecos, mas resultantes de uma interação dinâmica entre obra e leitor. Ao compilar e interpretar os documentos De Angelis estava, de certa forma, "lendo" o passado e conferindo-lhe um sentido que servia aos propósitos do presente, moldando a recepção e compreensão da história argentina de sua época. Por isso, a distinção entre "obra" e "documento" é fluida e contextualmente dependente. A coleção exemplifica como documentos podem ser elevados ao status de obras através de sua organização e interpretação, revelando dimensões documentais e significados que ultrapassam sua função original, que não só enriquece a historiografia, bem como sublinha o papel ativo do autor/coleccionador na construção do conhecimento histórico, moldando e sendo moldado pelas necessidades e contextos de seu tempo⁶⁷.

⁶⁷ Idem.

Como levantado anteriormente, em cartas trocadas com o Cavaleiro de Wallenstein, De Angelis sentia medo do governo para o qual servia. A análise das circunstâncias que moldaram a reunião de documentos, então, dentro de um regime político conturbado, pode revelar a influência do medo na organização e no significado atribuído a essa coleção. Jean Delumeau, ao explorar o medo no contexto histórico ocidental, fornece uma base teórica aplicável à situação específica de De Angelis⁶⁸. O medo, como elemento central na experiência humana, influencia profundamente as ações e motivações daqueles que vivem sob regimes opressivos.

De Angelis, ao coletar e organizar documentos, não pôde separar seu trabalho do clima de terror imposto por Rosas, no qual a Mazorca, um grupo paramilitar, perseguia e por vezes assassinava adversários políticos. Mesmo alinhado ao regime, De Angelis vivia sob a constante ameaça de represálias caso se desviasse das expectativas políticas de Rosas. Esse medo permeou inevitavelmente a maneira como ele conduziu seu trabalho de colecionador. A necessidade de segurança e a consciência da própria mortalidade⁶⁹, tão bem descritas por Delumeau, são evidentes no modo como De Angelis estruturou sua coleção: a crítica aos unitários na primeira página da coleção, os discursos preliminares carregados de apologismos e a narrativa que vilaniza os portugueses nas questões de fronteiras corroboram essa ideia. No tomo VI da *Colección*, na obra *Apuntes históricos sobre la demarcacion de limites de la Banda Oriental y el Brasil*, o colecionador em seu proêmio escreve:

Después de haber logrado reconocer la línea comprendida entre las costas del Océano y la confluencia del Pepirí-guazú en el Paraná, tuvo que desistir de su obra, por las dudas que promovieron los comisarios portugueses, sobre la inteligencia que debía darse a los artículos 3º y 4º del tratado. Éste era el arbitrio que empleaban para eludirlo, interesados como estaban en no ejecutarlo para no devolverlo **usurpado**. [grifo meu]

Entretanto el Gobernador de Río Grande repartía estancias en el territorio que nunca había pertenecido a la corona de Portugal, y construía guardias para defenderlas, sin que bastasen a contenerlo las representaciones y amenazas del virrey de Buenos Aires⁷⁰.

⁶⁸ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, 1300-1800. Uma cidade sitiada*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

⁶⁹ Idem, p. 23.

⁷⁰ De Angelis (org.). *Colección...* Op. Cit., t. VI, p. 9.

A coleção Pedro de Angelis, portanto, transcende a mera reunião de documentos históricos, refletindo as tensões e pressões políticas da época. A forma como ele conferiu sentido e organizou os materiais foi diretamente influenciada pelo medo de represálias e pela necessidade de legitimar o regime de Rosas e as questões territoriais que o integravam. A seleção dos documentos, a maneira de apresentá-los e a narrativa construída em torno desses podem ser vistas como respostas a ameaças constantes que pairavam no ambiente social que circundava o colecionador.

Esse medo se torna então outro filtro essencial para interpretar a coleção. A organização dos documentos e a ênfase em certos eventos ou figuras políticas representam tentativas de alinhar-se às exigências do regime, buscando, ao mesmo tempo, segurança pessoal. Assim, a coleção de De Angelis documenta a visão de história da Confederação Argentina, mas também carrega a marca indelével do medo que seu colecionador provavelmente sentia.

A coleção, vista sob essa luz, ganha uma dimensão adicional de significado, com o qual o medo não é apenas um contexto externo, mas um componente ativo na construção do conhecimento histórico. Essa perspectiva permite uma compreensão mais rica e complexa da coleção, revelando como os documentos foram preservados e moldados pelas circunstâncias de um regime opressivo.

A utilização dos documentos e a maneira como foram apresentados refletem a intenção de documentar a história de uma nação e a necessidade de um homem garantir sua sobrevivência e relevância dentro de um contexto político turbulento. Esse duplo objetivo – registrar a história e assegurar a própria segurança – confere à coleção um caráter multifacetado e profundamente humano. Portanto, ao analisarmos a coleção devemos considerar seu valor histórico e as complexas dinâmicas pessoais e políticas que a moldaram, que se refletem na recepção desses documentos no século XIX, entrando em uma nova etapa de sua trajetória.

Os manuscritos da coleção Pedro de Angelis se dividem, assim, em quatro seções – conforme o catálogo elaborado pelo próprio colecionador com o propósito de servir de vitrine para os documentos que mais tarde seriam vendidos ao governo imperial brasileiro, tema do próximo capítulo. A primeira seção foi destinada aos documentos relativos à Província do Rio da Prata. Na segunda seção o tema se direciona para as missões do Paraguai, Moxo e Chiquitos e as cartas ânuas dessas missões. Na terceira

seção os documentos são sobre a região do Chaco, a costa da Patagônia, o Estreito de Magalhães, a Terra do Fogo e as Ilhas Malvinas. E a quarta seção destina-se a planos e mapas⁷¹. Essa organização mais uma vez revela o seu caráter temático centrado na região, nas províncias e ocupações desses territórios. Ao ser derrotado pelas forças opositoras que incluía o governo do Império do Brasil, De Angelis acaba por cair junto com seu patrono, Juan Manuel de Rosas, algo que o coloca na difícil situação de encontrar-se sem emprego, proteção ou uma melhor condição financeira que o pudesse amparar. Nesse aspecto, a coleção então passa a assumir um segundo sentido, com o qual De Angelis, atravessado pelo medo e as incertezas de seu longo período a serviço de Rosas, consciente ou não, conferiu ao grande conjunto documental: o transporte e viagem no espaço deste *corpus*, servindo a outro poder.

Pedro de Angelis desenvolveu sua atividade colecionista de maneira abrangente, reunindo tanto documentos manuscritos quanto obras impressas, sem estabelecer entre eles uma separação rigorosa. Essa prática se justifica pelo fato de que, na primeira metade do século XIX, as definições modernas de bibliografia ainda não estavam plenamente consolidadas, mas também pela própria natureza do material disponível sobre a região do Rio da Prata. Muitas obras de referência sobre o território platino ainda não haviam sido impressas e circulavam exclusivamente em forma de manuscritos originais ou cópias. Em vez de ignorá-las, De Angelis optou por incorporá-las à sua coleção, conferindo-lhes o mesmo status dos impressos e ampliando o escopo de sua produção bibliográfica. Sua preferência pelos manuscritos fica evidente no investimento financeiro e no esforço despendido para adquiri-los, o que se reflete no catálogo de venda de sua coleção, onde constam 1.241 manuscritos ou conjuntos de manuscritos, muitos deles autógrafos, frente a 1.707 obras impressas. Esses impressos, em diversos casos, consistiam em folhas avulsas ou pequenos folhetos de valor editorial limitado à época. Assim, sua coleção reflete um acervo documental diversificado, e revela um critério de seleção voltado para a autenticidade e a exclusividade dos registros históricos que reuniu⁷².

A dispersão dos documentos que compunham a coleção de Pedro de Angelis reflete a complexidade do destino dos acervos históricos ao longo do tempo. Uma parcela significativa desse fundo documental foi incorporada à Biblioteca Nacional do Brasil

⁷¹ ANGELIS, Pedro de. *Coleccion de obras impresas y manuscritas que tratam principalmente del Rio de La Plata*. Buenos Aires, 1853. Disponível em: [bndigital0545.pdf](#) Acesso em: 07/05/2024.

⁷² SABOR, Op. Cit., p. 205-206.

(BNB), onde permanece como um dos conjuntos mais valiosos para a pesquisa sobre a história platina e a configuração territorial sul-americana. Outra parte foi absorvida pelo Arquivo Geral da Nação na Argentina, bem como por diversas bibliotecas públicas e coleções privadas. No entanto, há uma fração considerável da coleção cujo paradeiro permanece desconhecido, o que levanta questionamentos sobre possíveis perdas, extravios ou até mesmo incorporações silenciosas a outros acervos sem a devida catalogação. A incerteza em torno desses documentos perdidos limita o acesso a fontes primárias potencialmente relevantes, bem como evidencia os desafios na preservação de coleções históricas, sujeitas a deslocamentos, aquisições fragmentadas e até mesmo apropriações não documentadas ao longo das décadas⁷³.

⁷³ MERCADO, Juan C. Pedro De Angelis y la historia intelectual argentina de la primera mitad del siglo XIX. *Hesperia. Anuario de filología hispánica*, v. 16, p. 59 – 72, 2013, p. 72. Disponível em: [Pedro De Angelis y la historia intelectual argentina de la primera mitad del siglo XIX | Hesperia: Anuario de Filología Hispánica](#) Acesso em: 11/11/2024.

Capítulo 2

Diplomacia em ação

Processos paralelos

A venda da coleção de documentos de Pedro de Angelis foi marcada por uma série de eventos complexos e demorados que se desenrolaram ao longo de uma década¹. O processo reflete o valor intrínseco deste *corpus* documental, mas também o contexto político e diplomático da época. Inicialmente, em 1846, De Angelis tentou vender sua biblioteca ao governo imperial brasileiro. Essa tentativa foi intermediada pelo cônsul geral do Brasil em Buenos Aires, Clemente José de Moura. No entanto, segundo Cortesão, essa venda fracassou devido ao receio de o governo brasileiro desagradar a Juan Manuel de Rosas, dado o estado delicado das relações diplomáticas entre o Brasil e a Confederação Argentina naquele momento.

Posteriormente, em 1849, houve uma tentativa de venda para o general Justo Urquiza, governador da província de Entre Rios. Essa fase das negociações demonstra a importância estratégica da coleção De Angelis para diferentes figuras políticas na região, sinalizando seu valor histórico, mas também político.

Finalmente, nova negociação foi estabelecida com o governo imperial brasileiro, desta vez mediada por Paulino José de Soares de Souza, futuro visconde de Uruguai; e José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde de Rio Branco, entre 1853 e 1854, resultando na venda da coleção por oito mil pesos². Esta negociação ocorreu após a queda de Juan Manuel de Rosas na batalha de Monte Caseros em 1852, o que certamente facilitou o processo.

As diversas tentativas e intermediários envolvidos evidenciam a complexidade e a importância da coleção De Angelis. Sua venda foi mais que uma transação comercial; foi um evento imbuído de significados políticos, diplomáticos e culturais. A hesitação inicial

¹ SABOR, Josefá Emilia. *Pedro de Angelis y los orígenes de la bibliografía argentina: ensayo bibliográfico*. Buenos Aires: Solar, 1995, p. 176.

² Idem, p. 176-190.

do governo brasileiro ilustra como questões diplomáticas podem influenciar as decisões. Por outro lado, a persistência de De Angelis em encontrar um comprador demonstra sua consciência do valor histórico e documental da coleção, além de sua determinação em garantir que esses documentos fossem preservados e utilizados.

Adicionalmente, a venda final da coleção para o Império do Brasil após a queda de Rosas indica uma mudança significativa no cenário político e nas relações diplomáticas da região. O interesse do Brasil na coleção de De Angelis sugere um reconhecimento da importância desses documentos para se compreender a construção de uma história regional, além da oportunidade de o Império afirmar-se como um guardião da memória histórica sul-americana.

Portanto, a história da venda da coleção de Pedro de Angelis revela as complexidades inerentes às transações culturais e históricas, e lança luz sobre as interações entre poder político, diplomacia e preservação do conhecimento. A coleção de documentos amealhada por De Angelis, agora, encontra novo destino, nova recepção e outro momento em sua trajetória, dessa vez como patrimônio do governo imperial brasileiro.

O Império do Brasil buscava consolidar uma centralização política que não se limitava apenas ao controle interno, mas também visava a expansão territorial. Esse desejo expansionista incluía a incorporação de regiões estratégicas como a Cisplatina, essencial aos planos imperiais. A Cisplatina, também conhecida como Banda Oriental pelas Províncias do Prata, era uma área de interesse brasileiro, mas também fazia parte das aspirações territoriais da emergente Argentina. Durante esse período, um dos objetivos argentinos era a formação de uma República das Províncias do Prata sob o domínio de Buenos Aires, além do possível restabelecimento dos limites territoriais do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata.

A disputa pela Cisplatina envolvia mais que questões territoriais, havia também um poder simbólico em jogo. A região platina possuía grande importância geográfica e territorial, mas seu valor cultural era igualmente significativo. A conquista da Cisplatina por qualquer das partes garantiria a hegemonia sobre o Prata devido à sua relevância econômica e estratégica, e também pelo que a região representava historicamente desde o período colonial. Controlar essa região significava dominar um espaço outrora importante na história da colonização, e que continuava a ser crucial para as identidades nacionais e projetos políticos de ambos os países.

Portanto, tal contenda refletia a ambição territorial dos estados sul-americanos e uma luta pelo controle simbólico e histórico. A região representava uma continuidade dos conflitos coloniais, quando o domínio sobre o Prata era sinônimo de poder e influência na América do Sul. A hegemonia sobre essa área assegurava benefícios econômicos, como o controle de importantes rotas comerciais e recursos naturais, e uma posição de proeminência histórica e cultural que cada nação desejava afirmar. Desta forma, a luta pelo domínio da Cisplatina exemplifica como as questões territoriais e culturais estavam entrelaçadas na formação dos estados nacionais sul-americanos³.

A formação do Estado na Argentina e no Brasil dispõe de características que divergem pela natureza dos processos de independência ocorridos em ambos os espaços políticos. Contudo, algumas similaridades podem ser observadas. A construção dos Estados nacionais nesses países foi caracterizada por complexas e tensas conciliações de interesses entre diferentes unidades “subnacionais”, com o objetivo de criar e consolidar um poder central. No caso brasileiro, a transição do estatuto colonial ao de um império independente não resultou automaticamente em unidade política. Estudiosos argumentam que, apesar da continuidade institucional entre esses períodos, a unificação política foi um desafio persistente⁴.

Assim, a criação de uma unidade nacional no Brasil foi um processo longo e cheio de obstáculos. A elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815, após a vinda da corte portuguesa em 1808, não foi suficiente para estabelecer uma base sólida a essa unidade. Pelo contrário, a proclamação da independência em 1822 foi seguida por um período de quase desintegração política. Diversas províncias resistiram à centralização, e o novo país enfrentou numerosas revoltas e movimentos separatistas.

A partir da independência, o Brasil enfrentou o desafio de construir uma identidade nacional e um Estado forte. Esse processo foi marcado por conflitos internos significativos no período regencial (1831-1840), que evidenciaram a fragilidade da coesão territorial. Foi somente na segunda metade do século XIX que a unificação começou a se concretizar de maneira mais estável, graças a esforços persistentes de centralização e integração política. Uma das instituições responsáveis pela construção dessa identidade foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em

³ Para tais ideias ver FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 63-67.

⁴ Idem, p. 40.

1838, que refletia uma visão estratégica de seus idealizadores sobre o papel da história como ferramenta de orientação política e legitimação de um projeto nacional. Sob a concepção de que a história ainda mantinha seu caráter de *magistra vitae* — mestra da vida —, cabia ao IHGB registrar os eventos do passado e fornecer diretrizes que iluminassem os caminhos da política e das decisões de Estado. Nesse sentido, a história assumia um caráter prático, apresentando-se como um meio de educar e direcionar as elites e os dirigentes na construção de um futuro alinhado com os interesses nacionais. Paralelamente, o instituto também tinha o dever de destacar o progresso civilizatório que o Brasil vinha experimentando, evidenciando como o país avançava em direção a padrões europeus de organização social, cultural e política. Este processo civilizador, longe de ser apenas uma narrativa histórica, era apresentado como um argumento legitimador da própria unidade nacional e do projeto imperial, buscando tanto justificar o presente quanto projetar uma identidade para o futuro⁵. Assim, o IHGB não se limitava a um trabalho de preservação do passado, mas se tornava um instrumento ativo na consolidação de um ideal de nação, inserida no contexto de uma elite conservadora que ditava os ritmos do Império. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães:

A partir da constatação do “caos obscuro”, planejava o IHGB trazer “luz e ordem” à história. A metáfora utilizada correspondia exatamente ao espírito da época. “Ordem” era também a meta dos estadistas e políticos, ocupados em fortalecer o Estado monarquista e constitucional, a fim de manter distância em relação ao caos das nações republicanas vizinhas⁶.

Portanto, a formação de um Estado no Império do Brasil, longe de ser um processo linear e uniforme, envolveu a superação de profundas divisões regionais e a conciliação de diversos interesses. Essa complexa dinâmica de construção reflete a luta contínua para estabelecer um poder central que pudesse unificar e governar efetivamente um território vasto e diversificado, bem como lidar com questões de fronteiras e limites presentes na política imperial durante o século XIX. Em 1822, por exemplo, quando o Brasil se torna um país independente, a Província da Cisplatina, hoje atual Uruguai, integrava o território brasileiro, sendo uma região de antigas disputas entre os reinos de Espanha e Portugal, como vimos por tratados mencionados no capítulo anterior. Essas questões não

⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 72-73.

⁶ Idem, p. 116.

desaparecem com a emancipação das outrora colônias ibéricas. Ao contrário, se aprofundam e direcionam decisões e estratégias políticas.

A situação no sul do Império era conturbada, com diversas instabilidades historicamente fundamentadas. A fundação da Colônia do Sacramento em 1680 pela coroa portuguesa no Rio da Prata não foi um evento isolado, mas parte de uma política estratégica bem definida. A localização na margem oriental do estuário, numa península de fácil defesa militar e dotada de um porto natural excelente, foi escolhida meticulosamente para garantir vantagens tanto defensivas quanto logísticas. Este ponto estratégico permitia a proteção militar eficaz e o controle sobre a navegação nos rios Uruguai e Paraná, abrindo caminho para o acesso ao interior da América do Sul. Assim, a Colônia do Sacramento se tornou uma peça chave na geopolítica regional, permitindo a Portugal disputar a hegemonia sobre vastos territórios com a Espanha.

Além de sua importância militar e logística, a Colônia do Sacramento tinha também um papel econômico crucial. A sua localização permitia o desvio do contrabando da prata proveniente da atual Bolívia, bem como de outras mercadorias, de Buenos Aires. Este contrabando era vital para a economia portuguesa na região, pois possibilitava uma fonte de riqueza e um fluxo de bens que escapava ao controle espanhol. Desta forma, Sacramento funcionava como um polo alternativo de comércio e contrabando, enfraquecendo o monopólio comercial de Buenos Aires e, por extensão, da Espanha.

As disputas pela Colônia do Sacramento entre Portugal e Espanha foram tanto militares quanto diplomáticas, o que refletia a competição entre as duas potências europeias pelo controle e exploração dos recursos da América do Sul. A alternância de domínio sobre Sacramento, com sucessivas ocupações e recapturas, espelha a volatilidade das relações luso-espanholas e a luta pela supremacia na região platina.

O Tratado de Badajoz, firmado em 1801, marcou a transferência definitiva da Colônia do Sacramento para o domínio espanhol. Este tratado foi resultado de complexas negociações diplomáticas e, de certo modo, refletiu o equilíbrio de poder entre Portugal e Espanha naquele momento. A cessão da Colônia do Sacramento para a Espanha encerrou uma longa série de conflitos e redefiniu as fronteiras e a influência política na região do Rio da Prata. Este acordo foi uma manifestação da *realpolitik* da época, quando

as nações europeias ajustavam suas ambições coloniais através de tratados que reconfiguravam o mapa político do Novo Mundo⁷.

Mas o clima instável nas fronteiras do sul não se encerra dessa forma. Durante todo o século XIX, as províncias meridionais enfrentarão o clima bélico de disputas territoriais e redefinições de fronteiras. A revolução Farroupilha, em curso entre os anos de 1835 e 1845, revela a complexidade das alianças e conflitos que permeavam a região durante o período imperial. A Farroupilha, uma revolta regionalista e republicana, mantinha um impasse militar com as forças imperiais, conseguindo obter armas e cavalos das províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes. Além disso, os farroupilhas utilizavam o porto de Montevideu para contornar o bloqueio naval imposto pela marinha imperial brasileira à costa gaúcha, facilitando seu comércio exterior e, conseqüentemente, sua resistência.

A figura do presidente uruguaio Fructuoso Rivera emerge como crucial nesse cenário. Rivera mantinha relações amigáveis com os farroupilhas, o que naturalmente gerava desconfiança no governo imperial brasileiro. A neutralidade de Rivera era vista com ceticismo, especialmente porque seu opositor, Manuel Oribe, era percebido como aliado de Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires. Rosas, por sua vez, representava uma ameaça maior para o império brasileiro, devido à sua influência e poder na região platina. Assim, o governo imperial, apesar de sua desconfiança, precisava tolerar Rivera, pois sua ascensão era vista como um mal menor em comparação ao risco de Rosas aumentar sua influência através de Oribe.

No entanto, a relação entre os farroupilhas e Rosas era marcada por interesses conflitantes. Apesar da oposição comum ao governo imperial, Rosas e os farroupilhas não compartilhavam objetivos alinhados. Os farroupilhas, produtores de charque no Rio Grande do Sul, eram concorrentes diretos dos produtores argentinos de charque. Essa concorrência se manifestava tanto no acesso ao gado das fazendas uruguaias quanto na disputa pelo mercado consumidor brasileiro, principalmente representado pelos escravos. Dessa forma, enquanto a aliança entre Rivera e os farroupilhas era conveniente para ambas as partes no contexto imediato, a relação entre Rosas e os farroupilhas era marcada por antagonismo econômico⁸.

⁷ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014, p. 18.

⁸ Idem, p. 25-26.

Esse cenário destaca a intrincada teia de relações políticas e econômicas que caracterizavam a região sul do Brasil e o Prata durante a primeira metade do século XIX. A postura do governo imperial em relação a Rivera e Rosas reflete uma estratégia de equilíbrio, tentando minimizar ameaças maiores enquanto lidava com insurreições internas. Ao mesmo tempo, a relação conflituosa entre Rosas e os farroupilhas evidencia como interesses econômicos podem superar alianças políticas em determinadas circunstâncias. A percepção dos homens de Estado brasileiros em relação a Juan Manuel de Rosas era marcada pelo temor de que seu projeto político expansionista representasse uma ameaça direta à soberania e aos interesses estratégicos do Império. A recusa de Rosas em assinar o tratado que ele próprio propusera foi interpretada como prova de sua hostilidade ao Brasil⁹, evidenciando sua ambição de incorporar o Uruguai e o Paraguai à Confederação Argentina. Tal movimento colocaria os rios Paraná, Paraguai e Uruguai sob controle exclusivo de Buenos Aires, ameaçando a navegação brasileira, vital para o Mato Grosso e, conseqüentemente, comprometendo a segurança territorial e econômica do Império. O fim da pressão anglo-francesa, que anteriormente limitava as ações de Rosas, intensificava ainda mais essa preocupação. Caso os *blancos* triunfassem na guerra civil uruguaia, o que parecia plausível com a retirada do apoio da França e da Inglaterra a Rivera, Rosas poderia consolidar seu poder interno e redirecionar suas ambições para o Paraguai. Essa eventual anexação fortaleceria a Confederação Argentina, transformando-a em uma potência regional capaz de ameaçar diretamente o Brasil. Como advertiu Paulino José Soares de Souza, chanceler brasileiro e futuro visconde do Uruguai, tal cenário envolveria o Brasil em um conflito desgastante, exigindo grandes sacrifícios em sangue e recursos financeiros para preservar sua integridade e estabilidade no continente¹⁰.

Impressos úteis e valiosos

Ao adquirir os documentos da coleção amealhada por Pedro de Angelis, o Império do Brasil desferiu um forte golpe no governo da Confederação Argentina, pois esses papéis,

⁹ Em 1843, o governo imperial aceitou a proposta de aliança de Rosas, que enfrentava uma revolta em Corrientes e o risco de intervenção militar anglo-francesa para retirar suas tropas do Uruguai. A aliança visava pacificar o Uruguai e o Rio Grande do Sul, com o Brasil bloqueando Montevideu e outras áreas controladas por Rivera, enquanto a Confederação forneceria cavalos ao exército imperial no Rio Grande do Sul. *Idem*, p. 26.

¹⁰ *Idem*, p. 27-30.

além de fundamentarem a “história” devido a suas características, fato importante para o pensamento oitocentista, também dissertavam sobre fronteiras e limites.

O catálogo da coleção Pedro de Angelis, formado basicamente para a venda desses documentos, ou seja, como se fosse uma vitrine para o colecionador mostrar aquilo que tem, é datado de 1853 e foi impresso em Buenos Aires. Com o título *Colección de obras impresas y manuscritas, que tratan principalmente del Rio de la Plata, formada por Pedro de Angelis*, o catálogo, conforme Jaime Cortesão, “compreendia 2.785 livros impressos e 1.291 documentos e mapas, no total de 4.076 peças”¹¹, com 232 páginas organizadas de forma a facilitar a localização e identificação dos documentos. Cortesão salienta que “alguns livros e manuscritos não deram entrada na Biblioteca Nacional e que outros foram retirados para o Arquivo da Secretaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo sido as duplicatas, em número de 120, enviadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”¹², deixando entrever que a transferência de parte dos documentos para o Arquivo da Secretaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros enfatiza o uso diplomático desses papéis, especialmente no contexto das negociações territoriais na região platina. Já o envio de duplicatas ao IHGB fulgura um esforço para integrar esses documentos à produção historiográfica nacional, alinhando-se ao projeto imperial de difusão de uma narrativa histórica que reforçasse a coesão interna e a legitimidade política do Império. Esse movimento evidencia como os documentos da coleção transcenderam sua dimensão original de arquivo, assumindo um papel ativo na formulação e consolidação de um imaginário político e cultural do Brasil oitocentista.

O catálogo está dividido em duas grandes categorias: obras impressas e manuscritas. No índice localizado nas duas últimas páginas, 231 e 232, observamos a seguinte organização:

- 1) Obras impresas: Seccion Primera – Historias y Viajes. Seccion Segunda – Obras sobre el Rio de la Plata, desde su descubrimiento hasta su independencia, por orden cronológico; Obras publicadas desde su independencia hasta 1852; Obras sobre el Estado Oriental del Uruguay, despues de su separacion de las Provincias Argentinas; Obras periódicas publicadas em las Provincias Argentinas, e en el Estado Oriental del Uruguay, por orden

¹¹ CORTESÃO, Jaime. Introdução, in CORTESÃO (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Guairá. Coleção de Angelis*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p. 5.

¹² Idem.

cronológico; Legislacion, derecho público y economía política; Polígrafo, filosofía e bellas letras¹³.

- 2) Manuscritos: Seccion Primera – Documentos de las Provincias del Rio de la Plata; Seccion Segunda – Misiones del Paraguay, Misiones de Moxos y Chiquitos, Anuas de las Misiones; Seccion Tercera – Documentos sobre el Chaco, Documentos sobre la costa de Patagonia, Documentos sobre el Estrecho de Magallanes, y la Tierra del Fuego, Documentos sobre las Malvinas; Seccion Cuarta – Planos y Mapa¹⁴

Em cada categoria e seção, as obras impressas foram organizadas em ordem alfabética, com títulos em inglês, francês, espanhol e português. A organização do catálogo da coleção de Pedro de Angelis revela uma estrutura meticulosa e abrangente, refletindo a complexidade e riqueza do acervo reunido. A divisão em seções distintas para as obras impressas e manuscritos indica um empenho em classificar os tipos de documentos conforme o registro, tornando-os acessíveis de forma sistemática. Essa organização é uma questão de ordem prática e de delineamento intelectual, sugerindo uma intenção de conferir significado e contexto aos documentos, de modo a maximizar sua utilidade para pesquisadores e estudiosos, assim como evidenciar a consciência histórica do colecionador¹⁵.

A primeira parte do catálogo, dedicada às obras impressas, está subdividida em várias seções temáticas. A “Seccion Primera - Historias y Viajes” agrupa narrativas históricas e relatos de viagens, fundamentais para compreender a formação e exploração dos territórios do Rio da Prata. Essa seção fornece uma base histórica essencial, permitindo uma visão panorâmica das descobertas e aventuras que moldaram a região.

Na “Seccion Segunda” as obras são organizadas cronologicamente, refletindo um esforço em traçar a evolução histórica da região desde seu descobrimento até a independência, e posteriormente até 1852. A divisão cronológica facilita a compreensão das mudanças políticas, sociais e econômicas ao longo do tempo. Inclui ainda subseções dedicadas ao Estado Oriental do Uruguai após sua separação das Províncias Argentinas, às publicações

¹³ ANGELIS, Pedro de. *Colección de obras impresas y manuscritas que tratan principalmente del Rio de la Plata*. Buenos Aires: S. Ed., 1853, p. 231. Disponível em: [bndigital0545.pdf](#) Acesso em: 07/10/2024.

¹⁴ Idem, p. 231-232.

¹⁵ WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y la Polis. Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Teseo, 2008, p. 64.

periódicas, à legislação, ao direito público e à economia política. Cada uma dessas subseções aborda aspectos específicos da vida na região, oferecendo uma visão multifacetada e detalhada do contexto local.

A inclusão de uma subseção para “Polígrafo, filosofia e bellas letras” demonstra uma valorização das contribuições culturais e intelectuais, refletindo a importância de uma abordagem holística que abarca os aspectos práticos e teóricos do conhecimento. Isso sugere que De Angelis não via sua coleção apenas como um repositório de documentos históricos, mas como fonte de conhecimento, inspiração e pensamento crítico.

A segunda parte do catálogo, dedicada aos manuscritos, também está subdividida de forma sistemática. A "Seccion Primera" agrupa documentos das Províncias do Rio da Prata, fornecendo uma base documental crucial para se compreenderem as dinâmicas internas dessas províncias. A "Seccion Segunda" é dedicada às missões do Paraguai e outras regiões, refletindo a importância das missões jesuíticas na história sul-americana.

A "Seccion Tercera" é particularmente interessante, pois abrange documentos sobre áreas geograficamente diversas e estratégicas como o *Chaco*, a costa da Patagônia, o Estreito de Magalhães, a Terra do Fogo e as Malvinas. Esses documentos são essenciais para entender as ambições territoriais e disputas geopolíticas no espaço sul-americano. A inclusão de "Planos y Mapas na "Seccion Cuarta" fornece representações visuais que complementam e enriquecem os documentos escritos, sem dúvida valorando economicamente o acervo.

De modo geral, a organização do catálogo de Pedro de Angelis nesse novo momento demonstra um esforço consciente em sistematizar o conhecimento de forma a facilitar a venda daquele acervo, em contraste ao propósito da série de publicações analisada no capítulo 1. Cada seção e subseção foi pensada para maximizar a utilidade dos documentos, facilitando a pesquisa e o interesse sobre as complexas dinâmicas históricas, políticas e culturais da região do Rio da Prata. Essa abordagem estruturada reflete a erudição de De Angelis e sua consciência sobre o valor e impacto de sua coleção.

Como anteriormente salientado, a venda desses documentos ocorreu logo após a queda de Juan Manuel de Rosas na Batalha de Caseros, conferindo aos papéis uma aura de espólio de guerra. Este acervo foi intermediado por figuras de destaque da política externa do Império, como o então intitulado visconde de Uruguai Paulino José Soares de Souza,

e o futuro visconde de Rio Branco (somente em 1870), José Maria da Silva Paranhos. A coleção, que compreende tanto obras impressas quanto manuscritos, se insere em um contexto de formação e consolidação do Estado brasileiro, especialmente no que diz respeito à definição e proteção das fronteiras nacionais. A análise detalhada do catálogo de Pedro de Angelis permite compreender como esses documentos podem ter sido estratégicos para apoiar o projeto de construção desse Estado.

A divisão facilita a consulta e o estudo das obras, mas também reflete as demandas e valores de um tempo pretérito. Sua organização temática e cronológica vislumbra a intenção de De Angelis de criar um recurso de referência abrangente sobre a história e geografia da América do Sul, com particular atenção para a região do Rio da Prata.

Neste capítulo, torna-se essencial examinar o catálogo de De Angelis considerando o contexto do Império do Brasil e os fatores que permitiram a aquisição da coleção. O cenário brasileiro do século XIX era marcado por uma complexa interseção entre a estrutura imperial, o sistema escravocrata, a preservação da unidade territorial e a hegemonia política dos Saquaremas, por exemplo com o desde 1854 visconde do Uruguai, e com membros de origem mais liberal, mas integrados a esse sistema, como o futuro visconde do Rio Branco, em um contexto de pressões internacionais, especialmente inglesas, e desafios internos. A compra da coleção De Angelis insere-se nesse quadro, diretamente vinculada ao projeto de consolidação territorial do Império, enquanto dialogava com dinâmicas políticas e econômicas mais amplas.

Para tal, pretendo destacar os documentos que fazem referência direta ou indireta ao governo imperial. Ao todo são 138 obras que se enquadram nessa característica, divididas entre impressos e manuscritos. Não seria possível, em apenas um capítulo, esmiuçar documento por documento. Por isso, pretendo sobressaltar aqueles que melhor expressam a construção de um momento histórico específico, assim como questões de fronteiras, latentes nesse período e que norteiam decisões e estratégias políticas e econômicas. Cabe reforçar ainda que o foco do presente capítulo é o conjunto da coleção de documentos amalhada por Pedro de Angelis, em grande maioria hoje depositada na Fundação Biblioteca Nacional, no Brasil. Diferente do capítulo 1, no qual a análise se detém majoritariamente na *Colección...*, ou seja, nos fascículos publicados e editados por De Angelis entre 1835 e 1839, que continham uma seleta representação impressa de vários documentos, então na posse de seu proprietário particular.

O momento de aquisição dos documentos da coleção Pedro de Angelis, nos anos de 1850, foi marcado por significativos eventos políticos, sociais e militares que contribuíram para a consolidação do Estado brasileiro e a definição de sua identidade nacional. A estabilidade política, simbolizada pela política da Conciliação, foi um fator preponderante nesse período. A Conciliação representou um esforço para unir as facções políticas rivais, particularmente os Liberais e Conservadores, em um governo de coalizão¹⁶. Esse movimento promoveu a estabilidade interna e criou um ambiente propício para reformas e o fortalecimento das instituições do Estado.

Paralelamente à estabilidade política, a década de 1850 foi marcada pela extinção do tráfico negreiro intercontinental, um marco significativo na história do Brasil. Com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, o Brasil finalmente pôs fim ao comércio transatlântico de escravos, que havia sido uma prática profundamente enraizada e lucrativa. A abolição do tráfico negreiro representou um avanço moral e social, alinhando o Brasil com as tendências internacionais de combate à escravidão, além de reduzir as pressões diplomáticas e sanções impostas pelas potências estrangeiras, especialmente pela Grã-Bretanha.

Outro aspecto crucial desse período foram as bem-sucedidas intervenções militares na região platina, que incluíam conflitos como a Guerra do Prata (1851-1852). O Brasil, juntamente com a Argentina e o Uruguai, como destacado no capítulo primeiro, envolveu-se em uma série de ações militares que resultaram na derrota de Juan Manuel de Rosas, governante da província de Buenos Aires. Essas intervenções foram fundamentais para a manutenção da influência brasileira na região do Rio da Prata e para a proteção de seus interesses estratégicos e comerciais, além de promover a estabilidade nas fronteiras meridionais do Império. A diplomacia habilidosa dos futuros viscondes de Uruguai e de Rio Branco foi crucial nesse processo, assegurando que o Brasil mantivesse sua integridade territorial frente às ambições expansionistas dos países vizinhos.

Ademais, a década de 1850 também foi marcada pela "liquidação da onerosa herança ibérica dos limites", referindo-se à complexa questão das fronteiras herdadas do período colonial. Os limites territoriais entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos, muitas vezes

¹⁶ Em 6 de setembro de 1853, tomou posse o 12º gabinete do Segundo Reinado, que passou a ser conhecido como o Gabinete da Conciliação. A conciliação não significava juntar os partidos ou dar-lhes uma unidade de pensamento. Em vez disso, representava uma nova maneira de abordar a política. GUIMARÃES, Op. Cit., p. 243.

baseados em tratados vagos e imprecisos do período colonial português e espanhol, foram objeto de intensas negociações e conflitos. Durante essa década, o Brasil empenhou-se em resolver essas disputas, estabelecendo fronteiras mais definidas e estáveis, o que contribuiu para a pacificação regional e a consolidação territorial do Império, ou seja, foi um período de transformações profundas, caracterizado por uma combinação de estabilidade política, avanços sociais, conquistas militares e resoluções diplomáticas. Esses eventos fortaleceram o Estado brasileiro e moldaram sua trajetória futura, estabelecendo as bases para o desenvolvimento e a modernização que se seguiram¹⁷.

Outro aspecto importante a ser destacado é o cenário intelectual basicamente dominado pelas elites compostas por indivíduos como os futuros viscondes de Uruguai e Rio Branco, intermediadores, como já citados, da compra da coleção. O historiador José Murilo de Carvalho, por exemplo, entende que a elite política brasileira do século XIX, majoritariamente, tinha suas raízes intelectuais profundamente ancoradas no Iluminismo português. O Iluminismo, *grosso modo* um movimento filosófico e cultural que floresceu na Europa no século XVIII, promovia ideais de racionalidade, ciência e progresso. Contudo, em Portugal, essa corrente de pensamento foi apropriada de uma maneira que buscava conciliar os novos ideais iluministas com uma estrutura política conservadora. Assim, o Iluminismo português se caracterizou por uma aceitação seletiva das ideias iluministas, que eram adaptadas para preservar a estabilidade e a hierarquia social existente. Quando esses ideais atravessaram o Atlântico e chegaram ao Brasil, foram assimilados e reinterpretados pela elite local, que estava em processo de formação e consolidação. Essa elite política brasileira, composta principalmente por proprietários de terras, membros da burocracia imperial e intelectuais, apropriou-se dos princípios iluministas de uma maneira que se ajustassem a suas necessidades e interesses de manutenção do *status quo*. Isso significa que, apesar de se inspirarem em ideais de progresso e racionalidade, a implementação dessas ideias foi feita de maneira a não desestabilizar a ordem social e política vigente¹⁸.

Dessa forma, a elite política brasileira incorporou elementos do Iluminismo, como a valorização da educação, o desenvolvimento científico e a administração racional do Estado, mas sob uma perspectiva conservadora. Esse conservadorismo político visava

¹⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL, 1987, p. 13.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 68.

garantir a continuidade das estruturas de poder e das hierarquias sociais, evitando mudanças radicais que pudessem ameaçar sua posição privilegiada. A aplicação do Iluminismo no contexto brasileiro, portanto, foi marcada por um equilíbrio entre inovação e preservação, no qual as ideias iluministas foram filtradas e adaptadas para servirem aos propósitos de uma elite que buscava consolidar seu domínio e assegurar a estabilidade do Império.

Um das obras impressas que compõem o catálogo, por exemplo, foi escrita pelo padre Manuel Aires de Casal, na qual o autor faz uma varredura geográfica de todo o império luso-brasileiro, desde uma suposta fundação, dando assim ares de um outrora já comentado passado originário, como experimentado na construção histórica platina de então. Em sua dedicatória à majestade imperial de d. João VI, Aires de Casal escreve:

A descrição geográfica do vasto Reino que a Providência confiou a V. R. Majestade na América é o assunto da obra que respeitosa e ofereço a V. R. Majestade, como Sua, por muitos títulos. Nela se acha a História do Descobrimento do Brasil em 1500, até o ano de 1532 em que este País foi repartido em Capitânias: mostra-se a época, o método da colonização, e o atual estado das povoações, e produções da agricultura e indústria de cada uma delas: indica-se o que há de mais notável em a Natureza; como são rios, lagos, montes, cabos, portos, ilhas, animais, minerais e vegetais: acrescento enfim um apêndice das duas Províncias civilmente anexas à do Grão-Pará. Persuado-me que uma tal obra merecerá o acolhimento que V. R. Majestade costuma prestar a tudo que pode ser útil a seus vassallos, a cujo proveito sacrifiquei os melhores anos da minha vida, empreendendo esta obra original, e tão superior às minhas forças, e cabedais, que por vezes, descorçoado à vista de um tropel de dificuldades, determinei abrir mão da empresa: Assim aconteceria se não me dominasse uma simpatia aceitar uma oferta, ainda que pequena para o meu desejo, contudo devida a V. R. Majestade. por esta ciência encantadora e conjuntamente me alentasse amigos inteligentes e patriotas receosos de que os meus trabalhos e fadigas descessem comigo à sepultura. Digne se V. R. Majestade¹⁹.

Percebe-se assim uma disposição à ideia de continuidade e não uma ruptura. A face colonial do Brasil, que ainda persistia, ao ser examinada revela aspectos historicamente negligenciados, em grande parte devido à maneira como a historiografia brasileira, e de modo mais amplo a latino-americana, foi construída. Esse obscurantismo da face regional tem raízes profundas na historiografia que emergiu ao longo do século XIX. Durante esse

¹⁹ CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil, composta e dedicada a Sua Majestade fidelíssima por hum presbítero secular do Gram Priorado do Crato*. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817, p. 15. Disponível em: [me003003.pdf \(dominiopublico.gov.br\)](https://dominiopublico.gov.br/me003003.pdf) Acesso em: 27/10/2024.

período, a produção historiográfica foi fortemente influenciada pelo positivismo, valorizando a ciência empírica e as regras de erudição rigorosa²⁰.

No contexto brasileiro, essa historiografia seguiu tais ditames, mas também se desenvolveu paralelamente à formação dos novos Estados nacionais na América Latina. A historiografia tornou-se, assim, um dos pilares para sustentar e promover uma "consciência nacional". Esse desenvolvimento foi instrumental para os grupos dominantes da época, que utilizaram a narrativa histórica como ferramenta para consolidar o poder e a identidade nacional. Os historiadores e intelectuais ligados ao IHGB e outros centros de produção historiográfica priorizaram a criação de uma narrativa nacional que destacasse o "geral" e o "nacional" em detrimento do particular, as diversas regiões do país. Esse enfoque teve como consequência o esmaecimento das especificidades regionais, obscurecendo a diversidade e complexidade das diferentes áreas que compunham o Brasil colonial. A construção dessa narrativa centralizada serviu aos interesses dos grupos dirigentes, que buscavam uma coesão que fosse capaz de sustentar a estrutura do Estado emergente e de unificar a identidade brasileira e solidificar suas fronteiras²¹.

Para seguir analisando o catálogo da coleção Pedro de Angelis no momento de sua venda, é mister salientar que o colecionador organizou partes significativas de seus documentos em pastas ou capas, indicando uma preocupação com a conservação física desses, protegendo-os de danos e facilitando o manuseio e consulta. Cada entrada no catálogo é detalhada com informações essenciais sobre a obra, como o título completo, local e ano de publicação, e o formato físico. Este nível de detalhamento ajuda na identificação precisa das obras, e também reflete o rigor acadêmico e método do colecionador.

As possíveis intenções de Pedro de Angelis ao organizar este catálogo são diversas. A estruturação e a seleção das obras não se limitam a uma simples curadoria de documentos históricos; elas refletem um conjunto de atos comunicativos que são reveladores das intenções subjacentes do colecionador. A escolha de obras que abarcassem a história, a geografia e o desenvolvimento territorial do Brasil desde o período colonial até o pós-independência aponta para uma intenção clara de conferir legitimidade e densidade histórica às questões de fronteira e identidade nacional, em um momento em que o Brasil

²⁰ MATTOS, Op. Cit., p. 22.

²¹ Idem, p. 22.

imperial buscava se afirmar no cenário internacional. Essa organização, além de servir como um repositório de memória histórica, atua também como um instrumento político, especialmente quando compreendemos que a construção de uma narrativa histórica é em si um posicionamento ideológico e cultural.

A compreensão dessas intenções, no entanto, não deve ser reduzida a uma tentativa de decifrar as “ideias internas” de Pedro de Angelis, como se fosse possível acessar diretamente seus pensamentos. O que realmente importa é entender os "atos ilocucionários" realizados por meio de suas escolhas no catálogo, ou seja, os significados e propósitos das ações comunicativas que ele realizou ao selecionar, organizar e apresentar os documentos. A inclusão de obras em múltiplas línguas e períodos históricos, por exemplo, é uma demonstração de erudição, e um ato deliberado que explora convenções específicas para reforçar a importância do Brasil no contexto geopolítico e cultural do século XIX. Isso sugere que, ao apresentar essa coleção, De Angelis desejava construir uma base documental que fosse funcional a estudiosos e políticos, mas que também dialogasse com as expectativas e necessidades de seus contemporâneos, como os estadistas brasileiros, que viam na coleção uma ferramenta valiosa para respaldar reivindicações territoriais e para reforçar a ideia de coesão nacional²². Para Quentin Skinner:

Passo a explicar as etapas que me permitiram chegar a esta conclusão. Desde logo, perceber essas intenções é o mesmo que compreender a natureza e o âmbito dos actos ilocutórios que o escritor pode ter levado a cabo ao escrever de uma determinada maneira. Como já sugeri, reconstruir essas intenções permite-nos caracterizar aquilo que o autor estava a fazer – ou seja, ser capaz de afirmar o que ele ou ela pretendiam, por exemplo, atacar ou defender um argumento em particular, criticar ou desenvolver uma tradição específica de discurso, e por aí adiante. Ser capaz de caracterizar dessa forma uma obra, em termos da força ilocutória pretendida, é o mesmo que ficar a saber aquilo que o escritor pode ter querido (i) dar a entender (i) ao escrever de uma determinada maneira. É o mesmo que ser capaz de afirmar que ele ou ela concebiam a sua obra como um ataque, ou uma defesa, como uma crítica, ou uma contribuição, a uma determinada atitude ou a um certo tipo de argumentação, e por aí afora²³.

²² SKINNER, Quentin. *Visões da política: Sobre os métodos históricos*. Lisboa: DIFEL, 2005, p. 136-140.

²³ Idem, p. 142.

Assim, compreender as “intenções” de Pedro de Angelis exige que se vá além do texto bruto e mergulhar no contexto em que seus atos comunicativos foram realizados. Ele não estava apenas reunindo documentos; estava performando um ato político, no qual o catálogo transcende sua função meramente arquivística e assume um papel ativo na consolidação de narrativas nacionais. Nesse sentido, o catálogo comunica e também provoca efeitos políticos, culturais e sociais, moldando os modos como o Brasil do século XIX poderia se pensar enquanto nação, reforçando fronteiras físicas e simbólicas. Tal abordagem se alinha à visão de que entender as intenções do “autor-colecionador” requer decifrar como suas ações e escolhas dialogam com as convenções de seu tempo, e como essas escolhas foram instrumentalizadas para alcançar objetivos específicos no cenário em que se inseriam.

Como exemplos, podemos citar as obras impressas *Anuario do Brazil*. Rio de Janeiro, 1846 in 8º, em pasta; Gaspar Barlaeus. *De rebus in Brasilia gestis, imperante Mauritio Nas'avise'*. Clivis, 1660 em 12,6, em pasta; Alphonse de Beauchamp. *Histoire du Bresil, demuis sa decemverte en 1500 juequ' en 1810*. Paris, 1815, 3 vol., in 8º, com mapas, em pasta; Visconde de Cairu. *Historia dos principaes successos politicos do Imperio do Brasil*, Rio de Janeiro, 1826, 4 vol., in 4º, em pasta; José Saturnino Costa Pereira. *Diccionario topografico do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro, 1835, in 4º, em pasta; James Henderson. *A history of the Brazil, comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, etc.* Londres, 1821 gr. em 4º com lâminas e mapas, em pasta.

Ao observar as obras acima destacadas no catálogo de Pedro de Angelis, nota-se uma significativa presença de textos que revelam o passado colonial do Império, tanto em termos históricos quanto geográficos. A coleção abrange desde anuários e dicionários topográficos até histórias detalhadas do país e relatos de suas principais transformações políticas, descritos em suas dimensões pelo tipo de encadernação que apresentavam: in-octavo, in-quarto, in-folio... e se tinham capas ou pastas. Ou seja, o formato dos textos encadernados importava para o colecionador e para os compradores daquele *corpus*.

A atuação dos Saquaremas enquanto elite política do Império do Brasil transcendeu a mera ocupação de posições no governo, fazendo esses agentes utilizarem o poder estatal como instrumento de dominação e veículo para consolidar a classe senhorial em formação. Essa atuação extrapolava a esfera institucional e alcançava o plano social e

cultural, promovendo valores e ideias que reforçavam a ordem que se defendia. Ao apostar na "difusão das luzes" — ou seja, na disseminação do conhecimento e no estímulo à educação — e no "espírito de associação" — como um incentivo à organização social e política —, eles governavam o *Estado* e atuavam também na esfera da *Casa* (o âmbito das propriedades, privado, familiar, incluindo a escravaria e agregados) e influenciavam nos espaços públicos. Dessa forma, atuavam como reguladores da *Rua*, nas ruas e praças, consolidando o *ethos* senhorial e criando um imaginário que ligava sua liderança política a uma missão civilizadora e modernizadora, legitimando, assim, sua posição como guias naturais da sociedade imperial²⁴.

Mesmo com a existência de outros exemplares impressos para além da referida coleção, alguns títulos no catálogo são significativos do que se pretende com ele. O *Anuario do Brazil*, de 1846, é uma peça crucial para entender a conjuntura do país no período. A escolha de incluir um anuário revela a preocupação de De Angelis com a atualização e pertinência temporal das informações oferecidas. Da mesma forma, o certamente já valioso e raro exemplar da obra escrita e com ricas imagens, do erudito humanista holandês Gaspar Barlaeus, mergulha na história do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau, o que poderia proporcionar uma visão europeia das iniciativas coloniais no Nordeste brasileiro durante o século XVII. Esta seleção demonstra um esforço para incluir narrativas de diferentes períodos históricos, ampliando a compreensão do desenvolvimento do país.

Por outro lado, a história do Brasil desde 1500 até 1810, de Alphonse de Beauchamp, publicada em Paris em 1815, é apresentada em três volumes e enriquecida com mapas, como consta na descrição. Como o próprio título indica, esta obra relata a história do Brasil desde sua descoberta até o início do século XIX e contextualiza a evolução política e territorial do país ao longo de séculos de história. A inclusão de mapas sublinha a importância de um entendimento visual e geográfico, complementando a narrativa textual.

A Historia dos principaes sucessos politicos do Imperio do Brasil, do visconde de Cairu, José da Silva Lisboa, publicada em 1826, composta por quatro volumes, oferece uma cronologia detalhada dos eventos políticos que moldaram o Império do Brasil. Obra

²⁴ MATTOS, Op. Cit., p. 157.

dedicada a D. Pedro I, que visa enaltecer a recém nascida nação, destaca assim em seu capítulo de abertura:

O Heroe do Brasil, a Quem se deve elevação do seo Principado, depois Reino, ao Predicamento de Império, tem Direito a que o seo Nome se anteponha na Exposição Historica dos Successos, cuja Direcção para prospero êxito o Senhor dos Imperios em Sua inexcrutavel Providencia, tão manifestadamente lhe confiou²⁵.

A exaltação de D. Pedro I no trecho acima corrobora o entusiasmo da continuidade e a manutenção de uma estrutura. Assim, esta passagem narra um evento histórico e funciona como um instrumento de construção e consolidação da memória nacional, reforçando a legitimidade do novo regime imperial e a figura do líder como essencial para o destino do Brasil. Em um contexto de construção da identidade nacional, obras como a de Cairu desempenham um papel crucial ao imortalizar líderes e eventos em uma narrativa que exalta a história do país e fortalece a consciência nacional.

Adiante, o *Diccionario topografico do Imperio do Brasil*, de José Saturnino Costa Pereira, de 1835, poderia configurar uma ferramenta para o entendimento geográfico e topográfico do Brasil, fornecendo descrições detalhadas das diversas regiões do país.

Finalmente, a história do Brasil de James Henderson, publicada em Londres em 1821, complementa os exemplos aqui postos em relevo com uma perspectiva externa, descrevendo o Brasil em termos de sua geografia, comércio, colonização e populações indígenas. A presença de lâminas e mapas nesta obra realça a importância de um entendimento visual complementar às descrições textuais, proporcionando um recurso valioso para pesquisadores e interessados na exploração detalhada do país.

Seguindo com os exemplos das obras impressas, destacam-se as ligadas à administração, governança e negócios estrangeiros: *Proyeeto de Constituicao para o Imperio do Brasil*, in 8º; *Reglamento consular do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro*, 1847, in 8º; *Relatorios da Reparticao dos Negocios Estrangeiros do Brasil* (1846,47,48 e 1850). Rio de Janeiro, 5 vol., in 4º; *Relatorio da Reparticao dos Negocios Estrangeiros do Brasil*. Ibid. 1851 in fol.; y *Documentos officiaes sobre os negocios do Rio da Plata* (en portugues e frances.).

²⁵ LISBOA, José da Silva. Visconde de Cayrú. *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil, dedicada ao Senhor D. Pedro I*. Parte X. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826, p. 1. Disponível em: [Historia dos principaes sucessos politicos do Imperio do Brasil : dedicada ao sr. D. Pedro I \(senado.leg.br\)](http://historia.dos.principaes.sucessos.politicos.do.imperio.do.brasil:dedicada.ao.sr.d.pedro.i(senado.leg.br)) Acesso em: 12/01/2025.

Ibid. 1851, in fol., em pasta; *Relatorio du Reparticao dos Negocios Estrangeiros do Brasil*. Ibid. 1852 in fol., em pasta. Note-se o detalhamento dos formatos dos suportes por parte do colecionador.

A inclusão de publicações como um projeto de constituição para o império brasileiro e um regulamento consular para o mesmo indica uma preocupação em reunir materiais fundamentais para se compreender e administrar o nascente Estado brasileiro. Esses documentos jurídicos e regulamentares poderiam fornecer uma visão profunda sobre a formação das estruturas institucionais e legais do Brasil imperial, destacando aspectos essenciais da governança e da política externa.

A sequência de "Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros do Brasil" para os anos de 1846, 1847, 1848 e 1850, junto com os relatórios específicos de 1851 e 1852, aponta para uma tentativa de documentar e analisar a atuação do Brasil no cenário internacional durante um período crucial de sua história. Esses relatórios sugerem uma ênfase na formalidade e abrangência da informação, refletindo a importância atribuída às relações exteriores e diplomacia. A inclusão dos documentos oficiais sobre os negócios do Rio da Prata, tanto em português quanto em francês, reforça a relevância das questões de fronteira e relações com os vizinhos platinos, temas centrais para a política externa do Império do Brasil. Quais eram os interesses de De Angelis em reunir esses impressos tão formais, de governo e administrativos? Parece plausível supor que ele antevia o uso político de sua coleção, para além do interesse histórico e geográfico.

Conforme José Murilo de Carvalho, após a independência duas gerações distintas de políticos emergiram, marcadas por formações educacionais em diferentes contextos geográficos e culturais. A primeira dessas gerações foi formada em Portugal, especialmente na Universidade de Coimbra, um centro de formação que imbuía seus graduados com uma visão europeia e conservadora do mundo, que influenciou profundamente suas abordagens políticas. Esses políticos de Coimbra dominaram os primeiros períodos da história política do Brasil independente, desempenhando papéis cruciais na estruturação e estabilização inicial do sistema imperial brasileiro. Sua influência perdurou até cerca de 1853, momento em que a fase de consolidação política do Império estava praticamente completa. Em contraste, a segunda geração de políticos foi educada no Brasil, em instituições como as Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda/Recife. Esses novos líderes, formados em um contexto nacional e muitas vezes

mais sintonizados com as realidades e necessidades locais, começaram a ganhar destaque na política brasileira. Esse período de transição viu a substituição gradual da geração de Coimbra pela geração "brasileira" e uma transformação significativa na natureza dos desafios políticos enfrentados pela elite dirigente²⁶. Ou seja, a presença de uma elite letrada, com formação em Coimbra ou no Brasil, pode ter influenciado a compra da coleção, se pensarmos nas obras presentes no catálogo como um elo entre a recém-nascida nação e sua imaginada genitora, neste caso, Portugal, principalmente quando observamos os documentos citados acima e outros que serão demonstrados adiante. Homens como Paulino José Soares de Sousa, com formação parcial em Coimbra, e José Maria da Silva Paranhos, integralmente formado no Brasil, exemplificam o exposto.

Seguindo por caminho diverso, mas não oposto, Ilmar Rohloff de Mattos entende que os fundadores e consolidadores do Império do Brasil, ao almejarem a construção de um Estado soberano, tinham os olhos voltados para a Europa enquanto mantinham seus pés firmemente plantados na América. Essa dualidade revela a complexidade de suas aspirações e práticas políticas. Inspirados pelos Estados nacionais europeus, eles buscavam estabelecer um Império que não apenas rompesse com os grilhões da subordinação colonial, mas que também fosse reconhecido no concerto das nações como um igual, digno de respeito e consideração. A antiga metrópole, Portugal, servia tanto como uma referência cultural e política quanto como um paradigma a ser superado. Na prática, isso significava um esforço contínuo para equilibrar a adoção de modelos e ideias europeias com as realidades e desafios locais. Ao pugnam por essa igualdade, os líderes brasileiros estavam rejeitando a posição subalterna imposta pelo colonialismo, exigindo para o Brasil um lugar de destaque na "Civilização", entendida como o espaço cultural e político dominado pelas nações europeias e seus valores iluministas. Esse desejo de reconhecimento se baseava na crença de que os brasileiros, como "filhos da ilustração", compartilhavam a mesma herança de racionalidade, progresso e dignidade que caracterizava os povos europeus²⁷. Assim, o catálogo da coleção Pedro de Angelis surge, com seu vasto repertório de obras, como uma importante demonstração de uma memória histórica que coloca a recém-emancipada nação num rumo de progresso civilizatório.

²⁶ CARVALHO, Op. Cit., p. 80.

²⁷ MATTOS, Op. Cit., p. 126-127.

Para explicar a importância dos documentos presentes no catálogo da coleção, Jaime Cortesão escreve:

Basta examinar o simples catálogo e contar o número de páginas que ocupa cada umas das seções para concluirmos que a maior parte das *Obras impressas* pertence a *Historia y viajes*, e mais designadamente as últimas e, dentre os Manuscritos, aos documentos, que durante séculos se guardaram nos Arquivos Jesuíticos do Prata. Sabido o cuidado e o método que os Padres da Companhia punham nas suas cartas informativas sobre as missões, e que abrangem a geografia, a etnografia indígena, na mais vasta acepção da palavra, os casos da vida doméstica e os de relação com o exterior, pode desde logo suspeitar-se a importância destes documentos para os estudiosos²⁸.

O colecionador Pedro de Angelis construiu um catálogo com as obras e documentos amalhados por ele, dividindo-os entre categorias e subcategorias de forma a detalhar o que possuía. Esse cuidado com a forma de apresentação e preservação das obras pode ser interpretado como uma estratégia para aumentar o valor percebido da coleção, especialmente tendo em vista a intenção de vendê-la. Ao detalhar o estado físico e a organização dos documentos, De Angelis fornecia informações essenciais para os potenciais compradores, e demonstrava a seriedade e o valor histórico de sua coleção. Essa abordagem sugere que o catálogo não foi meramente uma descrição dos títulos, mas uma peça de negociação, cuidadosamente elaborada para atrair o interesse de instituições e governos que pudessem valorizar e adquirir um acervo tão significativo.

Portanto, o catálogo da coleção Pedro de Angelis, ao incluir documentos fundamentais para se compreender a estrutura política e as relações internacionais de todo o cone sul americano, organizados de maneira a enfatizar sua importância e preservação, revela uma estratégia deliberada de valorização e direcionamento ao público-alvo, possivelmente o governo brasileiro. Essa organização criteriosa e detalhada reflete as intenções do colecionador em assegurar que sua coleção fosse reconhecida por seu valor histórico e documental, garantindo sua aquisição e preservação futura.

A venda da coleção ao governo imperial em 1853 foi uma transação comercial, mas também uma aquisição estratégica que pode ser vista como um contributo para a consolidação do território brasileiro e a construção da identidade nacional. Os documentos e obras da coleção De Angelis oferecem instrumentos importantes para fundamentar reivindicações territoriais e consolidar as fronteiras do Brasil, resguardando

²⁸ CORTESÃO (org.), Op. Cit., p. 59-60.

a unidade do Império. As descrições geográficas e os relatos de explorações fornecem informações detalhadas sobre as regiões fronteiriças, contribuindo para definir e proteger as fronteiras nacionais. A inclusão desses documentos no catálogo de De Angelis vislumbra a importância de documentar e compreender a geografia e a população das regiões fronteiriças como forma de estabelecer a primazia da conquista, refletida nas obras impressas que observamos nessa primeira passagem e que serão analisadas também nos manuscritos.

Tensões e trajetórias

O início da década de 50 do século XIX platino foi dos mais agitados, mantendo uma tendência observada já em anos anteriores. As tensões entre a Confederação Argentina e o Brasil escalaram para um conflito aberto. O pronunciamento de Justo José de Urquiza, governador de Entre Ríos, que pedia a renúncia de Juan Manuel de Rosas, marcou um rompimento significativo com a hegemonia do referido caudilho. Urquiza, ao fazer o pronunciamento de 1º de maio de 1851, adotou simbolicamente um ritual já conhecido no governo de Rosas: a renúncia formal à responsabilidade pelas relações exteriores da Confederação, que tradicionalmente estavam centralizadas no governo de Buenos Aires. Contudo, ao reassumir para si as faculdades delegadas, Urquiza se posicionou como líder de uma nova proposta para reorganizar o país, sinalizando a necessidade de uma Confederação verdadeiramente integrada e rompendo, assim, com a estrutura centralizadora imposta por Rosas. O ato de Urquiza teve profundas implicações políticas. Ele sabia que estava declarando guerra ao regime vigente e esperava obter apoio das demais províncias para o seu desafio. No entanto, apenas Corrientes aderiu ao movimento, demonstrando que o domínio de Rosas sobre a Confederação ainda era sólido em boa parte do território. Em Buenos Aires, por exemplo, o pronunciamento foi usado como pretexto para intensificar a mobilização popular em favor de Rosas, consolidando ainda mais o seu poder na província e recrudescendo as tensões²⁹.

No Brasil da segunda metade do século XIX, o cenário político foi igualmente conturbado – guardadas as devidas particularidades de cada caso –, marcado por profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Esse período foi um tempo de busca pela

²⁹ TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina, 1806-1852*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2009, p. 241.

consolidação da ordem imperial e pela tentativa de pacificação interna em meio às tensões regionais e persistentes desigualdades sociais. Em grande parte, o cenário político e institucional desse tempo foi moldado pelas elites conservadoras que buscaram manter a estrutura centralizada do Império e, ao mesmo tempo, responder aos desafios de uma sociedade em transformação.

A partir da década de 1850, após a pacificação relativa das províncias rebeldes e o fim da Revolução Praieira em 1849, o Império passou a vivenciar uma fase de estabilidade política. Essa estabilidade, entretanto, não foi meramente fruto da habilidade política dos líderes do período, mas também da ação deliberada das elites em consolidar o poder central por meio de uma rede de relações clientelistas que se estendiam por todo o território nacional. Nessa estrutura, o Estado imperial era sustentado por um equilíbrio delicado entre os interesses locais e a autoridade centralizada do Rio de Janeiro. A segunda metade do século XIX representava, assim, um período de profundas transformações e consolidação para o Império do Brasil. O primeiro decênio foi marcado pela estabilidade política, um momento em que o Império alcançou êxitos significativos em várias frentes, consolidando seu projeto de modernização e manutenção da unidade territorial. A extinção do tráfico negreiro intercontinental em 1850, embora tenha atendido a pressões internacionais, especialmente britânicas, também serviu para reforçar a imagem de um Brasil que buscava se inserir na esfera da "civilização" e do "progresso". Essa medida alinhava o país a demandas do cenário internacional e também ajudava a legitimar a posição dos conservadores no poder, ao apresentarem o fim do tráfico como uma decisão soberana do Império e não uma imposição externa³⁰.

Ao mesmo tempo, a década de 1850 testemunhou avanços tecnológicos e infraestruturais que simbolizavam o progresso e a modernidade. A regularização das comunicações a vapor com a Europa facilitou o fluxo de informações, mercadorias e ideias, aproximando o Brasil dos centros econômicos e culturais europeus. A construção das primeiras ferrovias e os investimentos em melhoramentos urbanos refletiam o compromisso da elite imperial em projetar uma imagem de um país moderno e civilizado. Essas iniciativas não eram meramente técnicas; estavam intrinsecamente ligadas à afirmação de uma ordem

³⁰ MATTOS, Op. Cit., p. 13.

política estável e ao fortalecimento do poder centralizado, características essenciais para os Saquaremas e sua visão de um Império coeso e progressista³¹.

Esse processo de construção e manutenção da ordem estava intrinsecamente ligado às preocupações com a manutenção da hierarquia social e da unidade territorial. O poder se exercia formalmente por meio das instituições legais e políticas, e através das relações informais que garantiam a influência dos "grandes homens" em suas respectivas províncias. Essa articulação de poder, que combinava o formal e o informal, o institucional e o pessoal, era um dos pilares fundamentais do funcionamento do Império e uma estratégia crucial para evitar a fragmentação do território e conter a instabilidade social.

Além disso, o Estado imperial buscou legitimar sua soberania por meio da diplomacia e da história, construindo uma narrativa de continuidade e civilidade em contraposição às ameaças percebidas tanto no plano interno quanto no externo. As guerras no Prata e os conflitos fronteiriços eram interpretados como questões de segurança territorial e como oportunidades para reafirmar a autoridade e o prestígio do Império na região. As negociações conduzidas por figuras como os depois viscondes de Uruguai e Rio Branco, nesse sentido, refletiam uma estratégia consciente de posicionar o Brasil como uma potência moderadora e estabilizadora na América do Sul. A inserção da economia brasileira no sistema capitalista global do século XIX, especialmente durante o Império, foi marcada pela forte presença da Inglaterra como principal parceira e agente de influência. Segundo Ilmar Rohloff de Mattos, essa relação assimétrica representava, de certa forma, uma restauração do pacto colonial, ainda que sob novas bases e dinâmicas. Diferentemente do pacto colonial tradicional, que vinculava o Brasil exclusivamente a Portugal no período colonial, o que se restaurava era uma dependência econômica que colocava o Brasil como fornecedor de matérias-primas e mercado consumidor privilegiado dos produtos ingleses. Nesse sentido, a Inglaterra ocupava o papel central de potência capitalista hegemônica, enquanto o Brasil era inserido de maneira periférica, subordinada aos interesses britânicos³².

Por trás dessas ações estava uma elite que tinha os olhos voltados para a Europa, buscando modelos de organização estatal que garantissem ao Brasil um lugar entre as nações

³¹ Idem.

³² Idem, p. 17.

civilizadas. A experiência da monarquia portuguesa e a tradição administrativa herdada do período colonial moldaram profundamente a visão dessa elite, que via na centralização e na estabilidade a chave para o sucesso do projeto imperial. No entanto, a aplicação desses princípios em uma sociedade marcada por enormes disparidades regionais e sociais exigiu uma flexibilidade que combinasse a manutenção da ordem com a negociação constante dos interesses locais.

Essa dualidade entre a centralização do poder e a necessidade de acomodar as forças locais e regionais caracteriza, em grande medida, o período analisado. A construção da ordem, portanto, não foi um processo linear, mas uma série de adaptações e acomodações que refletiam a complexidade de um império continental e as tensões permanentes entre o poder central e os poderes locais. Assim, o Brasil do século XIX se configurou como uma monarquia peculiar, onde a busca pela modernidade se entrelaçava com a necessidade de preservar estruturas sociais profundamente enraizadas no passado colonial³³.

Paulino José Soares de Sousa, visconde de Uruguai desde 1854, personifica a elite política e intelectual que moldou os pilares do Segundo Reinado no Brasil. Nascido em Paris, em 1807, e trazido ao Brasil em 1814, sua formação jurídica depois iniciada em Coimbra e completada em São Paulo foi marcada pelo ambiente pós-independência, no qual a busca por estabilidade e unidade nacional exigia uma liderança capaz de conciliar pragmatismo e princípios conservadores. Sua carreira ascendente, que transitou do judiciário à administração pública e à diplomacia, reflete a amplitude de sua atuação e a profundidade de suas concepções políticas.

Desde cedo, Paulino demonstrou clara inclinação para o fortalecimento das estruturas centrais do Estado. Sua nomeação como juiz e ouvidor de São Paulo em 1832, seguida pelo cargo de intendente-geral da polícia da Corte em 1833, revela sua competência e inserção nos círculos decisórios do Império. Esse período foi crucial para consolidar a autoridade do governo central sobre as províncias, que viviam em constante agitação devido às rebeliões regionais. Sua eleição como deputado provincial e, posteriormente, deputado geral pelo Rio de Janeiro, em 1836, evidencia sua habilidade em articular interesses locais com os projetos de alcance nacional.

³³ Idem, p. 19-21.

No cargo de ministro da Justiça em 1841, Paulino foi um dos arquitetos da Lei Interpretativa do Ato Adicional, instrumento que reverteu a descentralização imposta em 1834 e reafirmou o poder do governo central. Tal medida foi fundamental para conter a fragmentação do território nacional e garantir a continuidade do projeto monárquico. Sua visão de que a administração deveria ser eficiente, hierarquizada e subordinada ao poder político refletia o ideário do Partido Conservador, consolidado sob a liderança da chamada “trindade Saquarema”, composta por ele, Rodrigues Torres e Eusébio de Queirós.

Como ministro dos Negócios Estrangeiros em 1843, Paulino destacou-se no cenário diplomático do Rio da Prata, uma região estratégica e instável. Durante a década de 1850, sua habilidade em conduzir as negociações sobre os limites com a Argentina e o Paraguai tornou-se emblemática. Seu papel foi crucial para assegurar os interesses do império brasileiro em meio às disputas territoriais e rivalidades platinas. A defesa da soberania nacional e a manutenção da unidade territorial eram elementos centrais de sua atuação, alinhando-se aos esforços mais amplos de fortalecimento do Império diante das pressões internas e externas³⁴. Em paralelo a essa atuação administrativa, Maria Elisa Noronha de Sá analisa os conceitos de Estado, nação, civilização e barbárie na produção intelectual de Paulino Soares de Sousa – de forma comparada a Domingos Faustino Sarmiento para o caso argentino. Por essa perspectiva, tratavam-se de valores culturais que impregnavam as concepções de poder político sobre tão vastos territórios, incluindo as representações espaciais e a exaltação da natureza³⁵.

Com efeito, a independência do Brasil não rompeu com a estrutura centralizadora herdada do período colonial, mas a adaptou para consolidar o novo Império. Essa "lógica da continuidade" conciliou ruptura e permanência, aproveitando o aparato administrativo fortalecido pela estada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. A independência foi vista como uma "Revolução enquanto Restauração", redefinindo instituições públicas e afirmando o equilíbrio entre "Liberdade" e "Ordem". Líderes conservadores, como os Saquaremas, apostaram em uma centralização administrativa para manter a unidade territorial e evitar fragmentações regionais. Assim, o projeto imperial brasileiro reforçou

³⁴ GRINBERG, Keila. Paulino José Soares de Souza, in VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 566-567; SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 23-24.

³⁵ Sá, Op. Cit., p. 37-255.

a herança colonial e, ao mesmo tempo, buscou legitimizar o novo Estado independente, inserindo-se no contexto mais amplo das disputas políticas e diplomáticas do século XIX³⁶.

É nesse contexto que a coleção de documentos de Pedro de Angelis adquire um significado especial para o novo visconde de Uruguai. Para Paulino, os registros históricos e cartográficos reunidos por De Angelis eram testemunhos do passado colonial da região platina e instrumentos de legitimidade política, territorial e cultural. Os tratados, relatórios e mapas da coleção ofereciam evidências concretas para fundamentar as reivindicações brasileiras e consolidar a narrativa oficial do Império. Ao adquirir a coleção, o governo brasileiro incorporava um vasto acervo documental e reforçava sua posição diplomática e a coesão interna.

O pensamento do visconde de Uruguai, articulado em obras como *Ensaio sobre o direito administrativo* e *Estudos práticos sobre a administração das províncias do Brasil*, enfatiza a necessidade de um aparato estatal eficiente e integrado. A coleção De Angelis, então, transmuta-se numa aquisição intelectual, peça-chave na construção e manutenção do território e da soberania do Brasil no século XIX. Esses documentos, impregnados de testemunhos e registros coloniais, são vestígios "textualizados" do passado que permitem reconstruir contextos, compreender processos de ocupação e definir fronteiras em uma narrativa legitimadora³⁷. A coleção oferece uma visão retrospectiva dos eventos; ela articula-se com os interesses políticos e diplomáticos do período, fornecendo uma base documental para as disputas no Rio da Prata e para a consolidação de um poder centralizado e ordenado.

Ou seja, observamos aqui duas veias principais por onde correm os significados dos documentos da coleção e a atuação política de Paulino José Soares de Sousa: a manutenção da ordem imperial e a consolidação do território brasileiro, principalmente nas fronteiras do extremo sul americano.

³⁶ MATTOS, Op. Cit., p. 154.

³⁷ LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos, in PALTI, Elías José (org.). "*Giro lingüístico*" e *historia intelectual*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p. 241. Dominick LaCapra sintetiza a ideia de que o trabalho do historiador consiste em reconstruir o passado a partir dos fragmentos que sobreviveram ao tempo e foram "textualizados", ou seja, transformados em documentos ou registros escritos. Esses restos não representam o passado em sua totalidade, mas são vestígios que permitem a reconstrução de contextos e realidades históricas. A "textualização" implica que esses vestígios são interpretados através de discursos e narrativas produzidas no momento em que foram escritos, e que o historiador deve considerar essas camadas de significado ao interpretá-los.

Anexo às atuações do visconde de Uruguai, destaca-se o posteriormente intitulado visconde de Rio Branco. Com a postura inicial de um liberal logo associado aos conservadores Saquaremas, ou um conservador modernizante no entender de José Murilo de Carvalho, José Maria da Silva Paranhos é uma figura emblemática do império brasileiro, cuja trajetória reflete o entrelaçamento de intelecto, política e diplomacia no século XIX. Nascido em 1819 na Bahia, sua vida foi marcada por uma ascensão baseada no mérito e na capacidade de adaptação às circunstâncias políticas de seu tempo. Vindo de uma família modesta e órfão de pai na infância, Paranhos teve sua educação viabilizada pelo apoio de um tio, o que lhe permitiu estudar no Rio de Janeiro a partir de 1836. Formou-se pela Escola da Marinha e pela Escola Militar em ciências matemáticas, áreas que lhe deram uma formação sólida, disciplinada e voltada ao raciocínio lógico e à precisão, qualidades que se refletiram em sua atuação como professor e político.

Sua incursão no jornalismo foi igualmente significativa, destacando-se no *Novo Tempo*, periódico liberal, e no moderado *Jornal do Commercio*³⁸, onde escrevia anonimamente na coluna “cartas ao amigo ausente”. A crítica contundente a Juan Manuel de Rosas, figura dominante na política argentina, demonstrava sua habilidade na arte retórica e uma percepção aguçada dos problemas geopolíticos da região platina. Esse início na imprensa foi fundamental para a construção de sua imagem pública como intelectual e analista político, abrindo portas para sua carreira parlamentar e, posteriormente, diplomática.

Na terceira edição de 5 de janeiro de 1851, dizia:

Se eu não soubesse do ciúme que o General Guido³⁹, o único restante dos patriarcas da independência da sua pátria, causa ao feroz ditador, teria como a mais refinada hipocrisia o tom sério e grave da nota, a unção de que o ex-ministro nela se mostra possuído. Só o desejo de humilhar a um rival, e um inveterado hábito de cinismo e escândalo, aconselhariam a Rosas que obrigasse o ex-representante de seu governo a escrever em vida, para ser pública, a história íntima do seu procedimento em uma missão diplomática tão importante para Buenos Aires, como é, e será em todo o tempo, a do Brasil. O escândalo está

³⁸ ABREU, Martha. José Maria da Silva Paranhos, in VAINFAS (org.), Op. Cit., p. 438-439.

³⁹ Tomás Guido (1788–1866) foi um militar, diplomata e político argentino, desempenhando um papel significativo nas lutas pela independência. Nascido em Buenos Aires, participou da defesa contra as invasões britânicas de 1806 e 1807. Após a independência, Guido ocupou diversos cargos diplomáticos e políticos, incluindo o de ministro da Guerra e Relações Exteriores, além de representar a Argentina no Brasil, onde negociou tratados importantes. Sua trajetória reflete um compromisso contínuo com a consolidação da soberania e da estabilidade política argentina no século XIX.

incarnado nesse homem sem alma e sem coração, por isso quis dar aos povos civilizados exemplo sem igual nos fastos da diplomacia⁴⁰.

E segue:

O cinismo da diplomacia em Buenos Aires teve, quanto a mim, outro fim que já deixei entrever: inutilizar o Guido para qualquer missão no Rio de Janeiro. A estima que este argentino aqui adquiriu entre as classes mais gradas, a particular consideração que soube merecer de S. M. o Imperador, são as melhores recomendações para o ódio e desconfiança do tredo e despótico Átila das povoações do Prata. Guido foi obrigado a revelar que procurou, na última fase da sua missão, fomentar pela imprensa desta Corte e por suas relações, uma opinião favorável à causa do ditador argentino; que por um fanatismo imprudente não cessava de ter em movimento ministros, senadores, conselheiros, altos funcionários, gente de palácio, e toda aquela que pôde fazer servir à causa de seu governo⁴¹!!!

Tais escritos revelam a retórica e o domínio da linguagem crítica e incisiva de Paranhos, mas também sua percepção acurada da política platina e das complexas relações diplomáticas entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires na primeira metade do século XIX. A linguagem utilizada pelo futuro visconde, por exemplo ao escrever "homem sem alma e sem coração", evoca a figura de Rosas como um tirano despótico e implacável. A menção ao "exemplo sem igual nos fastos da diplomacia" acentua a gravidade do comportamento de Rosas, sugerindo que suas ações estavam fora das normas aceitas de civilidade diplomática. Esse discurso serve a um propósito político claro: reforçar a imagem de Rosas como um obstáculo à estabilidade da região platina e à boa convivência com o Brasil.

Assim, tal discurso se aproxima da forma como o conhecimento histórico se constrói: através de uma reconstrução textual que visa restituir um contexto passado. Como qualquer relato histórico, essas construções se fundamentam em categorias narrativas e figuras de linguagem que podem, em certa medida, transitar entre o real e o fictício. A

⁴⁰ PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: ABL, 2008 (Coleção Afrânio Peixoto; n.º 81), p. 18. A versão do *Jornal do Commercio* foi consultada digitalmente. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pagfis=14000 Acesso em: 07/12/2024. Durante as pesquisas realizadas sobre os jornais da época, identifiquei a coleção Afrânio Peixoto n.º 81, publicada pela Academia Brasileira de Letras, que reúne e organiza os artigos de José Maria da Silva Paranhos, proporcionando uma visão sistemática de seus escritos.

⁴¹ Idem, p. 18-19.

linha tênue entre história e ficção, apontada pela reflexão crítica contemporânea, é exemplificada nos escritos de Paranhos, onde a representação dos fatos diplomáticos se apresenta como uma interpretação subjetiva, porém fundamentada em eventos concretos. Assim, a denúncia contra Rosas é uma expressão da política externa brasileira e também um ato de escrita histórica que busca consolidar uma visão específica da realidade sul-americana, diferenciando-se da mera fábula ou ficção por seu compromisso com uma "verdade" construída e legitimada pela linguagem e pelo contexto político da época⁴². Nesse sentido, a compra da coleção se insere numa trama de construção histórica, legitimando-a em seus inúmeros documentos.

Com o apoio de figuras influentes como o visconde de Sepetiba, Paranhos ingressou na política institucional, sendo eleito deputado provincial em 1845 e assumindo cargos de destaque na administração do Rio de Janeiro. Sua habilidade em navegar pelas estruturas do poder e resolver questões complexas faria dele, depois, uma figura indispensável ao Partido Conservador e ao império brasileiro. Na década de 1850, já sob a tutela do marquês do Paraná, Paranhos passou a desempenhar missões diplomáticas de alta relevância no Prata, em um período marcado por conflitos territoriais e a necessidade de consolidar a soberania brasileira frente às potências vizinhas e aos interesses europeus.

O título de visconde do Rio Branco, concedido em 1870, foi o reconhecimento máximo dessa trajetória exemplar. Sua atuação na pacificação e estabilização da região platina após a Guerra do Paraguai destacou seu papel como diplomata hábil, capaz de articular interesses nacionais em um cenário internacional instável⁴³.

A missão diplomática enviada ao Rio da Prata no ano de 1851 foi um *turning point* na política imperial brasileira. Em 23 de outubro desse mesmo ano, Silva Paranhos partira para a Missão Especial à República Oriental do Uruguai, República do Paraguai, Estados de Entre Rios e Corrientes. Antes de sua partida, contudo, já demonstrava sua concordância e alinhamento às políticas de Paulino Soares de Sousa e Honório Hermeto Carneiro Leão, pois na 26ª Carta, de 7 de junho de 1851, dizia:

A política do governo para com Oribe e Rosas é fatal ao Império, dizem alguns senhores, vendo o Império nas vésperas de um rompimento, e não podem sofrer que se lhes diga: ‘Brasileiros, essa linguagem, esse sistema de oposição que não distingue as questões internas, as questões

⁴² CHARTIER, Roger. *El mundo como representación. Estudios sobre historia cultural*. Barcelona: Gedisa, 1992, p. 76-77.

⁴³ ABREU, Op. Cit., p. 438-439.

de família, daquelas em que lutamos com o estrangeiro, é o mesmo desastrado sistema que despolarizou a guerra que sustentamos no Prata desde 1825 até 1828, que muito concorreu para as desgraças que precederam à perda para sempre da província da Cisplatina. Brasileiros que assim procedeis, vós com as mais puras intenções (cremo-lo com toda a sinceridade) estais ferindo a um tempo o governo do vosso país e o próprio país, em benefício da mais infausta de todas as causas, e da opressão e extermínio de populações que vos devem ser caras, e da extinção de nacionalidades de que dependem a paz e a inviolabilidade de nossas fronteiras, sacrificais as vidas e as propriedades de muitos brasileiros que estão sob o barão e o cutelo de um desalmado ditador⁴⁴.

A defesa veemente de Paranhos pela intervenção no Prata revela assim sua adesão aos princípios do conservadorismo Saquarema, que via na diplomacia e no uso de força calculada instrumentos indispensáveis para a projeção de poder do Brasil na região. Ele argumenta que a defesa das populações platinas é uma questão moral e uma necessidade estratégica para garantir a estabilidade das fronteiras e, conseqüentemente, a integridade do território brasileiro. Assim, Paranhos se posiciona como uma voz que clama por unidade nacional em face de interesses externos, reforçando a conexão entre a política Saquarema e a consolidação do projeto imperial brasileiro no século XIX.

O sucesso de José Maria da Silva Paranhos foi tanto, que Honório Leão o nomeou Ministro Residente. E para seguir demonstrando a relevância do contexto de compra da coleção, prosseguimos com um trecho do relatório do ministério de 1853, no qual Paulino José Soares de Souza escreve:

A importância de alguns negócios que se acham pendentes entre a Legação Imperial nessa República e o Governo Oriental e que o Sr. Dr. Paranhos tem tratado desde sua origem, tendo deles o mais perfeito conhecimento e a maneira pela qual tem desempenhado suas funções com plena satisfação do Governo Imperial e (tenho motivos para o crer) também com a da República perante a qual está acreditado, justificam o pedido feito pelo governo à Câmara dos Senhores Deputados do seu consentimento para que o dito Sr. Dr. Paranhos, eleito deputado pelo Rio de Janeiro depois de sua nomeação para o cargo de Ministro Residente, o pudesse continuar a exercer⁴⁵.

⁴⁴ PARANHOS, Op. Cit., p. XIV-XV.

⁴⁵ Idem, p. XVI.

Paulino então sublinha a importância da continuidade na condução dos negócios diplomáticos entre a Legação Imperial no Uruguai e o governo local, sugerindo que a experiência e o "mais perfeito conhecimento" acumulados por Paranhos conferiam-lhe uma posição de destaque nas articulações entre os dois Estados. Essa continuidade, justificada como indispensável, alinha-se à visão Saquarema de centralização e estabilidade, uma vez que a manutenção de indivíduos experientes e comprometidos com a ordem imperial era vista como essencial para assegurar os interesses brasileiros na região platina, pois

o ministro dos Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza, organizava o corpo diplomático brasileiro, por meio da Lei nº 614, de 22 de agosto de 1851, enquanto o decreto nº 855, de 8 de novembro do mesmo ano, regulava as isenções e instruções dos agentes consulares no Império e o modo como deveriam proceder na arrecadação e administração das heranças dos súditos de suas nações dado o caso de reciprocidade⁴⁶.

Manuscritos notáveis

Essas duas importantes figuras da política imperial brasileira conferem, então, novo sentido aos documentos manuscritos cotejados nessa parte do presente capítulo. Os manuscritos da coleção Pedro de Angelis se iniciam na página 133 do catálogo em tela. Abaixo, segue tabela com os papéis manuscritos que possuem relação com o então Império do Brasil, na ordem em que aparecem no catálogo.

MANUSCRITOS (Ano)	SECCION PRIMERA: Documentos sobre las Provincias del Rio de la Plata
1680	Cartas escritas de la Colonia dei Sacramento al Principe D. Pedro y a otros, por D. Manuel de Lobo. 1680.
1680	Dispositiones del Gobernador de Buenos Aires contra los Portugueses que estan en la Colonia. 1680. Original.
1680	Relacion de lo sucedido en la expulsion de los Portugueses de la Colonia. 1680
1681	Carta escrita en Madrid sobre la primera ocupacion de la Colonia por los Portugueses. 1681
1682	Informe dei Comandante de armas Muxica de lo acaecido en el desalojo de los Portugueses da la Colonia. 1682.

⁴⁶ MATTOS, Op. Cit., p. 172.

1688	Informe sobre un reconocimiento hecho en las costas del Parana y del Paraguay. 1688. Documento original.
1692	Representation del Cabildo de Santa Cruz de la Sierra sobre los peligros de una invasion de Portugueses por las Misiones de Chiquitos. 1692. Documento original.
1705	Petition del Cabildo de Buenos Aires a su Gobernador, para que certifique lo que coopero esta ciudad al desalojo de los Portugueses de la Colonia; con la contestacion del Gobernador D. Alonso Juan de Valdes y Ynelan. 1705. Documento autografo.

MANUSCRITOS (Año)	SECCION PRIMERA: Documentos sobre las Provincias del Rio de la Plata
1719	Informe de lo que pasu en los Portugueses de la Colonia. 1719. Autografo.
1761	Carta confidencial del gobernador D. Pedro Caballos Sobre vários asuntos, sobratolo sobre las usurpaciones de los Portuguesas. 1761. Autografo.
1761	Diario de los comisionados para demoler los marcos que pusieron las partidas demarcadoras. 1761. Manuscrito original.
1776	Relacion de la toma del Rio Grande de San Pedro, y Del fuente de Santa Teresa. 1776.
1777	Extracto de las ocurrencias, y estado de la demarcacion, con arreglo al tratado de 1777, y relativamente a los articulos 3 y 4.
	_____ outro extracto igual, relativo a los articulos 8, 9 y 10.
	_____ -Oficios que se citan, y carta dei Virey Arredondo al Principe de la Paz.
1781	Puntos concernientes el tratado ajustado con la Corona de Portugal, y modo de cumplirlos. 1781. Documento original.
1785	Derrotas de los demarcadorcs en la frontera del Brasil. 1785.
1792	Relation de un recontim'ento hecho, por orden del Gubernalor del Paraguay, en las inmediaciones del Salto del Guayra. 1792.
	Oficio del Virey de Buenos Aires sobre los incidentes de la demarcacion de limites.
1792	Informe dal gobernador Alda sobre los limites del Paraguay y del Brasil. 1792.

	Puntos que deben tenerse presente para ajustar definitivamente los límites entre la República Argentina y el Brasil. Autógrafo del Coronel, Cabrer.
--	---

MANUSCRITOS (Año)	SECCION PRIMERA: Documentos sobre las Provincias del Rio de la Plata
1808	Documentos relativos a las ocurrencias de la Fragata Prueba en Rio de Janeiro. 1808.
1808	Relacion de lo ocurrido al Conde de Liniers en Rio de Janeiro, 1808.
1808	Relacion de los acontecimientos del Conde de Liniers en Rio de Janeiro y de sus conferencias con el Ministro de Sousa Coutinho, 1808.
1808	Documentos relativos a un ataque proyectado contra la ciudad de Rio Grande. 1808.

MANUSCRITOS (Año)	SECCION SEGUNDA: Misiones del Paraguay
N/A	Parecer de un habitante de San Pablo a favor de las malocas. Documento original.
1629	Representacion al Gobernador del Paraguay sobre los acometimientos de los Portugueses contra las reducciones del Guayra. 1629. Autógrafo firmado por ocho Misioneros.
1629	Relacion de los agravios hechos por los Portugueses de San Pablo a las reducciones del Guayra. 1629. Autógrafo del P. Siihon Masseta.
1629	Auto del Gobernador del Brasil contra los habitantes de San Pablo, por las hostilidades cometidas contra las reducciones del Guayra. 1629. Testimonio autentico.
1629	Provision del Virey del Brasil, en que manda hacer informacion de los danos causados por los Portugueses a las reducciones del Guayra! 1629. Documento autógrafo.
1630	Requerimiento de los vecinos de la Villa-Rica para trasladarse a otro punto, con motivo de los acometimientos de los Paulistas. 1630. Documento Original.

N/A	Memorial de los cargos hechos al Gobemador del Paraguay, D. Luis Cespedes. Documento autentico.
1637	Representation al Rey, para que proteja las reducciones del Guayra contra los acometimientos de los Portugueses. 1637. Documento autentico.

MANUSCRITOS (Año)	SECCION SEGUNDA: Misiones del Paraguay
1637	Relation de; una invasion de los Paulistas contra la reduccion de Jesus Maria; 1637. Documento autografo. Informe al Gobernador de Buenos Aires sobre los motivos que tuvieron los Jesuitas para abandonarem Colegio de Santiago del Estero. 1637- Documento autografo.
1637	Informe sobre las agresiones y atentados de los habitantes de San Pablo. 1637. Testimonio autentico.
1637	Relacion de la entrada de los Portugueses de San Pablo a las reducciones del Uruguay. 1637, Documento autografo.
1637	Carta del Obispo de Buenos Aires, que da cuenta al Pontifice de las tropelias de los Portugueses contra los indios. 1637. Documento autografo.
1687	Representacion del Obispo del Rio de la Plata, dando cuenta al Rey de los danos que hacen los Portugueses a los habitantes del Paraguay. 1687. Documento autografo.
1637	Representacion dei Gobernador de Buenos Aires al Rey para fundar dos poblaciones de Espanoles entre las reducciones de indios, por el lado de San Pablo. 1637. Documento original.
1638	Contestacion del Cabildo de Corrientes, que recusa dar socorros contra los Portugueses. 1638. Documento autografo.
1638	Carta escrita de Rio Janeiro, con varias noticias relativas a las Misiones. 1638. Autografo.
1638	Informe de los trabajos que sufren los indios de las reducciones, de las invasiones de los Portugueses. 1638. Autografo.
1638	Excomulgacion y censura contra los Portugueses que acometen a las reducciones de indios. 1638. Autografo.
1638	Relacion del ataque de los Portugueses contra la reduccion de Capa-mini. 1638. Autografo.
1638	Autos originales del socorro enviado por la Provincia de Corrientes contra los Portugueses. 1638. Autografo.
1639	Informe al Rey sobre los acometimientos de los Portugueses de la Villa de San Pablo. 1639.

MANUSCRITOS (Año)	SECCION SEGUNDA: Misiones del Paraguay
1639	Informe del Cabildo de la Asumpcion sobre los dafios que hacen los Portugueses a las Misiones. 1639. Autografo.
1638	Autorizacion del Gobernador de Buenos Aires para que los indios de las reducciones asoladas por los Portugueses, puedan vaquear en los terrenos de las reducciones del Uruguay y Corrientes. 1638. Testimonio autentico.
1640	Retractacion de una declaracion arrancada al P. Diaz Tafio en Rio Janeiro, de desistir de su demanda de agravios contra los Portugueses de San Pablo. 1640. Autografo.
1640	Relacion de lo sucedido en Rio Janeiro, en ocasion de la publicacion de las bulas contra los Paulistas. 1640. Autografo.
1641	Relacion de la guerra, y de la victoria que los Indios alcanzaron contra los Portugueses en el Borore. 1641. Autografo.
1643	Provision del Virey de Lima para enviar al Cuzco a todos los clerigos Portugueses que se hallan en las Provincias del Rio de la Plata. 1643. Documento original.
1644	Representaciou del Gobernador del Paraguay al Rey, de los danos que hacen los Portugueses, y de la necesidad de dar armas a los indios. 1644. Documento original.
N/A	Peticion al Rey para precaver a los indios del Parana y Uruguay de los acometimientos de los Portugueses. Documento original.
N/A	Demostracion del derecho que tenian los indios de retirarse de los pueblos ainagados por los Portugueses, sin esperar ordenes. Documento original.
1652	Informacion sobre el retiro de las reducciones del Guayra, con motivo de las invasiones de los Portugueses. 1652. Documento autografo.
1656	Declaraciones tomadas a los indios sobre los prisioneros Portugueses. 1656. Documento original.
1706	Informacion sobre el estado miserable de los indios, por las continuas invasiones de los Portugueses. 1706. Autos originales.
1752	Carta al P. Altamirano sobre las dificultades que ofrece la entrega de los siete Pueblos de Misiones. 1752. Documento autografo.

MANUSCRITOS (Año)	SECCION SEGUNDA: Misiones del Paraguay
1752	Representation al Rey sobre las funestas resultas de la entrega de los siete Pueblos de Misiones a los Portugueses. 1752. Documento original.

1753	Carta a los PP. Doctrineros de los Pueblos del Parana y Uruguay, para animarlos en el conflicto de la entrega de los siete Pueblos. 1753. Documento autografo.
1754	Representation al Rey sobre el empeño puesto por los PP. de la Compania para la entrega de los siete Pueblos de Misiones. 1754. Documento autografo.
1753	Dos escrituras publicas otorgadas por el P. Provincial de los Jesuitas en Cordova, renunciando al cuidado de los Pueblos de las Misiones Orientales del Uruguay que se resisten obedecer a las ordenes de S. M., de pasar al dominio de los Portugueses. 1753.

MANUSCRITOS (Ano)	SECCION SEGUNDA: Misiones de Moxos y Chiquitos
1765	Informe sobre la fortificacion hecha por los Portugueses en las margenes del rio Itenes. 1765. Documento autografo.
N/A	Relacion de las poblaciones y fortificaciones que han hecho los Portugueses en los dominios de S. M. Catolica. Documento original.
1784	Documentos originales sobre las fronteras del Paraguay del lado de las posesiones del Brasil. 1784.

MANUSCRITOS (Ano)	SECCION CUARTA: Planos y mapas
1777	Siete Planos de las Misiones de Moxos y Chiquitos. Mapa de Chile. 1777. Original de la Demarcacion de limites.
N/A	Croquis de la Bahia de Rio Janeiro, con las costas adyacentes.
N/A	Croquis de la Bahia de Todos los Santos, en la costa del Brasil.
N/A	Mappa do Rio Grande do Sul, por Zambecari. Planta da ciudad de Porto Alegre, por Dias.

Esses manuscritos refletem, em sua essência, os embates históricos que marcaram a relação entre os impérios ibéricos e as fronteiras do Brasil, articulando-se diretamente às tensões entre Portugal e Espanha na delimitação de seus territórios na América do Sul. Entre eles, destacam-se alguns documentos que ilustram momentos-chave dessa complexa história. Por exemplo, a *Relacion de lo sucedido en la expulsion de los Portugueses de la Colonia* (1680) aborda as disputas em torno da Colônia do Sacramento, um ponto estratégico que simbolizava a luta pela supremacia territorial e comercial na

região platina. Outro exemplo notável é o *Diario de los comisionados para demoler los marcos que pusieron las partidas demarcadoras* (1761), que revela os atos de resistência espanhola contra as investidas portuguesas em zonas de fronteira, evidenciando a fragilidade dos tratados de delimitação, como o de Madri (1750).

Também chama a atenção o *Informe del Cabildo de la Asunción sobre los daños que hacen los Portugueses a las Misiones* (1639), que denuncia os constantes ataques dos paulistas às reduções jesuíticas, um cenário de violência que envolvia indígenas e missionários em meio à disputa por mão de obra e domínio territorial. Na mesma linha, o *Relacion del ataque de los Portugueses contra la reduccion de Caacapa-mini* (1638) documenta episódios que atestam a instabilidade crônica das fronteiras e as dificuldades de controle na região. Essas questões permaneciam no imaginário político brasileiro do século XIX, influenciando a diplomacia imperial no período, como se observa na estratégia de Paulino e Paranhos de garantir que o Paraguai e o Uruguai não fossem anexados à Confederação Argentina, protegendo assim as vulneráveis fronteiras do Brasil. Além disso, a *Representation al Rey sobre las funestas resultas de la entrega de los siete Pueblos de Misiones a los Portugueses* (1752) reflete os impactos das decisões políticas sobre as populações locais, mostrando a complexidade da administração colonial, cuja herança foi central para os desafios enfrentados pelos viscondes ao lidar com as tensões regionais.

Dessa forma, os documentos elencados no catálogo de Pedro de Angelis oferecem uma visão detalhada dos conflitos e estratégias coloniais e dialogam diretamente com os esforços de figuras como o visconde de Uruguai e o futuro visconde de Rio Branco, que instrumentalizaram esse tipo de material para legitimar as ações diplomáticas do Império do Brasil. Eles revelam como o passado colonial foi reinterpretado e apropriado para consolidar as fronteiras, assegurar a soberania e manter a unidade territorial em um período marcado por tensões políticas internas e pressões externas na região platina. Esse compromisso com a precisão histórica e geográfica se reflete também no acervo pessoal do depois visconde do Rio Branco, que demonstrava um interesse acadêmico, mas também uma estratégia política e diplomática profundamente articulada.

Exemplo disso é a obra *Le Grand Routier de Mer de Jean Hugues de Linschot aux Indes orientales*, de 1638, presente em sua biblioteca, na qual o próprio visconde realizou correções nas coordenadas originais do autor. Essas anotações, feitas a lápis, tinham como

objetivo conferir maior precisão aos graus, minutos e segundos, especialmente em áreas como Lisboa, cuja posição foi ajustada de 39 graus para 38°42'18", e pontos estratégicos da costa africana, como o Cabo de Lobo Gonçalves. Essas correções revelam o cuidado técnico e o domínio do visconde sobre os instrumentos cartográficos, essenciais para as negociações de fronteiras com o Paraguai entre as décadas de 1850 e 1870⁴⁷. A capacidade de interpretar e, quando necessário, corrigir informações geográficas representava um ativo valioso em um contexto onde mapas e medidas precisas desempenhavam papel central na diplomacia e na legitimação das reivindicações territoriais do Brasil.

Em edição do ano de 1946, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, através do artigo de José Antônio Soares de Souza, relatou os trâmites da venda da coleção ao império brasileiro. Soares de Souza destaca que o início das negociações se deu nos primeiros meses de 1853, por intermédio também do desembargador Rodrigo Pontes, presente em Buenos Aires como ministro plenipotenciário. “A 8 de abril deste último ano, o desembargador diplomata escrevia ao ministro Paulino de Souza: ‘Fiz constar a Dom Pedro de Angelis, como creio já haver participado a V. Exa., quanto V. Exa. Me tinha escrito relativamente ao negócio da Biblioteca; e passo a transcrever o que a tal respeito me disse ele em carta de 2 do corrente, que me foi entregue ontem’”⁴⁸. O que reforça o interesse de Paulino Soares de Sousa na coleção de documentos amealhados por De Angelis.

Segundo as ideias mattosianas, a construção do Estado imperial brasileiro no século XIX estava profundamente atrelada à visão de uma ordem social hierarquizada, essencial para a sustentação tanto das estruturas políticas quanto das relações econômicas e sociais da época. Essa ordem não era apenas uma intenção política ou um ideal abstrato, mas o alicerce prático e necessário para a sobrevivência e consolidação do Império. Ela estava intrinsecamente ligada à manutenção de um modelo agrário-escravista que perpetuava as relações desiguais entre senhores e escravos, estendendo-se às relações entre a elite

⁴⁷ PEREIRA, Paulo Henrique Rodrigues. A biblioteca pessoal do visconde de Rio Branco: fluxo de ideias na política imperial, *Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA*, Salvador, v. 16, nº 3, p. 467-482, dez. 2022, p. 472. Disponível em: [A BIBLIOTECA PESSOAL DO VISCONDE DO RIO BRANCO | PontodeAcesso](#) Acesso em: 29/12/2024.

⁴⁸ SOUZA, José Antônio Soares de. Como se adquiriu a livraria de Pedro de Angelis, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 192, 1946, p. 60-61. Disponível em: [Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro \(RJ\) - 1839 a 2021 - DocReader Web](#) Acesso em: 30/12/2024. Ver também CORTESÃO (org.), Op. Cit., p. 35.

fundiária e a massa de homens livres e pobres. Esse modelo conferia aos senhores rurais um controle sobre a terra e os mecanismos de violência e coerção que sustentavam sua posição de privilégio. Assim, preservar a ordem significava conservar essas relações de poder que remontavam ao período colonial e ao tempo em que a Corte portuguesa esteve sediada no Rio de Janeiro, um contexto que moldou profundamente a elite senhorial brasileira⁴⁹.

A ideia de ordem estava ainda atrelada ao conceito coevo de civilização, pois ambas as ideias eram vistas como elementos complementares e indispensáveis para o projeto de construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial. Esse processo não se limitava ao plano econômico ou político; ele exigia a legitimação simbólica e cultural de uma elite que se via como guardiã da civilidade e do progresso no Brasil – embora exaltando a sua natureza e possível expansão territorial. Essa civilidade, entretanto, não se destinava à inclusão de todos os membros da sociedade, mas à reafirmação da posição dominante da minoria privilegiada, em uma sociedade marcada pelo monopólio da terra e pela exploração da mão de obra escrava. A manutenção dessa ordem implicava assegurar a continuidade das desigualdades sociais e econômicas que beneficiavam os da elite e os distinguiam dos “bárbaros”. Além disso, o ideal de civilização justificava e reforçava a centralidade da Corte situada no Rio de Janeiro, como eixo em torno do qual gravitava o projeto imperial. Essa polarização da capital refletia a preponderância da região sul, sustentada pela economia mercantil-escravista, como coração econômico e político do Império⁵⁰.

Manter a integridade territorial era outra dimensão fundamental da preservação da ordem. O Império, embora marcado por suas diversidades regionais, exigia coesão para se sustentar. Nesse contexto, a elite dirigente buscava equilibrar os interesses regionais, sem comprometer a hegemonia da região mercantil-escravista, a qual simbolizava a essência do projeto imperial. Essa lógica territorial reforçava a centralização política e o papel do soberano como figura vigilante, cujo olhar atento garantia a unidade do Estado. Portanto, a relação entre ordem, civilização e integridade territorial era vista como chave para assegurar a estabilidade do Império, preservando tanto os privilégios da elite senhorial quanto os mecanismos de controle social e político sobre as massas. Essas dinâmicas revelam como a construção do Estado imperial brasileiro foi, em última instância, um

⁴⁹ MATTOS, Op. Cit.

⁵⁰ Sá, Op. Cit.

projeto que visava perpetuar uma ordem social excludente, garantindo a continuidade de uma estrutura profundamente desigual, mas eficaz na manutenção dos interesses da classe dominante⁵¹.

Além disso, para José Murilo de Carvalho o ano de 1850 foi um marco crucial para o império brasileiro, caracterizado pela hegemonia conservadora e pela presença de políticos como Paulino José Soares de Sousa, que asseguraram ao governo imperial força suficiente para enfrentar dois problemas fundamentais: o tráfico de escravizados e a estrutura agrária. O enfrentamento dessas questões era essencial para a soberania nacional, pressionada pela Inglaterra, e para a preservação da classe proprietária, cujos interesses sustentavam a ordem imperial. O fim do tráfico representava tanto um ajuste às pressões internacionais quanto uma afirmação da autonomia do Brasil, enquanto a estrutura agrária, alicerçada no trabalho escravo, começava a ser desafiada por iniciativas que buscavam alternativas como a imigração. Essas decisões asseguraram a sobrevivência do Estado imperial e moldaram os rumos políticos e sociais do país, consolidando uma ordem que equilibrava as demandas externas e internas em benefício da elite dominante⁵².

Dessa forma, os documentos aqui mencionados demonstram fazer sentido para o visconde de Uruguai e para o futuro visconde do Rio Branco. A coleção de documentos reunida por Pedro de Angelis assume um papel estratégico no contexto político do Império do Brasil, articulando-se diretamente aos esforços Saquaremas de manutenção da unidade territorial e consolidação do poder centralizado. Em um cenário marcado por tensões regionais, disputas diplomáticas no Rio da Prata e pressões internacionais lideradas pela Inglaterra, a aquisição da coleção pelo governo imperial forneceu um suporte documental que legitimava reivindicações fronteiriças e consolidava a narrativa histórica em prol da soberania brasileira. A unidade do território, essencial para o projeto imperial, estava diretamente atrelada à estrutura econômica baseada no trabalho escravo, que por sua vez era alvo de pressões internacionais lideradas pela Inglaterra. Assim, a centralização política promovida pelos Saquaremas era uma escolha estratégica para manter o controle sobre as províncias e um mecanismo de sobrevivência ante as ameaças internas

⁵¹ MATTOS, Op. Cit., p. 281-282.

⁵² CARVALHO, Op. Cit., p. 254-256. Para José Murilo de Carvalho, o apoio ao trono imperial não poderia vir do proletariado rural nem da instável população urbana. A solução, portanto, era alinhar o governo às elites do grande comércio e da grande agricultura, concedendo-lhes prestígio e integrando-as às instituições do país, como forma de consolidar a ordem e garantir a estabilidade futura do Império.

representadas pelas revoltas regionais e as pressões externas que colocavam em xeque a soberania do Brasil. Essa operação não se restringia ao âmbito intelectual, mas integrava um projeto político mais amplo, no qual a elite Saquarema, representada por figuras como Paulino José Soares de Sousa e José Maria da Silva Paranhos, buscava sustentar a ordem escravocrata, assegurar a estabilidade econômica e neutralizar as ameaças internas e externas.

A política externa do Império do Brasil no século XIX estava profundamente alinhada à necessidade de garantir a soberania e a segurança territorial do país diante das dinâmicas da região platina. O governo imperial adotava como estratégia a definição das fronteiras e a proteção da liberdade de navegação nos rios internacionais, fundamentais para o comércio e a integração territorial. Essa postura também se conectava ao respaldo jurídico necessário para sustentar esses pleitos, o que explicava, em parte, a defesa das independências do Paraguai e do Uruguai em relação à influência de Buenos Aires. Para os conservadores no poder, a expansão territorial da Confederação Argentina representava uma ameaça direta, econômica e militar, ampliando os pontos vulneráveis de fronteira entre os dois países e potencializando os riscos de invasão. Mesmo após a queda de Rosas, Buenos Aires continuava a ser percebida como uma ameaça em potencial, consolidando no imaginário político e diplomático brasileiro a inevitabilidade de um confronto entre as nações. Essa mentalidade estratégica, marcada pelo temor de agressões argentinas, perdurou como um fator relevante na diplomacia brasileira, ecoando até o século XX, até que o processo de integração entre Brasil e Argentina, iniciado na década de 1980, começasse a transformar a lógica de rivalidade histórica em cooperação mútua⁵³.

A incorporação dos documentos ao acervo imperial reforçava a centralidade da Corte na condução do Estado e contribuía para construir uma narrativa histórica que justificava a centralização política e territorial, para a qual os futuros viscondes de Uruguai e Rio Branco eram parte fundamental. Além de ser uma ferramenta para a diplomacia e organização do território, a coleção simbolizava o alinhamento entre história, política e poder, reafirmando os ideais de ordem e civilização que sustentavam o projeto Saquarema. Assim, os documentos amealhados por De Angelis registravam o passado e

⁵³ DORATIOTO, Op. Cit., p. 32.

tornavam-se instrumentos de ação no presente, essenciais para moldar a identidade e os interesses do Império em um período de profundas transformações e desafios.

Segundo José Honório Rodrigues⁵⁴, tais documentos “são valiosíssimos, porque constituem títulos de fundação da maior parte dos Povos das Províncias do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Para a história da formação territorial e para os problemas de limites, a Coleção Pedro De Angelis é uma das principais fontes primordiais de que dispomos. Ela tem sido examinada e pesquisada por historiadores brasileiros e estrangeiros e aproveitada limitadamente para monografias e estudos”⁵⁵.

Pedro de Angelis, assim, organizou um catálogo de documentos históricos, pelo qual podemos refletir: qual era o seu propósito ao ser emitido? O colecionador estava apenas colecionando, ou tentava persuadir governos, justificar ações políticas, legitimar fronteiras? Compreender essas questões de modo articulado confere mais sentido ao catálogo *per se* e às ações do colecionador ao construí-lo.

⁵⁴ José Honório Rodrigues foi um destacado historiador, advogado e escritor brasileiro. Entre os anos de 1946 e 1958 foi diretor da Seção de Publicações e Obras Raras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

⁵⁵ Apud CORTESÃO, Op. Cit., p. 8.

Capítulo 3

A formação do território brasileiro

Os acontecimentos envolvendo a atividade colecionista de Pedro de Angelis e a subsequente venda dos documentos ao governo imperial brasileiro situam-se na primeira metade do século XIX. Mas foi na década de cinquenta da centúria seguinte que Jaime Cortesão teve seus primeiros contatos com os documentos da coleção Pedro de Angelis, o que transporta esses papéis para um novo tempo, cem anos depois.

Na Guerra Fria

O século XX, por mais que seja frequentemente retratado como uma era de avanços tecnológicos, modernidade e progressos sociais, foi profundamente moldado pela sombra da guerra, sendo impossível compreendê-lo sem reconhecer esse aspecto central. O "breve século XX", uma concepção historiográfica que compreende o período entre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o fim da Guerra Fria (1991), destaca como a guerra foi a força motriz de muitos acontecimentos políticos, sociais e econômicos desse tempo. A "guerra mundial de 31 anos"¹, como aqui entendemos, aponta para a continuidade entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (1914-1945), enxergando-as não como conflitos isolados, mas como capítulos de um processo de destruição e reconfiguração da ordem mundial.

O colapso de "o grande edifício da civilização do século XX" revela a fragilidade das estruturas construídas nos séculos anteriores, com a crença no progresso linear e na racionalidade sendo profundamente abaladas. A derrocada do padrão-ouro não foi apenas um evento econômico; foi um momento de colapso civilizacional. O que antes parecia uma base sólida para o funcionamento da economia global revelou-se instável e vulnerável, expondo a dependência de um único sistema para garantir a estabilidade das nações. Isso desorganizou as economias nacionais e gerou uma crise de confiança nas instituições que sustentavam a ordem social da época. É impossível compreender os

¹ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Tradução de Marcos Santarrita, 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Para Hobsbawm, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial devem ser vistas como partes de um processo. A abordagem rompe com a concepção tradicional que separa os dois conflitos e enfatiza as continuidades entre eles, como as tensões políticas, econômicas e ideológicas não resolvidas em 1918 culminando no colapso da primeira metade do século XX.

eventos que levaram ao desmoronamento político e econômico da Europa e ao surgimento de regimes autoritários sem reconhecer a centralidade desse colapso monetário. Ele foi o catalisador de uma transformação estrutural e simbólica, evidenciando o quanto uma civilização inteira repousava sobre alicerces mais precários que o imaginado². Além disso, os pilares institucionais, sociais e culturais que sustentavam a modernidade europeia ruíram e foram desafiados pelos conflitos globais. O período foi marcado pela violência em uma escala sem precedentes, pela militarização das sociedades e pelo reordenamento das relações internacionais. Mesmo em fases de relativa calma entre os conflitos, a ameaça da guerra permeava o imaginário das nações e influenciava decisões políticas e econômicas, consolidando a ideia de que o século XX viveu e pensou em termos de guerra. Portanto, ao abordar a história desse período é imprescindível entender como os conflitos moldaram não apenas as fronteiras territoriais, mas também as estruturas de poder, as ideologias e dinâmicas sociais. O colapso e a catástrofe seriam mais que consequências diretas da guerra; eles são o reflexo de uma época em que a violência organizada tornou-se o eixo central das disputas entre nações e blocos de poder, deixando marcas indeléveis no tecido social e político global, como a Guerra Fria³.

Republicano no exílio

Jaime Zuzarte Cortesão, nascido em 29 de abril de 1884 na freguesia de Ançã, Cantanhede, destacou-se como uma figura multifacetada na história de Portugal. Médico de formação, foi também poeta, professor, político e historiador, exercendo uma influência notável no campo intelectual e cultural. Ainda jovem, participou da revista *Nova Silva* (1907), de tendências anarquistas e anticlericais, junto a nomes como Leonardo Coimbra e Cláudio Basto. Nesse período crítico, ao se engajar no Partido Republicano, Cortesão envolveu-se ativamente na luta contra a monarquia constitucional portuguesa, sendo preso na véspera da Revolução Republicana de 1910, que depôs o rei D. Manuel II (1908-1910). Libertado após a vitória republicana, Jaime Cortesão dedicou-

² POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrabel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 36-37. Segundo Polanyi, no início do século XX a economia mundial sustentava-se por um sistema que parecia sólido e interconectado: o padrão-ouro. Esse mecanismo, ao proporcionar estabilidade monetária e previsibilidade nas transações internacionais, era mais que uma ferramenta financeira; ele funcionava como um alicerce invisível que sustentava uma ordem econômica e social mais ampla. A desintegração desse sistema na transição para a década de 1930 revelou fragilidades estruturais profundas, desencadeando um processo de transformação que ultrapassou o campo da economia e penetrou nos âmbitos políticos e culturais.

³ HOBBSAWM, Op. Cit., p. 1.

se ao fortalecimento do novo regime por meio de iniciativas culturais, cívicas e pedagógicas.

Entre essas ações, cofundou a revista *A Águia* com Teixeira de Pascoaes, catalisando o movimento da “Renascença Portuguesa”, que buscava renovar o pensamento artístico e intelectual do país, além de dar nova direção à sociedade lusitana. Jaime Cortesão via nesse projeto uma forma de mobilizar artistas e intelectuais para influenciar a sociedade, num tempo em que os “monárquicos” tradicionais ainda possuíam algum apelo. Ele promoveu a criação de universidades populares e fomentou debates por meio de conferências e publicações, como o boletim *A Vida Portuguesa*, que editou no Porto a partir de 1912. Foi eleito deputado entre 1915 e 1917, período em que defendeu a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Demonstrando coerência entre suas ideias e ações, alistou-se no Corpo Expedicionário Português, onde atuou como capitão médico na campanha de Flandres, sendo ferido em combate. As experiências no front foram posteriormente registradas em *Memórias da Grande Guerra* (1919). Entre 1919 e 1927, dirigiu a Biblioteca Nacional de Lisboa, atual Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), consolidando-se como historiador de renome, sobretudo pelo capítulo que escreveu sobre os descobrimentos portugueses na obra *História da colonização portuguesa do Brasil*, organizada em comemoração ao centenário da independência brasileira. Nesse período realizou sua primeira viagem ao Brasil, integrando a comitiva do presidente português António José de Almeida. No entanto, a ascensão do integralismo e o início do Estado Novo em Portugal em 1926 alterou drasticamente seu destino. Cortesão apoiou a insurreição de fevereiro de 1927 contra o regime, mas com a derrota do movimento rebelde, perdeu seu cargo na BNP e foi forçado ao exílio⁴.

Durante seu período no Brasil, Jaime Cortesão viveu no Rio de Janeiro por cerca de 17 anos, quando se integrou à sociedade carioca, participando ativamente de instituições como o Real Gabinete Português de Leitura e o IHGB. Como pesquisador desenvolveu estudos de destaque no Ministério das Relações Exteriores e na Biblioteca Nacional do Brasil (BNB), com ênfase na obra de Alexandre de Gusmão e no Tratado de Madri, que resultaram em uma publicação de sete volumes pelo Instituto Rio Branco (1952-1956). Ministrou cursos voltados ao estudo da cartografia e da formação territorial do Brasil,

⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria P., Jaime Cortesão (1884-1960), *Revista Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 22, p. 317-322, dezembro 2006, p. 317-319. Disponível em: <https://www.convergencialusiada.com.br/rcl/article/download/666/476/1845> Acesso em: 14/01/2025.

além de publicar uma série de 64 artigos intitulada “Introdução à história das bandeiras” no jornal *O Estado de São Paulo* (1947-1949).

Embora tenha enfrentado críticas de Sérgio Buarque de Holanda acerca de suas teses sobre os bandeirantes, o debate entre os dois foi enriquecedor e marcou uma contribuição significativa no campo historiográfico⁵. Ao discutir as interpretações sobre a colonização portuguesa, a crítica de Sérgio Buarque de Holanda ao trabalho de Jaime Cortesão ganha contornos mais nítidos em *Visão do paraíso*. Buarque de Holanda rejeita o olhar de Cortesão de um Renascimento português marcado por um projeto moderno e planejado, contrapondo que a ação lusitana no Brasil refletiu um “realismo pedestre”, guiado por interesses pragmáticos e imediatistas, e não por uma estratégia civilizacional ampla. Ele também contesta a ênfase de Cortesão no mito da Ilha Brasil como força motriz da descoberta, tratando-o como uma construção retrospectiva desprovida de impacto concreto. Por fim, opõe a mentalidade tradicional dos portugueses — arraigada em práticas medievais — à modernidade mística atribuída aos espanhóis, desafiando a narrativa heroica de Cortesão e destacando as contradições do processo colonizador. Essas divergências sublinham uma abordagem crítica a narrativas teleológicas, essencial para compreender os imaginários que moldaram o Brasil colonial⁶. O professor da Universidade de São Paulo criticava uma visão mais idealizada do polígrafo português.

Na biblioteca e no palácio

Em seus tempos na BNB, recorte que mais nos interessa, Cortesão assumiu a responsabilidade de sistematizar e editar a vasta coleção de documentos reunida por Pedro de Angelis e adquirida pelo imperador D. Pedro II, cuja magnitude permanecia, até então, em grande parte desconhecida. Essa tarefa insere-se no âmbito de suas atribuições no Instituto Rio Branco, instituição a qual foi integrado durante o período de exílio no Brasil, para conduzir uma ampla investigação sobre o processo histórico de construção territorial do país. A contribuição de Jaime Cortesão para a historiografia brasileira distingue-se por sua abordagem singular, que visava à utilização estratégica dos documentos da coleção Pedro de Angelis em um projeto que buscava legitimar e consolidar as fronteiras nacionais. Esse trabalho, situado no contexto político e geopolítico pós-Segunda Guerra Mundial, destaca-se pela relevância das questões territoriais, as quais ecoavam antigas

⁵ Idem, p. 319.

⁶ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 10-15.

preocupações do período colonial e permaneciam ainda cruciais para o Estado brasileiro.

Segundo José Honório Rodrigues:

A publicação, pela Biblioteca Nacional, desta fonte vai alargar os estudos sobre o bandeirismo, sobre a formação territorial, e esclarecer problemas de limites, alguns felizmente decididos, mas não aplaudidos por certas correntes de opinião, como as que condenam o movimento de penetração para o sul, sustentam o Tratado de Tordesilhas, ocultam as bulas que concediam a Portugal o domínio sobre terras descobertas ou a descobrir e omitem a conquista espanhola de ilhas e regiões do Oriente que cabiam a Portugal; as mesmas que dão atenção demasiada à Bula *Inter Caetera* (1493) e nenhuma à *Romani Pontificis* de 1676, que ao criar o Bispado do Rio dava-lhe como limites no Sul o Rio da Prata (*usque ad Flumen de Prata per oram maritimam et terram intus*); as correntes rosistas que exaltam suas campanhas e seus métodos, reveem a história argentina, pretendem o restabelecimento do Vice-Reinado pela união dos territórios vizinhos. Esta documentação é o melhor esclarecimento, a melhor objeção aos erros e preconceitos de uma política baseada em erros históricos. A fonte reunida por Pedro De Angelis pode auxiliar a libertação desses equívocos e promover a melhor compreensão histórica e do presente⁷.

Desta feita, José Honório Rodrigues, que explica a coleção e o trabalho a ser feito por Cortesão, reflete sobre a importância da publicação impressa sobre a coleção Pedro de Angelis pela BNB, destacando seu impacto não apenas para os estudos historiográficos, mas também para debates políticos e ideológicos relacionados à formação territorial e aos limites do Brasil. Ele aponta como a documentação pode desmistificar narrativas enviesadas, especialmente aquelas que sustentariam visões parciais ou anacrônicas sobre tratados e acordos, como o Tratado de Tordesilhas e bulas papais, ou que exaltam campanhas expansionistas de figuras rosistas na região platina. Ao mesmo tempo, o texto ressalta o papel do acervo como ferramenta para se contrapor explicações que tentam reavivar contextos do período colonial, como do Vice-Reinado do Rio da Prata. Assim, a coleção De Angelis emerge como fonte documental de grande valor, capaz de corrigir erros históricos e promover uma compreensão mais equilibrada e crítica tanto do passado quanto de seu impacto no presente. Rodrigues acrescenta que:

A edição obedeceu à orientação do Sr. Professor Jaime Cortesão, historiador e paleógrafo, conhecido e reconhecido pelas suas altas virtudes de estudioso competente. A imensa e difícil tarefa que lhe coube, de classificação, leitura e interpretação de velhos documentos e sua preparação para a imprensa pode ser bem avaliada pelos que estão afeitos a trabalhos desta natureza. Sua intimidade com letras antigas

⁷ RODRIGUES, José Honório. Explicação, in CORTESÃO, Jaime (org.). *Coleção De Angelis: jesuítas e bandeirantes no Guairá (1594-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p. 8.

permitiu-lhe o preparo da edição crítica da Carta de Caminha e seu conhecimento de cartografia, de geografia e de nossa expansão territorial forneceu-lhe as bases paleográficas e históricas para esta obra⁸.

O então diretor da Divisão de Obras Raras da BNB destaca o protagonismo de Jaime Cortesão na organização e edição de documentos históricos, evidenciando sua competência como historiador e paleógrafo, chancelando “que esta edição obedece às diretrizes do Professor Jaime Cortesão, cujo saber e probidade científica autorizam o critério seguido”⁹.

A criação da referida divisão em janeiro de 1946, por meio do Decreto-Lei nº 8.679, representou um marco institucional na preservação e organização do vasto acervo bibliográfico e documental da instituição. A nova divisão foi concebida com a missão de centralizar, proteger e sistematizar as preciosidades dispersas pelas diferentes salas da BNB, garantindo melhores condições de conservação e acesso ao patrimônio histórico. O trabalho inicial envolveu uma ampla operação de seleção, limpeza, desinfecção e catalogação de livros raros e manuscritos, exigindo esforços especializados para lidar com um volume considerável de documentos acumulados ao longo dos anos. Para essa tarefa a BNB contou com a participação de Jaime Cortesão, considerado historiador e paleógrafo de prestígio, além de três licenciados em História, responsáveis por catalogar e classificar milhares de peças até então dispersas e pouco estudadas. Em apenas dois anos, a equipe conseguiu registrar mais de 13.241 documentos, um número significativo ante a estimativa de que o acervo da seção de Manuscritos poderia chegar a 600 mil itens. Paralelamente, houve tentativas de estender esse processo de organização às seções de Iconografia e Periódicos, mas o tempo limitado impediu a conclusão desse esforço em totalidade. Ainda assim, a criação da Divisão de Obras Raras e os primeiros passos desse projeto lançaram as bases para um trabalho contínuo de valorização do acervo, cabendo às gestões subsequentes dar continuidade ao aprimoramento desse espaço fundamental para a historiografia e a pesquisa documental no Brasil¹⁰.

Dividida em sete volumes, as publicações impressas da coleção De Angelis foram assim intituladas: *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*, *Jesuítas e bandeirantes no*

⁸ Idem, p. 9.

⁹ Idem, p. 9.

¹⁰ CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994, p. 110.

Itatim (1596-1760), Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641), Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758), Tratado de Madri: antecedentes – colônia do Sacramento (1669-1749), Antecedentes do Tratado de Madri: jesuítas e bandeirantes no Paraguai (1703-1751) e Do Tratado de Madri à conquista dos Sete Povos (1750-1802).

Volume	Total de páginas	Ano de publicação
I	506	1951
II	367	1952
III	438	1969
IV	550	1970
V	459	1954
VI	328	1955
VII	495	1969

Tabela com número de páginas e ano de publicação de cada volume

A atuação de Jaime Cortesão no Brasil até 1950 foi marcada pelos cursos que ministrou no Itamaraty, os quais se tornaram o cerne de sua produção intelectual no país. Esses cursos centravam-se na questão das fronteiras brasileiras, analisadas tanto em uma perspectiva histórica quanto em seu contexto contemporâneo. Em um momento em que no Estado Novo brasileiro (1937-1945) e posteriormente na redemocratização buscava-se promover a unidade e a centralização nacional, havia um esforço significativo por parte do governo em investir em instituições e fomentar pesquisas que abordassem temas como a ocupação do interior e as problemáticas das fronteiras. Nesse sentido, a contribuição de Cortesão alinhava-se a esses objetivos, colaborando para construir um saber geográfico intrinsecamente conectado à História. Essa abordagem, por sua vez, refletia a tradição intelectual consolidada no âmbito do IHGB, cujos propósitos incluíam o fortalecimento

do Estado e da identidade nacional¹¹. A relação entre as iniciativas governamentais e o trabalho de Cortesão destaca a relevância de seu papel como historiador e educador, e também como intelectual engajado em um projeto de construção territorial e nacional alinhado às demandas políticas e geográficas da época. Seu trabalho com a coleção Pedro de Angelis não pode ser divorciado desse contexto. Em outras palavras, os documentos amalhados pelo colecionador napolitano mais uma vez eram manejados politicamente, servindo como instrumentos políticos e estratégicos, ao fornecerem subsídios históricos e geográficos fundamentais para se legitimarem as fronteiras brasileiras e um projeto nacional.

Apropriação singular

Na primeira edição dos sete volumes organizados, o polígrafo português inicia a sua “Introdução” com um estudo de cunho biográfico, dividindo-a em seis partes: ‘Pedro de Angelis ao serviço da República Argentina’, ‘De Angelis e o cavaleiro de Wallenstein’, ‘De Angelis ao serviço do Brasil’, ‘A coleção De Angelis e o visconde do Uruguai: seleção e agrupação dos documentos’, ‘A Província do Paraguai: origens antecedentes portuguesas; fundação, progresso e termo’ e ‘Ordenação e repartição dos documentos: sua importância para a história das bandeiras’; transcrição e índices. Nesse primeiro volume Cortesão apresenta os documentos ao público leitor, contando a história desses papéis a partir de sua perspectiva.

A introdução feita por Jaime Cortesão na década de 1950, nas edições dos documentos da coleção Pedro de Angelis, mostra uma estrutura meticulosamente articulada, reflexo de seu rigor historiográfico e da relevância política que esses documentos adquiriam na época. Cada uma das seis partes em que Cortesão divide a introdução ilumina aspectos da trajetória de De Angelis e dialoga com os desafios e interesses geopolíticos brasileiros do período pós-Segunda Guerra Mundial, momento de reconfigurações globais e valorização estratégica da história e da diplomacia.

A estrutura da introdução reflete o rigor historiográfico do autor, bem como suas posições ideológicas e compromisso com uma visão crítica das leituras hegemônicas do período.

¹¹ RIBEIRO, David William A., *Cartografia das relações: as condições da produção intelectual e os percursos da escrita histórica de Jaime Cortesão no Brasil (1940-1957)*, Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado em História Social, São Paulo, 2015, p. 8.
Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02032016-142848/pt-br.php> Acesso em: 14/02/2025.

Ao organizar a documentação, Cortesão buscava oferecer um contributo acadêmico e articular uma contraposição às narrativas que favoreciam o alinhamento do Brasil aos interesses norte-americanos no contexto da Guerra Fria. Ao contestar a apropriação da história territorial brasileira por interpretações como as de Rodrigo Octávio¹², que associavam a figura de Alexandre de Gusmão ao ideário monroísta de "A América para os americanos", Cortesão reafirmava a soberania nacional como elemento central de sua historiografia¹³. Nesse sentido, sua edição apresentava-se como um esforço para reposicionar o legado do influente ministro de D. João V (1707-1750) e da formação territorial brasileira conforme uma perspectiva que priorizava os interesses nacionais e desafiava a subordinação política e cultural a potências externas.

Na primeira parte, "Pedro de Angelis ao serviço da República Argentina", Cortesão traça a trajetória e os julgamentos morais que recaem sobre o colecionador, destacando o papel de De Angelis como intelectual estrangeiro inserido na dinâmica política da Confederação Argentina, demonstrando como ele posicionou-se ao lado das elites locais na construção de um discurso historiográfico que servia aos interesses de um projeto nacional. Cortesão evidencia assim como De Angelis percebia o poder dos documentos históricos como ferramentas de legitimação política e territorial, algo que ele mais tarde levaria consigo ao associar-se ao Império do Brasil.

O título "De Angelis e o cavaleiro de Wallenstein" traz alguma correspondência trocada entre De Angelis e o então cônsul russo no império brasileiro, entre 1837 e 1841. Nas palavras de Cortesão,

Essas cartas conservam quase sempre o tom de um intelectual, que se corresponde com outro, preocupados os dois com assuntos de interesse comum, de entre os quais sobressaem as preferências literárias de De Angelis e a situação política da Argentina, que se tornara alvo das atenções da Europa¹⁴.

¹² Rodrigo Octávio (1866-1944) foi advogado, professor, magistrado, escritor e diplomata, com papel destacado na fundação da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira n.º 35. Consultor-geral da República de 1911 a 1929, representou o Brasil em conferências internacionais, incluindo a Conferência da Paz, em Paris (1919), onde assinou o Tratado de Versalhes, e a I Assembleia da Liga das Nações (1920). Foi também membro da Comissão Permanente para a Codificação do Direito Internacional e da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, consolidando sua relevância no cenário jurídico e diplomático do Brasil.

¹³ PEIXOTO, Renato Amado. Moldando o corpo do Brasil: Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio, a representação de Gusmão e o metajogo na região do Prata, *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 22, p. 59-78, dezembro 2016, p. 60. Disponível em: [Vista do Moldando o corpo do Brasil: Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio, a representação de Gusmão e o metajogo na região do Prata](#) Acesso em: 21/01/2025.

¹⁴ CORTESÃO, Jaime (org.). *Coleção De Angelis: jesuítas e bandeirantes no Guairá*, Op. Cit., p. 21.

Na seção "De Angelis ao serviço do Brasil", Cortesão desloca o foco para o momento em que De Angelis se articula para a venda de sua coleção. Ele transmite sua visão sobre o comportamento de De Angelis como possível agente duplo a serviço do governo imperial, assim como os trâmites sempre nebulosos sobre as negociações envolvendo os papéis amalhados pelo erudito napolitano. Cortesão não esconde o que sente e julga sobre De Angelis, mas reconhece o esforço deste em preservar a história do extremo sul da América:

Guardemo-nos, todavia, de lavrar contra êle uma sentença de degradação sem restrições e sem apelação. Não apliquemos o mesmo juízo sôbre o político ao historiôgrafo erudito. Note-se que não lhe chamamos historiador. Esta categoria supõe certa inteireza de caráter, continuidade e fidelidade aos princípios morais ou filosóficos, na interpretação dos fatos, que lhe foram alheias. Mas a sua inegável paixão investigadora sôbre a história do Prata e os esforços gigantescos que dispendeu em salvar da destruição, colecionar, comentar e imprimir os respectivos documentos, supõem solidariedade profunda com os países platinos e com a sua humanidade no passado, em especial da Argentina; atestam uma direção superior do espírito e uma ação benemérita ao serviço da cultura¹⁵.

A maneira como Cortesão analisa a figura de De Angelis reflete um dilema inerente ao ofício do historiador: a tensão entre a busca pela reconstituição objetiva do passado e a inevitável presença de parcialidades e métodos que moldam esse processo. Esse processo de leitura crítica, no entanto, não escapa às dinâmicas mais amplas da produção historiográfica. O historiador, ao reconstruir o passado, não apenas se debruça sobre vestígios documentais, mas imprime, ainda que de forma sutil, a sua perspectiva sobre eventos e personagens que analisa. O passado que se tenta reviver, ao ser narrado, ganha contornos que são, em alguma medida, definidos pela ordem e pelos métodos do próprio historiador. Assim, o julgamento de Cortesão sobre De Angelis não se resume a um esforço de resgatar sua atuação histórica, mas reflete também os valores e imperativos da historiografia de sua época, inserida em um contexto de reafirmação das fronteiras e da identidade nacional. O próprio ato de organizar e publicar os documentos da coleção Pedro de Angelis torna-se então um testemunho dessa operação historiográfica, na qual a objetividade buscada se entrelaça às escolhas e concepções daquele que escreve a história¹⁶.

¹⁵ Idem, p. 50.

¹⁶ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 41-42.

"A coleção De Angelis e o visconde do Uruguai: seleção e agrupação dos documentos" é um momento central da introdução, em que Cortesão enfatiza o papel de Paulino José Soares de Sousa, o visconde do Uruguai, junto a José Maria da Silva Paranhos, então futuro visconde de Rio Branco, na aquisição e valor da coleção para os interesses diplomáticos do Brasil. De forma resumida, Cortesão expõe parte do catálogo utilizado nos trâmites da venda. A seleção e agrupamento dos documentos não são vistos apenas como esforço técnico, mas como um gesto político calculado, respondendo a necessidades estratégicas do Império em tempo de conflitos e negociações no Prata. Destaca Cortesão:

Dissemos atrás que o Visconde do Uruguai principal negociador da compra do precioso acervo ao seu primitivo possuidor, tivera a consciência claríssima do seu valor, como elemento construtivo, quer para a história, quer para o futuro do Brasil, como documentação da sua soberania territorial. Nessa mesma certeza, esclarecida e confirmada pelo estudo da Coleção, vamos agrupar as suas peças em volumes, conforme os episódios da expansão portuguesa e luso-brasileira em choque com a expansão contrária dos espanhóis e hispano-americanos, durante séculos. O primeiro desses volumes terá, pois, por título jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640), ao qual irão seguir-se outros volumes sobre Jesuítas e bandeirantes no Itatim, nos Tapes, no Guaporé, etc., assim como os que se referem à Colônia do Sacramento e à execução dos tratados de limites de 1750 e 1777¹⁷.

A percepção do visconde do Uruguai, destacada por Cortesão quanto à relevância estratégica e histórica da coleção Pedro de Angelis, reflete os episódios da expansão portuguesa em confronto com a presença espanhola, evidenciando como o acervo foi reinterpretado como um instrumento de narrativa histórica e diplomática. A proposta de Cortesão de dividir os volumes por regiões e eventos reforça a intenção de alinhamento da coleção a um projeto mais amplo de se construir uma memória histórica que sustentasse as reivindicações territoriais do Brasil em meio a disputas geopolíticas que marcaram séculos de interação luso-hispânica. O texto sublinha como a história e a política se entrelaçam nesse esforço de catalogação e edição junto a projetos políticos de tempos distintos. Esse arranjo histórico aparece ressignificado no período de novas questões geopolíticas.

Na parte intitulada "A Província do Paraguai: origens, antecedentes portugueses; fundação, progresso e termo", a narrativa volta-se para a história de uma região crucial

¹⁷ Idem, p. 51-52.

nas disputas territoriais entre os impérios espanhol e português. Aqui, Cortesão projeta sua escrita para uma apologética da primazia portuguesa no desbravamento e na conquista do espaço, afirmando que “o germe fecundo da Província, onde se pressentem tantas das suas diretrizes futuras, foi a Missão do Paraguai, cuja iniciativa e processo de origem pertenceram indiscutivelmente a portugueses”¹⁸. Ao reforçar a primazia lusitana na ocupação e formação territorial, Cortesão insere-se em uma tradição intelectual que busca articular a continuidade entre o passado colonial e os projetos imperiais subsequentes. Essa visão conecta-se ao ambiente intelectual no qual ele se formou e atuou. Sua participação na revista *Seara Nova* e seu vínculo com os intelectuais portugueses que dela fizeram parte revelam a filiação de sua obra a um esforço mais amplo de reavaliação da história luso-brasileira. A proposta dos *seareiros* não era de ruptura com o passado monárquico, mas sim de sua reativação enquanto matriz identitária e civilizacional¹⁹. Dessa forma, ao narrar a história da ocupação do território sul-americano sob a primazia portuguesa, Cortesão refuta interpretações que poderiam favorecer a hegemonia hispânica e projeta a construção do Brasil como culminância do legado lusitano, reforçando uma continuidade histórica que legitimava tanto o domínio colonial quanto a consolidação das fronteiras no período imperial. Essa perspectiva, além de alinhada aos interesses geopolíticos do Brasil no século XX, insere-se em um discurso historiográfico que, por meio da documentação, busca afirmar e consolidar a memória territorial nacional.

Durante os anos em que permaneceu exilado no Brasil, Cortesão dedicou-se a um minucioso exame do processo de construção territorial do país, integrando sua erudição histórica a uma abordagem geopolítica ampla. Esse esforço resultou em importantes obras, nas quais revisitou figuras centrais da história luso-brasileira, como o diplomata Alexandre de Gusmão e o bandeirante Antônio Raposo Tavares, além de consolidar sua visão no livro *História do Brasil nos velhos mapas*. Sua pesquisa, no entanto, não se limitou à produção escrita, mas desdobrou-se em intensa atividade acadêmica, especialmente por meio dos cursos de "geografia superior", promovidos pelo Ministério das Relações Exteriores entre 1944 e 1950. Neles, Cortesão articulava sua interpretação historiográfica a uma perspectiva estratégica, contribuindo para reavaliar o passado

¹⁸ Idem, p. 63.

¹⁹ PEIXOTO, Renato Amado. O modelo e o retrato: Jaime Cortesão, a ‘História da Formação Territorial do Brasil’ e sua articulação com a ‘História da Cartografia brasileira’, *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 19, p. 46-65, dezembro 2015, p. 47. Disponível em: [Vista do O modelo e o retrato: Jaime Cortesão, a ‘História da Formação Territorial do Brasil’ e sua articulação com a ‘História da Cartografia brasileira’](#) Acesso em: 17/01/2025.

territorial brasileiro por um pensamento geopolítico que reforçasse a posição do país no cenário internacional²⁰.

Por fim, "Ordenação e repartição dos documentos: sua importância para a história das bandeiras; transcrição e índices" revela a dimensão metódica e sistemática do trabalho de Cortesão. Não se trata apenas de preservar os documentos, mas de ordená-los de forma a dialogarem com questões centrais da história brasileira, como a formação do território e a atuação das bandeiras. Após reafirmar o pioneirismo português através das missões jesuíticas, Cortesão acrescenta:

Na ordenação dos documentos seguimos o critério cronológico, que nalguns casos se ajusta, não à data do documento, mas dos fatos referidos. Na primeira parte agrupamos documentos distanciados no tempo, é certo, entre 1594-1636, o último dos quais excede o ano em que os padres da Companhia e os moradores civis espanhóis abandonaram definitivamente o território de Guairá. Não obstante, um nexo comum os une: informam-nos sobre as origens dos fatos centrais e o caráter, a organização civil ou religiosa, e a cultura, na mais ampla acepção da palavra, dos personagens que vão entrar em cena: padres, índios, civis espanhóis e bandeirantes paulistas²¹.

Esse conjunto de partes mostra como Cortesão, ao organizar a introdução, narra a trajetória de Pedro de Angelis e sua coleção e constrói uma narrativa relacional entre história e poder, que reverbera diretamente nos projetos de construção de identidade e consolidação territorial do Brasil no século XIX e além. O trabalho de De Angelis, redimensionado pelas mãos de Cortesão, ganha novos significados, transcendendo a esfera historiográfica para tornar-se símbolo da diplomacia e do projeto imperial brasileiro.

Jaime Cortesão também demonstra preocupação com a acessibilidade e a clareza da documentação por meio da metódica organização do volume, onde o índice detalhado, o sumário analítico e demais aparatos editoriais orientam o leitor e revelam um esforço consciente de estruturação do conhecimento histórico. Ao fornecer instrumentos como um glossário de termos específicos e notas explicativas, a edição oferece os documentos transcritos e busca contextualizá-los, garantindo que sua consulta não seja restrita a

²⁰ OLIVEIRA, Francisco Roque de. Jaime Cortesão no Itamaraty: os cursos de História da Cartografia e da formação territorial do Brasil de 1944-1950, *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 18, n. 463, p. 1-18, janeiro 2014, p. 1. Disponível em: [Jaime Cortesão no Itamaraty: os Cursos de História da Cartografia e da Formação Territorial do Brasil de 1944-1950](#) Acesso em: 25/01/2025.

²¹ CORTESÃO, Jaime (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*, Op. Cit., p. 87.

especialistas, mas alcance um público amplo²². Esse cuidado na apresentação reflete uma abordagem historiográfica que busca interpretar e organizar os vestígios do passado por uma lógica que favoreça sua assimilação crítica e instrumentalização no presente, contrapondo-se a críticas anteriores sobre a falta de organização destes papéis, pois antes da sistematização promovida por Jaime Cortesão, a coleção Pedro de Angelis permanecia em estado de organização precário, tornando sua consulta uma tarefa árdua e ineficiente. Os esforços anteriores dos bibliotecários frei Camilo de Monserrat e Alfredo do Vale Cabral, embora tenham introduzido melhorias, não solucionaram o problema fundamental da catalogação, pois o catálogo de 1853 limitava-se a um inventário descritivo sem critérios modernos de indexação. Assim, a BNB passou a publicar documentos da coleção sem uma estruturação adequada para sua consulta, dificultando o acesso de pesquisadores que necessitavam de uma visão ampla e articulada dos conteúdos. A ausência de um sistema de referência eficiente significava que qualquer investigação aprofundada demandava um processo longo e custoso, o que evidenciava a necessidade urgente de uma reformulação metodológica apenas realizada décadas mais tarde²³.

Cortesão finaliza a introdução agradecendo àqueles que o auxiliaram nesse processo, começando por José Honório Rodrigues, diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da BNB, cuja generosidade em disponibilizar materiais essenciais foi fundamental para a pesquisa. Também reconhece o trabalho de suas colaboradoras, Olimiê de Lourdes Machado²⁴ e Astréa Dutra dos Santos, destacando o esforço e a dedicação de ambas na transcrição e correção dos textos antigos. Além disso, menciona Walter Alexandre de Azevedo, enaltecendo seu espírito de colaboração, e o reverendo Antônio de Lemos Barbosa, que revisou os textos em guarani. Por fim, expressa gratidão a historiadores como Emilio Ravignani, José Torre Revello e César Ferreira Reis, cujo auxílio foi indispensável para o êxito do empreendimento²⁵. O historiador português também

²² Idem, p. 90.

²³ Idem, p. 6.

²⁴ Olimiê de Lourdes Machado destacou-se por sua obra *Memórias de África e do Oriente*, publicada pela BNB em 1969. A coletânea reúne documentos históricos que exploram a presença portuguesa na África e no Oriente Médio, fornecendo uma análise das interações e impactos culturais desse contato. Cortesão fez questão de citar seu nome em todos os volumes como reconhecimento de seu grande trabalho.

²⁵ Idem, p. 91.

agradece publicamente a ajuda de duas alunas de seus cursos no Itamaraty sem, no entanto, citar seus nomes²⁶.

Bandeirantes e jesuítas

A escolha de Jaime Cortesão para os títulos dos sete volumes da coleção Pedro de Angelis revela uma organização temática e cronológica e a intenção de dialogar com questões centrais da formação do território brasileiro e da construção de sua soberania. Os títulos são construídos como fragmentos que, juntos, compõem um mosaico da história das fronteiras brasileiras e da interação entre dois agentes fundamentais da colonização e da expansão territorial: jesuítas e bandeirantes. Essa dupla recorrência temática sugere que Cortesão buscava enfatizar tanto as tensões quanto as colaborações entre os dois grupos que, de formas distintas e/ou conflitantes, contribuíram para a formação do território e da sociedade do Brasil colonial. Em artigo publicado em *O Estado de São Paulo*, ele afirma:

O então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai, verdadeiro precursor do Barão do Rio Branco no conhecimento e compreensão duma política geográfica brasileira, quer no presente, quer no passado, ao decidir a compra da Coleção De Angelis, tinha a consciência claríssima do seu valor, como elemento construtivo, para a história e para o futuro do Brasil, como base documental de sua soberania territorial²⁷.

A forma como Jaime Cortesão estruturou os volumes sobre a coleção Pedro de Angelis liga-se à concepção da história territorial como um instrumento de construção da soberania nacional. Essa leitura encontra eco na visão expressa pelo próprio Cortesão sobre a decisão do visconde do Uruguai em adquirir a coleção, destacando sua perspicácia ao compreender esses documentos como alicerces tanto para a historiografia quanto para a projeção política do Brasil. O trabalho de Cortesão na década de 1950 pode ser visto como uma reatualização desse esforço, agora sob a égide do período pós-Segunda Guerra Mundial, quando a disputa por narrativas históricas e geopolíticas adquiria renovada relevância no cenário internacional.

Os títulos dos quatro primeiros volumes, sobre jesuítas e bandeirantes no Guairá, Itatim, Tape e Uruguai, destacam regiões específicas, marcando claramente as áreas onde os esforços de catequese e conquista territorial se sobrepuseram ou colidiram. Essa

²⁶ CORTESÃO, Jaime. Introdução à história das bandeiras, in *O Estado de São Paulo*, 03/09/1947. Disponível em: [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão](#) Acesso em: 01/02/2025.

²⁷ Idem.

delimitação geográfica não é fortuita; ela indica a tentativa de Cortesão localizar espacialmente os conflitos e processos de ocupação que moldaram as fronteiras do Brasil. O uso reiterado da expressão "Jesuítas e bandeirantes" coloca esses dois atores históricos em uma narrativa de confronto e abre espaço para refletir sobre suas estratégias, valores e legados. A insistência nesse binômio sugere que Cortesão via a história territorial brasileira marcada por um dinamismo entre a espiritualidade dos jesuítas, voltada à conversão e à proteção dos indígenas, e a praticidade dos bandeirantes, guiada pela busca de riquezas e pela expansão do domínio português.

Confluindo para o tratado

Os volumes seguintes deslocam o foco para uma perspectiva diplomática e política, vinculando diretamente os processos de negociação de fronteiras ao contexto das disputas coloniais entre Portugal e Espanha. Títulos como *Tratado de Madri: antecedentes – Colônia do Sacramento e Antecedentes do Tratado de Madri: Jesuítas e bandeirantes no Paraguai* sugerem que Cortesão via as fronteiras como resultado de ações militares ou missionárias, mas também como produto de intensas negociações diplomáticas, quando a história dos tratados entrelaçava-se a disputas territoriais. O fato de mencionar "antecedentes" indica uma preocupação em contextualizar os acordos diplomáticos, remontando às raízes dos conflitos e das reivindicações territoriais. Seria esse o teleologismo criticado por Buarque de Holanda?

Por fim, o último volume, *Do Tratado de Madri à conquista dos Sete Povos*, funciona como uma espécie de clímax narrativo, conectando o ponto culminante das negociações diplomáticas ao desfecho prático das disputas territoriais. O uso da palavra "conquista" reforça a ideia de que as fronteiras não foram simplesmente traçadas em mapas, mas materializadas por meio de ações concretas, que incluíram tanto negociações políticas quanto intervenções militares.

Assim, os títulos dos volumes organizados por Cortesão ordenam os documentos e guiam o leitor a uma compreensão ampla e interconectada da história territorial do Brasil. Eles revelam um historiador comprometido com a reconstrução do passado em suas múltiplas dimensões – geográfica, diplomática e cultural –, oferecendo ao mesmo tempo uma narrativa coesa e uma ferramenta política, em um contexto em que o debate sobre fronteiras e territorialidade era central para o Brasil, algo que demandou uma imersão nos documentos da coleção pelo polígrafo português. Essa imersão na coleção Pedro de

Angelis não pode ser dissociada do caráter essencialmente interpretativo do trabalho historiográfico. A seleção, ordenação e publicação desses manuscritos não se resumiu a uma mera organização documental, mas constituiu-se um processo ativo de leitura e interpretação, no qual o historiador operava como mediador entre o passado e a construção de uma narrativa coerente para o presente. Ao debruçar-se sobre os testemunhos do arquivo, Cortesão os transcrevia por meio de auxiliares, os sistematizava e integrava a um projeto historiográfico que, por sua vez, possuía implicações políticas concretas. Jaime Cortesão não apenas transcreveu e publicou os documentos, mas os reorganizou dentro de um projeto historiográfico específico, conferindo-lhes um novo significado e inserindo-os em uma narrativa voltada para a história territorial do Brasil.

Esse processo ocorreu em um momento particular da história brasileira, na metade do século XX, quando a afirmação de um discurso nacional sobre a ocupação e consolidação das fronteiras era uma preocupação central. Além disso, Cortesão contou com o auxílio de uma professora e de estagiários na edição dos textos, o que implica que diferentes agentes estiveram envolvidos na interpretação e organização desse material. A intermediação desses estudiosos, ainda que movida pelo rigor documental, não esteve isenta de falhas ou de escolhas interpretativas motivadas por contextos específicos. Importante ressaltar, também, que os documentos editados por Cortesão não são os manuscritos originais reunidos por De Angelis, mas transcrições e edições que passaram por diversos filtros até sua publicação. O risco de anacronismos e de reinterpretções involuntárias torna-se evidente nesse processo, especialmente quando historiadores contemporâneos, por vezes, tratam os sete tomos organizados por Cortesão como se fossem a íntegra da coleção original. Essa confusão metodológica obscurece o fato de que as fontes ali reunidas já carregam múltiplas camadas de leituras e edições, refletindo não apenas o passado que descrevem, mas também os interesses historiográficos daqueles que as manipularam ao longo do tempo. Sua atuação alinha-se a uma tradição na qual o ofício do historiador se estrutura como um conjunto de regras de leitura e análise, aproximando-se do que se convencionou chamar de "cultura do comentário". Esse processo evidencia como a escrita da história se constrói a partir do diálogo com os documentos, mas também com os contextos e demandas que atravessam o presente de cada historiador²⁸.

²⁸ OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documental: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu, in GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 218.

Contudo, a materialidade dos manuscritos da coleção Pedro de Angelis, muitos dos quais resultantes do trabalho metucioso de amanuenses, insere-se nesse delicado jogo entre a preservação e a mediação da autenticidade documental. O ato de transcrição, longe de ser um simples exercício de reprodução mecânica, constitui um processo ativo de interpretação, em que a seleção, a ordenação e até mesmo as escolhas estilísticas dos copistas, transcritores, diagramadores e tipógrafos influenciam a forma final dos textos. Nesse sentido, a edição crítica dos documentos, tal como empreendida por Jaime Cortesão, não se limita à "vulgarização" do conteúdo histórico, mas implica uma operação hermenêutica que exige do historiador um olhar atento sobre as camadas de transmissão do registro escrito²⁹. Nessa esteira, escrevendo sobre os manuscritos da Companhia de Jesus, o próprio Cortesão alerta:

(...) não é raro aparecerem nesses documentos, vários trechos riscados, e por vezes de tal forma, que a sua leitura se torna tão difícil como a do mais obscuro palimpsesto³⁰.

Ainda sobre os documentos da Companhia de Jesus, afirma:

Com eles entramos nos bastidores do teatro, onde se desenrolou a ação, ora piedosa, e tão digna de respeito, da evangelização dos Padres, ora dramática, das suas lutas com o clero secular e as outras ordens, as autoridades civis, os "maloqueiros" espanhóis e os bandeirantes paulistas. E, como é natural, a essa luz, doméstica e humilde, certos personagens perdem um pouco da glória que lhes emprestavam os artificios da cena e o clarão da ribalta³¹.

No volume sete sobre a coleção Pedro de Angelis encontra-se o documento de nº XIV, *Relação do padre Bernardo Nusdorffer sobre o plano de mudança dos Sete Povos*, com relatos sobre a luta dos povos indígenas contra as missões demarcadoras luso-espanholas, que exemplificam o trecho acima destacado das lutas enfrentadas por padres e indígenas das missões religiosas. Em uma dessas cartas, há relatos de índios insatisfeitos com as determinações do Tratado de Madri:

A 9 del mismo mes (março de 1752) llegué a S. Nicolas. A 11 hable al Cabildo y Casiques que avia en el Pueblo, pues otros no se hallaban y estaban todavia

²⁹ A fronteira entre o original e a cópia não é estanque, mas permeada por filtros de subjetividade e intervenção técnica, elementos que impõem ao historiador o desafio de distinguir entre a fidelidade documental e as mediações que inevitavelmente moldam o que hoje é acessado como fonte histórica. Idem, p. 219.

³⁰ CORTESÃO, Jaime. Introdução à história das bandeiras, in *O Estado de São Paulo*, 03/09/1947. Disponível em: [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão](#) Acesso em: 01/02/2025.

³¹ Idem.

en la guerra, y no avian buelto. Se pusieron en nuestras manos, diciendo querian ser Vassalos del Rey de España, y no de los Portugueses. Preguntados sobre la tierra a que querian mudarse respondieron no sabian que tierra podian escojer. Um Casique principal, cuyos Abuelos fueran los primeros que aceptaron el Bautismo , respondió, que ellos desde sus Abuelos y desde el principio tenian la tierra en que habitaban, y añadió, que no sabia, si diciendo aquello erraba o no, y como no prosiguió en su arenga no se hizo caso del dicho atendiendo a los que los mas han dicho y a lo a que convenian, no obstante ya desde entonces se veia, que la intimacion de la mudanza les era cosa muy estraña, aunque por entonces no se explicaron mas³².

Esse trecho, quando analisado à luz da abordagem de Cortesão, proporciona uma visão sobre a resistência indígena ante as mudanças territoriais propostas pelo tratado em questão, alimentando a análise do historiador sobre as interações entre as potências coloniais, as comunidades locais e as complexidades envolvidas na formação territorial do Brasil.

A Guerra Guaranítica representa a insatisfação e a revolta dos guarani-missionários ante as imposições do tratado, que os compelia a abandonarem suas terras, plantações, gado e moradia. Embora este fosse concebido para consolidar a paz e proteger os interesses dos monarcas ibéricos, sua aplicação desencadeou conflitos, pois não levavam em consideração os interesses dos indígenas. Os reis ordenavam a transmigração dos índios, sem compreender plenamente o significado abrangente deste processo na vida dessas comunidades. O Mapa das Cortes³³, utilizado como base para as definições territoriais, foi uma construção política para defender os interesses portugueses no extremo sul da América, que Alexandre de Gusmão, segundo Cortesão, soube bem utilizar, pois o mesmo “representava então uma política de segredo, que o Estado português vinha praticando sobre os descobrimentos geográficos, desde o século de Quatrocentos. Esconder os descobrimentos e a cartografia respectiva era e fora sempre uma forma de exercer e defender a soberania territorial, usada pelos Estados mais débeis perante os mais fortes”³⁴.

A questão territorial como fio condutor para a instrumentalização da coleção não nasce com Jaime Cortesão, tampouco com a atividade colecionista de Pedro de Angelis. Esses

³² CORTESÃO, Jaime (org.). *Coleção De Angelis: do Tratado de Madri à conquista dos Sete Povos (1750-1802)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969, p. 142.

³³ Segundo Cortesão, “o Mapa das Cortes foi propositalmente viciado nas longitudes para fins diplomáticos. Desviando o Brasil meridional para leste, aumentava a margem da soberania no hemisfério português, delimitado pelo meridiano de Tordesilhas; e encurtado ainda com os desvios de traçado, as longitudes do Paraguai, do Madeira e do Guaporé, apoucava o Brasil ocidental com aparente benefício das regiões centrais de soberania espanhola”. CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo I. São Paulo: FUNAG, 2006, p. 332.

³⁴ Idem, p. 333.

esforços, através de outras ferramentas, são pautas permanentes desde o período colonial, tendo a cartografia como instrumento de legitimação de territórios por meio dos topônimos. Segundo Iris Kantor, a redefinição toponímica foi um dos mecanismos utilizados para consolidar o domínio lusitano sobre regiões disputadas. Os demarcadores e administradores foram instruídos a renomear rios, aldeias e vilarejos de origem hispânica, um expediente que se inscrevia na lógica do *uti possidetis*, garantindo, pelo nome, a posse de territórios em disputa. Paradoxalmente, apesar desse esforço sistemático de lusitanização dos espaços, as publicações europeias seguiram difundindo a toponímia jesuítica, o que reforça as ambiguidades e tensões entre os mapas políticos e as representações geográficas.

No contexto do Tratado de Madri, a instabilidade toponímica refletia a imprecisão dos mapas da época, mas também a fluidez dos próprios critérios de demarcação, evidenciada na ambiguidade do texto oficial, que reconhecia a incerteza na identificação dos acidentes geográficos. Esse processo de construção territorial esteve atrelado a um projeto político mais amplo de consolidação da soberania portuguesa, manifesto em diversas frentes: da reforma que levou à centralização administrativa no Rio de Janeiro, à expulsão dos jesuítas e ao controle sobre seus vastos domínios. Dessa forma, a reorganização cartográfica e a renomeação dos espaços eram gestos simbólicos e instrumentos fundamentais de afirmação do poder régio sobre os territórios coloniais³⁵. Conforme Kantor, para confeccionar o Mapa das Cortes,

(...) os portugueses mobilizaram uma rede transcontinental de informantes que incluíam sertanistas, espiões, engenheiros militares, missionários e altos diplomatas situados em diferentes cortes europeias. Sem o seu concurso, dificilmente teria sido possível alcançar os objetivos geopolíticos comuns pretendidos pelas Coroas, tais como: assegurar a aliança defensiva contra os demais impérios marítimos (França, Holanda e Inglaterra) e coibir o contrabando de mercadorias e escravizados nas fronteiras interimperiais³⁶.

Nessa disputa por narrativas, a atuação de Jaime Cortesão no Brasil, marcada por sua imersão nos documentos da coleção Pedro de Angelis, não pode ser dissociada de um

³⁵ KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos das informações toponímicas (1750-1850), *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 39-61, dezembro 2009. p. 44-47. Disponível em: [SciELO Brasil - Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica \(1750-1850\) Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica \(1750-1850\)](#) Acesso em: 13/01/2025.

³⁶ KANTOR, Iris. A negociação das fronteiras: mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional do anno de 1749, DORÉ, Andréa & FURTADO, Junia Ferreira (orgs.). *História do Brasil em 25 mapas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 154.

contexto maior que orienta suas múltiplas atividades intelectuais e diplomáticas. Cortesão revelou-se um intelectual cuja produção estava entrelaçada com as questões territoriais do Brasil. Sua parceria com o Itamaraty e a condução de pesquisas sobre fronteiras indicam um compromisso com a consolidação de um discurso geopolítico que transcendia a mera análise histórica. Não se limitando às fronteiras propriamente ditas, sua obra – como a *História do Brasil nos velhos mapas*³⁷ – reflete uma visão estratégica da cartografia como instrumento de construção identitária do Brasil, onde o território se converte em símbolo de afirmação e legitimação política. Inscrevia assim sua pesquisa historiográfica no seio de um projeto mais amplo, no qual a disposição e a metodologia com que abordava as fontes associavam-se à herança colonial e à dinâmica das frentes territoriais do Brasil. Na obra supracitada, Cortesão, inclusive, utiliza documentos da coleção De Angelis para embasar os seus argumentos a respeito das bandeiras de Raposo Tavares, demonstrando que tais papéis estão inseridos num contexto maior de recepção e ressignificação:

Ora, uma carta ânua do próprio Padre Montoya, escrita em 1628, pertencente à coleção De Angelis, e por nós publicada, prova, com o mais autorizado dos testemunhos, que foram os jesuítas do Guairá que, entre 1627 e 1628, fizeram os índios das reduções atacar a tiros os bandeirantes, não obstante o escrupuloso respeito destes pelos índios cristãos. A reação não se fez esperar. Nesse mesmo ano, 1628, S. Paulo despovoava-se e uma bandeira, sob o comando de Raposo Tavares, mas seguramente com o beneplácito ou instigação das autoridades, invadia o Guairá e iniciava a destruição das reduções. O próprio Raposo Tavares afirmou aos jesuítas espanhóis, segundo o testemunho destes, que ia expulsá-los das terras que pertenciam à Coroa portuguesa. Em 1631, os bandeirantes forçavam igualmente os moradores de Vila Rica e Ciudad Real, as duas povoações civis do Guairá a abandonar esses lugares e retirar-se, tendo uns seguido para Assunção e outros fundado uma nova Vila Rica, sobre o Jejuí³⁸.

E acrescenta:

A nosso ver, a sucessiva destruição dos burgos civis no Guairá e no Itatim mostra que os bandeirantes não se propunham a apenas arrebanhar escravos, mas a restituir à Coroa portuguesa, como eles

³⁷ A obra *História do Brasil nos velhos mapas* de Jaime Cortesão foi publicada em três volumes. O primeiro tomo foi entregue ao Instituto Rio Branco em 1957 e impresso em 1965. O segundo tomo foi publicado em 1971, após a morte de Jaime Cortesão.

³⁸ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2009, 2 v. - *Obras Completas de Jaime Cortesão*, v. II, p. 111.

próprios afirmavam, territórios que supunham usurpados pelos espanhóis³⁹.

Seu uso das fontes, especialmente as provenientes da coleção De Angelis, revela uma parcialidade pró-bandeirantes e anti-jesuítas, como veremos. Ao destacar a carta do padre Montoya, Cortesão vale-se de um testemunho jesuítico para sustentar a tese de que as bandeiras de Raposo Tavares não se limitavam à captura de indígenas, mas integravam um projeto mais amplo de reivindicação de territórios em nome da Coroa portuguesa. Esse argumento, ao mesmo tempo que relativiza a violência bandeirante, reconfigura a narrativa sobre a formação das fronteiras, atribuindo aos paulistas um papel ativo na legitimação da expansão portuguesa. Ao jornal *O Estado de São Paulo*, ele afirma:

Desde o princípio sustentamos em nossas lições a tese de que portugueses e luso-brasileiros cedo tiveram a intuição da existência de uma vasta unidade geográfica, econômica e humana, em oposição aos escassos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, intuição essa que procuraram traduzir pelo mito geográfico duma Ilha Brasil, cercado pelas bacias do Prata e do Amazonas. Sobre este fato o estudo da cartografia antiga e da literatura geográfica correspondente não permite dúvidas⁴⁰.

As referências à documentação da coleção De Angelis, como visto, não se restringem à edição dos manuscritos organizada por Jaime Cortesão, mas aparecem também em suas obras sobre Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, evidenciando a centralidade desses documentos em sua produção historiográfica. A organização e publicação dos manuscritos da coleção De Angelis, ao lado de seus estudos sobre Gusmão, conferiram-lhe um lugar de destaque entre os intelectuais envolvidos na construção desse discurso, garantindo-lhe prestígio e legitimidade em instituições responsáveis pela produção do conhecimento histórico oficial, como a BNB e o Palácio do Itamaraty. Essa legitimação lhe franqueou acesso a documentos fundamentais para a diplomacia brasileira, e também possibilitou difundir sua visão historiográfica em espaços variados, na imprensa, em conferências ou iniciativas culturais, como a exposição comemorativa do aniversário de São Paulo⁴¹.

³⁹ Idem, p. 112.

⁴⁰ CORTESÃO, Jaime. *Introdução à história das bandeiras*, Op. Cit. Ver também LEONZO, Nanci. O “mistério” das bandeiras, *Prelo*, Lisboa, n. esp., dezembro 1984, p. 117.

⁴¹ RIBEIRO, David William A. *Cartografia das relações*, Op. Cit., p. 86.

Como exemplo dos documentos utilizados na obra sobre o tratado, está uma disputa entre colonos espanhóis e os índios do Uruguai baseados nas Vacarias do Mar, que envolve também os portugueses no comércio clandestino com base no gado local. Cortesão destaca:

Um das perguntas do questionário indagava: se os espanhóis de Buenos Aires e de Santa Fé nunca tinham entrado a vaquear naquelas vacarias, senão desde há cinco anos atrás, e isto mesmo por condescendência dos índios e do Padre procurador das Missões, o qual, para evitar maiores males, estabelecera um convênio com aqueles moradores que tirassem cada ano apenas uma quantidade certa de vacas. A esta pergunta todas as testemunhas respondem afirmativamente: só há quatro ou cinco anos os espanhóis tinham começado a vaquear naquelas vacarias. Afirmam ainda também em resposta ao questionário que só nos últimos dois ou três anos os moradores de Buenos Aires e de Santa Fé declararam as suas pretensões de usurpar aos índios aquele velho patrimônio. Foi, por consequência, entre os anos de 1717 e 1718, que os espanhóis daquela cidade começaram a entrar em maior número nas Vacarias do Mar e a acreditar no depoimento dos Padres, a destroçá-las, pela forma imoderada com que se entregavam à caçada das vacas e dos touros; e, entre 1719 e 1720, que afirmaram publicamente junto do governador de Buenos Aires a sua vontade de excluírem os índios da partilha das grandes manadas da Vacaria do Mar⁴².

A disputa nas Vacarias do Mar, descrita por Jaime Cortesão a partir dos documentos da coleção De Angelis, insere-se em um cenário mais amplo de fronteiras móveis e dinâmicas moldadas por fatores políticos, econômicos e bélicos das coroas ibéricas. O embate entre colonos espanhóis e os índios missioneiros, associado ao comércio clandestino português na região, não se restringia a uma simples questão de exploração econômica do gado, mas refletia a complexidade das zonas de contato e os mecanismos de negociação e conflito que definiam as fronteiras coloniais. A expansão das atividades pecuárias e os avanços dos espanhóis nas vacarias entre 1717 e 1720 ilustram a fluidez desses espaços, onde alianças e disputas eram constantemente redefinidas pela interação entre colonizadores, populações indígenas e autoridades metropolitanas. No caso hispano-americano, as fronteiras internas estavam associadas a territórios onde grupos nativos mantinham certa autonomia, ora estabelecendo acordos e tratados de convivência, ora sendo alvo de campanhas de pacificação e extermínio. Assim, a documentação analisada por Cortesão evidencia a disputa material pelos recursos das vacarias e a própria dinâmica das fronteiras coloniais, caracterizadas pela intermitência entre diplomacia,

⁴² CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*. Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial/Brasília: FUNAG, 2006, p. 36.

violência e intercâmbio econômico, em um jogo geopolítico marcado pela instabilidade das relações entre Portugal e Espanha⁴³.

Logo, a coleção Pedro de Angelis ao longo do tempo extrapolou os limites físicos de sua organização original – a coleção fora da coleção – tornando-se um repositório documental que subsidiou os trabalhos de Jaime Cortesão e outros intelectuais de sua época. Recepcionada e instrumentalizada em diferentes contextos, essa documentação se integrou a novas interpretações historiográficas, funcionando como um arcabouço de legitimidade para narrativas sobre a formação territorial do Brasil. Cortesão, ao explorar esses documentos, inscreveu-os em um projeto intelectual mais amplo, no qual a história das fronteiras não se limitava a um esforço acadêmico, mas operava como elemento estratégico de reafirmação da soberania nacional. Assim, a coleção, longe de ser um conjunto estático de papéis, tornou-se um organismo vivo, continuamente ressignificado e apropriado segundo os interesses e debates do período.

Dono dos documentos

No livro de Aurélio Porto, os documentos da coleção são manuseados para contar a história do sul do Brasil, em *História das missões orientais do Uruguai*⁴⁴. Ao fazer um mapeamento etnográfico da região, Porto afirma:

Esta divisão etnográfica em províncias raciais distintas, que o autor deste trabalho foi o primeiro a esboçar, para melhor compreensão da etnografia do Rio Grande do Sul, ressalta do copioso material documental, em maior parte inédito, constante de Cartas Anuais dos Jesuítas espanhóis, existentes na Biblioteca Nacional (Coleção de Angelis) e de outros trabalhos citados no texto⁴⁵.

Algo que corrobora os papéis desempenhados pela coleção Pedro de Angelis como repositório fundamental para a historiografia sobre a ocupação e disputa territorial na região platina. A forma como Porto utiliza esses documentos demonstra como a coleção

⁴³ QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: Guaraníes, jesuítas e imperios coloniales*. 1ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009, p. 70.

⁴⁴ Foi um político, poeta, jornalista e historiador brasileiro com destacada atuação na preservação documental e pesquisa histórica. Iniciou sua trajetória literária publicando poesias em *O Atleta*, em Porto Alegre, e colaborou com *A Fronteira* entre 1901 e 1905, já em Quaraí. Servidor público, trabalhou na Secretaria da Fazenda do Estado, no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, no Arquivo Nacional e no Itamaraty, onde foi redator dos *Anais do Itamaraty*. Além disso, exerceu o cargo de intendente de Montenegro e atuou como jornalista em periódicos como *A Federação*, *Diário de Notícias* e *Jornal da Manhã*. Sua obra se destacou pela dedicação à história do Rio Grande do Sul.

⁴⁵ PORTO, Aurélio. *História das missões orientais do Uruguai*. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954, p. 48.

serviu como fonte primária para a reconstituição histórica e etnográfica do sul do Brasil, fornecendo subsídios para compreender as dinâmicas entre indígenas, missionários e colonizadores. A referência às cartas anuais dos jesuítas espanhóis indica, ainda, a centralidade dos relatos missionários na construção de uma memória sobre as Missões Orientais, enfatizando a complexidade das interações culturais e políticas que moldaram o território ao longo dos séculos. Dessa maneira, a instrumentalização da coleção transcende a simples reunião de documentos, tornando-se um meio ativo na formulação de narrativas sobre a formação do espaço meridional brasileiro.

A coleção Pedro de Angelis possui documentos valiosíssimos, entre os quais, papéis que versam sobre as missões da Companhia de Jesus, além de cartas que relatam os embates constantes entre padres, colonos – portugueses e espanhóis – e a própria administração local. No primeiro volume editado por Cortesão, encontra-se uma densa documentação sobre o período em que D. Luís de Céspedes Xéria governou o Paraguai, destacando-se, entre os registros, o sumário do processo que lhe foi movido. A amplitude das acusações sugere que sua administração foi atravessada por tensões locais, mas também envolvia uma complexa rede de interesses transimperiais. Entre as denúncias formuladas, destacam-se sua entrada pelo porto proibido de São Paulo, sua proximidade com os portugueses, o favorecimento explícito à família de sua esposa e o envolvimento no contrabando de mercadorias e indígenas. A acusação de que Xéria permitira a circulação de uma bandeira portuguesa em Assunção, sem que fosse imediatamente rechaçada, evidencia o nível de suspeição a que estava sujeito, visto que a própria presença lusitana na região representava uma ameaça à ordem colonial espanhola⁴⁶. A partir dessas alegações, delineia-se um cenário de crescente tensão geopolítica, no qual a permeabilidade das fronteiras e a convivência de autoridades coloniais com práticas comerciais ilícitas colocavam em xeque os esforços metropolitanos de contenção e fiscalização do território.

A trajetória de Xéria, desde sua nomeação em Madri em 1625 até sua chegada no Paraguai, foi marcada por constantes deslocamentos e pela necessidade de firmar alianças estratégicas. Ao aportar no Rio de Janeiro, foi calorosamente recebido por Martim e Salvador de Sá, figuras proeminentes da administração e da economia colonial lusitana. A hospitalidade, no entanto, estava longe de ser um gesto desinteressado. A sugestão de

⁴⁶ CORTESÃO, Jaime (org.). *Coleção De Angelis: jesuítas e bandeirantes no Guairá*, Op. Cit., p. 480.

que se casasse com Vitória de Sá, prima de Salvador Correa de Sá e Benevides, revela uma clara intenção de incorporá-lo às dinâmicas familiares e comerciais que estruturavam o tráfico de indígenas e o abastecimento das lavouras açucareiras no Rio de Janeiro. O matrimônio consolidou sua inserção nessa rede e, ao assumir a governadoria paraguaia, Xéria passou a ser visto pelos espanhóis como agente favorável aos portugueses⁴⁷. A acusação de que facilitava a saída de indígenas para os engenhos da família Sá e que não impediu a movimentação de bandeiras paulistas contra as missões jesuíticas reforça essa percepção. O episódio ilustra a fluidez das fronteiras coloniais, onde os laços familiares e os interesses econômicos se sobrepujam às diretrizes das metrópoles, permitindo que territórios sob domínio espanhol fossem, na prática, acessados, explorados e reconfigurados por agentes lusitanos. Assim, a documentação da coleção Pedro de Angelis preserva um momento emblemático dessa geografia colonial em que as fronteiras eram antes um espaço de interação e transação do que uma linha rígida de separação entre os impérios ibéricos. Abaixo, uma parte do sumário das acusações feitas:

- 1) O governador entrou pelo pôrto vedado de S. Paulo; 2) Trouxe consigo quando entrou por êsse pôrto muita gente contra o que ordenam as ordens reais; 3) Casou no Brasil com uma portugûesa e por esta causa favorece quanto pode os portugûeses. Os moradores do Paraguai, para dar prazer ao governador, numas festas que lhe fizeram davam vivas aos portugûeses; o governador falava em portugûês; 4) Deu officios eminentes a portugûeses, assim como encomendas que tirou aos filhos dos conquistadores e povoadores, contra o que mandam as cédulas reais; 5) Enviou por duas vêzes por aquêlê caminho vedado mensageiros ao Brasil e índios para o seu engenho, o que é proibido; e por aquêlê mesmo caminho mandou trazer sua mulher; 6) Esta senhora, D. Vitória de Sá, filha de Salvador Corrêa de Sá, entrou pelo dito caminho trazendo grande número de portugûeses e outra gente, com dois padres e um clérigo, contra expressa proibição real; 7) Com ela entraram mercadorias e negros que se venderam no Paraguai; 8) Na ocasião dessa entrada, os portugûeses trouxeram uma bandeira de quadra com as armas de Portugal que arvoraram no pôrto de Assunção, e. pôsto que o governador quando saiu a receber sua mulher trazia o guião real, não abateram a dita bandeira, o que pelo governador foi consentido; 9) Desde que se abriu aquêlê caminho entram e saem por ali quantos querem sem estorvo e alguns passam a Buenos Aires e ao Peru; 10) Ainda que o governador tenha aberto causa e seqüestrado os bens a dois homens que antes dêle entraram por aquêlê caminho, nada fêz aos que entraram com êle e com sua mulher ou depois; 11) Pelo pôrto de Buenos Aires despachou o dito governador com alguns parentes de sua mulher, que tinham vindo por S. Paulo, cêrca de 500 marcos de prata; 12) Despachou

⁴⁷ BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 97.

igualmente, pelo mesmo pôrto e com as mesmas pessoas, muitos índios para as suas fazendas; 13) Estando o governador em S. Paulo, começou a sair uma bandeira, o que o governador não estorvou, ainda que publicamente se dissesse que vinha às reduções dos jesuítas; mas como os capitães eram parentes de sua mulher, o consentiu⁴⁸.

Após o colapso das reduções no Guairá, os jesuítas dispersaram em movimento que os levou a fundar novos núcleos missionários no território do Baixo Mato Grosso, região que passou a ser conhecida como Província do Itatim. Esses estabelecimentos se concentravam ao redor de Vila Rica do Espírito Santo, um núcleo de ocupação localizado entre o rio Iguaçu e Assunção. A presença missionária, contudo, não esteve isenta de ameaças, pois as incursões bandeirantes, em especial as que partiram de São Paulo, atingiram a região de maneira intermitente. Esses ataques mostram a presença de expedições pioneiras, como a de Antônio Castanho da Silva em 1622, e destaca o incremento das investidas no início da década de 1630, com ataques a aldeamentos indígenas. Contudo, a ofensiva de maior impacto ocorreu em 1648, sob o comando de Antônio Raposo Tavares, cuja bandeira, dividida em dois destacamentos, invadiu a redução de Mboymboy. Com um contingente de 200 brancos e mamelucos, além de mil indígenas aliados, a incursão foi oficialmente justificada como uma busca por minas nos sertões, evidenciando como a expansão territorial luso-brasileira frequentemente se apoiava em justificativas de exploração mineral para encobrir ações de apresamento de indígenas e destruição de missões⁴⁹.

O segundo volume sobre a coleção inicia-se com Jaime Cortesão traçando um percurso que conecta a geografia do Itatim à presença portuguesa na região, tecendo uma narrativa que posiciona os lusitanos como pioneiros na exploração e ocupação desse espaço. Cortesão inicia sua abordagem ancorando-se na descrição do padre Diogo Ferrer, que, em 1633, delimitava os contornos dessa área, estabelecendo uma referência territorial que, ao longo dos séculos, se expandiria e se ressignificaria nas dinâmicas da colonização. Esse enquadramento geográfico serve como base para se construir um enredo historiográfico que atribui aos portugueses a primazia do contato europeu com a região. Para tanto, Cortesão recorre a fontes de diferentes origens e períodos, combinando relatos missionários, documentos administrativos e estudos modernos para consolidar sua

⁴⁸ CORTESÃO, Jaime (org.). *Coleção De Angelis: jesuítas e bandeirantes no Guairá*, Op. Cit., p. 482-482.

⁴⁹ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 73-74.

argumentação. Um dos pilares dessa construção é a figura de Aleixo Garcia, navegador português que, segundo diversas fontes, teria sido o primeiro europeu a atravessar o Chaco e alcançar o império inca, estabelecendo uma ligação direta entre o litoral atlântico e os Andes. Ao inserir essa narrativa na abertura do volume, Cortesão elabora uma linha de continuidade histórica que reforça a presença lusitana na formação da territorialidade regional, e também estrutura um discurso que naturaliza essa presença, projetando-a como elemento constitutivo e ininterrupto da expansão portuguesa. Dessa forma, a história do Itatim, conforme apresentada por Cortesão, não se resume a um relato sobre ocupação e disputa territorial, mas se organiza como eixo discursivo que confere coerência e legitimidade à incorporação desses espaços na lógica expansionista da monarquia portuguesa e, por extensão, na construção do Brasil.

Ainda na introdução do primeiro volume, Cortesão entendeu que ante a responsabilidade de organizar e publicar os documentos da coleção, tornou-se necessário adotar um critério seletivo e agrupamento distinto daquele empregado pelo colecionador original. Optou, assim, por uma ordem baseada na cronologia dos eventos narrados, mais que nas datas específicas dos registros. Na primeira seção foram reunidos documentos que, embora separados temporalmente entre 1594 e 1636, mantêm entre si um vínculo fundamental: eles oferecem um panorama das circunstâncias que moldaram os acontecimentos centrais da época, além de delinear os perfis e dinâmicas entre os principais agentes históricos envolvidos – jesuítas, indígenas, colonos espanhóis e bandeirantes paulistas. Considerando que os volumes foram preparados majoritariamente para leitores de língua portuguesa, adaptações e traduções foram feitas na transcrição dos textos, escritos originalmente em castelhano. Buscou-se preservar a fidelidade ao conteúdo sem comprometer a fluidez da leitura, evitando, por exemplo, a manutenção da escrita aglutinada característica da caligrafia encadeada do século XVII. Do mesmo modo, foram feitos ajustes pontuais na pontuação e no desdobramento de certos sinais taquigráficos, sempre de maneira criteriosa, sem comprometer a integridade documental. Assim era advogado por Cortesão, mas o empenho de tradução, transcrição e mudanças de pontuação certamente alterou vários significados dos manuscritos originais, ainda por serem esclarecidos. Já as abreviaturas foram mantidas no corpo dos textos, com sua

correspondente explicitação em uma lista específica no início do volume, assegurando ao leitor a acessibilidade e algum rigor filológico⁵⁰.

No segundo volume, Cortesão encerra a introdução ressaltando que o índice analítico visa nos documentos, sobretudo, o que mais interessa à história do Brasil; enquanto os índices onomástico e geográfico completam as referências indispensáveis⁵¹, algo que reafirma o manuseio dos documentos direcionando-os para uma narrativa historiográfica orientada pelos interesses de uma visão da história brasileira. Esse direcionamento reflete a forma como Cortesão concebe a organização documental como instrumento de análise e interpretação do passado. Ao estruturar os índices analítico, onomástico e geográfico, ele facilita o acesso às informações e delimita questões que considera centrais na “leitura” da coleção. Dessa maneira, os documentos, originalmente dispersos e pertencentes a diferentes contextos, passam a ser inseridos em um enredo coerente que privilegia a expansão portuguesa, a ocupação do interior e os embates com os espanhóis e populações indígenas. A própria metodologia de Cortesão evidencia um esforço interpretativo que reforça uma visão específica sobre a territorialidade brasileira e a consolidação de suas fronteiras.

Esse volume da coleção tem início com documentos que, conforme Cortesão, revelam a tentativa do governador do Paraguai, Juan Ramirez de Velasco, no final do século XVI, de estabelecer *encomiendas* de indígenas na região de Xerez e em áreas adjacentes do Itatim. No entanto, a ausência de registros posteriores sobre a continuidade dessas concessões sugere que tais iniciativas pouco avançaram além de intenções administrativas. A dificuldade de comunicação entre Assunção e o Itatim, agravada pela presença hostil dos Paiaguá e Guaicuru, parece ter sido um fator determinante para essas concessões não se materializarem. O próprio modelo das *encomiendas*, que no Guairá já se mostrava instável e de curta duração, demonstrou-se mais frágil nessa região, onde a posse do território pelos espanhóis era altamente precária. Dessa forma, as concessões documentadas refletem mais um desejo dos colonos em expandir sua influência que uma ocupação efetiva, indicando a fragilidade das tentativas de controle espanhol sobre vastas

⁵⁰ CORTESÃO, Jaime (org.). *Coleção De Angelis: jesuítas e bandeirantes no Guairá*, Op. Cit., p. 87-90.

⁵¹ CORTESÃO, Jaime (org.). *Coleção De Angelis. Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952, p. 8.

áreas ainda dominadas por populações indígenas hostis⁵². Abaixo, eis um dos documentos transcritos e destacados por Cortesão, assinado por Sevastian de Cordova:

II — ENCOMENDA DE ÍNDIOS NO ITATIM E SÔBRE A ESTRADA QUE AÍ LEVA. ASSUNÇÃO 12-II-1 597 (')

(Doc. n.º 139)

En la assunçion en este dho día mes y año dhos el dho s.r gover. hizo md. y encomyenda a Ju. de rrozaz hijodalgo v.ü desta ciudad de los yndios caciques y principales que le fueron depositados por el gr. felipe de caceres a her. de castañeda que son ochenta, los quarenta en el partido del thepotiy en la cassa de br., e napirigua y en otra cassilla de p.º miri yndios principales em el partido que enpadrono diego de olavavieto que fueron primero encomendados a xpoval lopez y los quarenta restantes son en la provyncia en la provyncia (sic) de taramta, que es en la estrada del ytatin, cuyos principales se llaman tayuru, ytapitigua el tubichano y assy mismo el cacique guaya comytan yararayu, principales que están en el ytati la q.; dha md. le hizo y se le dio çedula de encomy. a en forma sin perjuyzio de tr.º y con que a de dar um yndio cassado para el serv.º de un convento o obra pia que su s.a señalar⁵³.

Ao estruturar o segundo volume sobre a coleção, Cortesão seleciona documentos que evidenciam as dificuldades da ocupação espanhola no Itatim e imprime uma lógica narrativa que confere coesão e significado aos eventos fragmentados do passado. O historiador não opera como mero organizador de fontes, mas como agente que confere importância a determinados acontecimentos em detrimento de outros, estabelecendo continuidades e relações que transformam registros dispersos em um relato estruturado. O juízo historiográfico de Cortesão, ao destacar a precariedade das *encomiendas* espanholas e as dificuldades enfrentadas na região, reforça a fragilidade da presença hispânica e projeta uma racionalidade histórica específica, na qual a narrativa territorial organiza-se em torno da resistência indígena e da instabilidade do domínio colonial. Nesse sentido, sua seleção documental se orienta por um olhar que constrói a coerência interna da história a partir de escolhas interpretativas que conferem peso e significado aos documentos analisados, configurando um julgamento de importância ao evidenciar eventos e fatores⁵⁴.

⁵² Idem, p. 5.

⁵³ Idem, p. 10.

⁵⁴ RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Tradução de F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1968, p. 28-29.

Esse esforço de organização documental insere-se em um contexto mais amplo de formulação de identidade nacional, que vem a reboque especialmente do período Vargas, quando o Estado investia na construção de um discurso histórico que fortalecesse os alicerces da soberania brasileira. Assim como a educação foi utilizada como mecanismo de conformação de mentalidades e do sentimento de brasilidade, a historiografia territorial também tornou-se instrumento de valorização da presença portuguesa e da continuidade entre o passado colonial e o Brasil moderno. A edição e publicações sobre a coleção Pedro de Angelis sob a égide de Cortesão dialogam diretamente com esse movimento, pois essa ordem reforça a fragilidade da ocupação hispânica e reafirma a centralidade da ação luso-brasileira na definição das fronteiras do país⁵⁵.

No terceiro volume sobre a coleção De Angelis, Jaime Cortesão tece uma narrativa em que a trajetória dos bandeirantes emerge com vigor épico, contrastando com a atuação dos jesuítas nas reduções. O conflito entre ambos não é apresentado apenas como um embate de forças, mas como um choque de projetos de ocupação distintos: de um lado, a missão evangelizadora e o ideal teocrático da Companhia de Jesus; de outro, a expansão territorial impulsionada pela exploração comercial e a mobilidade bandeirante. Há no discurso de Cortesão uma sugestão velada de que os jesuítas, ao estruturarem suas missões em posições estratégicas e ao militarizarem os indígenas, teriam afrontado os interesses dos paulistas e comprometido uma suposta ordem natural da ocupação portuguesa. Essa perspectiva coloca os bandeirantes menos como agressores e mais como defensores de um direito preexistente de exploração e soberania, justificando, assim, suas incursões contra as reduções. A lógica narrativa de Cortesão constrói uma coerência histórica na qual as ações bandeirantes são interpretadas como respostas legítimas a uma provocação prévia, e não como invasões arbitrárias. O relato das violentas investidas contra as reduções, embora considerando os excessos cometidos, enfatiza a resistência dos padres e dos índios armados, reforçando a tese de que os ataques bandeirantes surgiram em um contexto de revide e necessidade de preservação da presença portuguesa na região. Dessa forma, ao estruturar o volume Cortesão seleciona e ordena os documentos, e sobretudo molda uma narrativa na qual a construção territorial do Brasil aparece como processo inevitável, com os bandeirantes desempenhando um papel ativo

⁵⁵ BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo, in PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 139.

e necessário face a um modelo missionário que, ao desafiar os interesses lusitanos, teria colocado em risco a própria expansão portuguesa no sul do continente⁵⁶.

Não por acaso, Cortesão organizava sua análise da coleção *De Angelis* em um momento em que a historiografia tradicional radicada em São Paulo enaltecia a ação bandeirante, por vezes em contraposição aos jesuítas, com o historiador Affonso Taunay à frente. Por sua vez os jesuítas tendiam a ser vilanizados em períodos de Estados mais fortes, em Portugal ou no Brasil, sendo opostos ao elogio das ações pretéritas do marquês de Pombal. A imagem de São Paulo como vila isolada e alheia aos fluxos coloniais mais amplos foi, durante muito tempo, uma construção narrativa que buscava reforçar a singularidade de sua trajetória no espaço colonial português. A noção de um isolamento quase mítico, justificado por sua geografia acidentada e seu distanciamento do comércio atlântico, reforçou a ideia de uma sociedade que teria prosperado de maneira autônoma e independente, como a Rochela do Brasil⁵⁷.

No entanto, leituras mais recentes como as de José Carlos Vilaradaga problematizaram a perspectiva tradicional, evidenciando a posição estratégica da vila no interior da América portuguesa, como um ponto de confluência entre redes indígenas e coloniais, sendo um entroncamento de caminhos que conectavam as duas margens do império ibérico durante a união das coroas. Esse reconhecimento desloca São Paulo de uma condição periférica para um papel ativo na estruturação das fronteiras e na ampliação territorial, onde a ação dos bandeirantes não se deu no vazio, mas em uma complexa rede de interações. O conhecimento dos sertões, acumulado pelos habitantes da vila e constantemente atualizado por suas expedições, era um elemento fundamental para sua presença nos espaços contestados. Ao invés de um isolamento estéril, percebe-se um dinamismo de fronteira, no qual a vila projetava sua influência para além dos limites administrativos estabelecidos, absorvia e ressignificava práticas, alianças e dinâmicas sociais, que garantiam sua relevância nos processos de expansão territorial. Essa perspectiva permite compreender a própria formação da territorialidade colonial como um fenômeno em permanente construção. Os agentes locais, longe de estarem desconectados dos grandes

⁵⁶ CORTESÃO, Jaime (org.). *Coleção De Angelis: jesuítas e bandeirantes no Itatim*, Op. Cit., p. 3-7.

⁵⁷ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 33-72.

projetos imperiais, operavam em uma lógica de integração e disputa, muitas vezes em tensão com as diretrizes metropolitanas⁵⁸. Acrescenta Vilardaga:

Em síntese, para o que nos importa neste momento, o retrato de São Paulo que se revelou a partir dessas análises foi o de uma vila de fronteira, situada entre o mundo cristão-português e o mundo “selvagem-americano”, desenvolvendo-se no hibridismo cultural e formando o louvado, ou detratado, mameluco, a depender da perspectiva. Neste espaço construído, ergueu-se uma vila que, apesar de tudo, teria sobrevivido economicamente através de uma inserção periférica, porém de alguma relevância, nos mercados coloniais. Ou seja, situada nas margens da colonização portuguesa, mas fazendo perfeitamente parte dela. Todas estas imagens ajudaram sobremaneira a destruir a noção de uma vila simplesmente voluntariosa, inexpugnável e isolada, com uma história absolutamente excepcional em relação às outras áreas da colônia ou mesmo do império colonial. A ideia de uma São Paulo na contramão parece, portanto, cada vez mais distante⁵⁹.

Portanto, a dinâmica da ocupação castelhana no Guairá associa-se a disputas mais amplas que marcaram a configuração territorial da América ibérica. As vilas fundadas pelos espanhóis operavam como instrumentos de avanço fronteiriço, regulando as tensões coloniais e permitindo uma reorganização dos conquistadores em uma lógica expansionista que visava consolidar rotas de circulação e controle sobre populações indígenas. O Guairá, com sua densa concentração de karios, tornou-se um ponto de interesse fundamental para Assunção, pois permitia prolongar alianças estabelecidas e criar novas bases de exploração. No entanto, a ocupação desse território não era apenas uma questão interna do mundo castelhano. Como destacou Jaime Cortesão, segundo Vilardaga, a região estava no centro de um embate geopolítico maior, no qual as fronteiras entre os domínios portugueses e espanhóis eram constantemente testadas, redefinidas e contestadas. O avanço castelhano para leste e a resistência lusitana para oeste configuravam um cenário de fricção permanente, no qual o Guairá assumia um papel estratégico tanto como via de acesso ao litoral quanto como espaço de projeção política no Prata. O historiador português destaca que as movimentações de Domingos de Irala e de Tomé de Souza no século XVI revelam a existência de um projeto imperial subjacente,

⁵⁸ VILARDAGA, José Carlos, *São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*, Universidade de São Paulo, tese de doutorado em História Social, São Paulo, 2010, p. 190-192. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06092012-171107/pt-br.php> Acesso em: 05/02/2025.

⁵⁹ Idem, p. 192-193.

no qual a ocupação e o povoamento não eram atos isolados, mas parte de uma visão mais ampla sobre a importância dos territórios coloniais. Sob essa ótica, os deslocamentos, fundações e tentativas de controle do Guairá e suas adjacências eram ações inseridas em um tabuleiro geopolítico de grandes proporções, onde a política colonial articulava-se aos interesses estratégicos das monarquias ibéricas⁶⁰.

A disputa pelo acesso à mão de obra indígena nas terras fronteiriças entre São Paulo e o Paraguai revela um cenário mais complexo que um simples embate entre portugueses e espanhóis. Como aponta John Manuel Monteiro, longe de um antagonismo binário entre as duas coroas ibéricas, paulistas e paraguaios compartilhavam interesses comuns, especialmente no comércio de cativos guarani. Essa relação, cimentada pela troca de mercadorias europeias e até mesmo escravos africanos por indígenas e prata, indica uma dinâmica de articulação e conveniência que, durante a União Ibérica, encontrou respaldo na própria administração colonial, ainda que oficialmente o comércio entre as possessões ibéricas fosse proibido. A abertura de caminhos e a manutenção desse fluxo de trocas demonstram que a lógica da fronteira não era regida apenas por diretivas metropolitanas, mas por redes locais de poder e interesses econômicos. No entanto, Monteiro destaca que esse equilíbrio foi profundamente alterado pela chegada dos jesuítas em 1609, cujas missões passaram a disputar a mesma mão de obra guarani, despertando forte oposição tanto entre os colonos espanhóis quanto entre os paulistas. Diferente de Vilardaga, que depois enfatizaria a importância estratégica do Paraguai e do Guairá como espaços de disputa territorial entre os impérios ibéricos, Monteiro reforça a fluidez desses contatos, sublinhando que a construção da fronteira se deu pelo embate entre portugueses e espanhóis e também pelas resistências e reconfigurações derivadas da presença missionária. A perspectiva de Monteiro sugere que os próprios agentes coloniais, mais que as diretrizes das coroas ibéricas, foram os verdadeiros protagonistas na definição das dinâmicas que marcaram essa região, atuando de forma pragmática para garantir seus interesses econômicos e sociais⁶¹.

⁶⁰ Idem, p. 205.

⁶¹ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 68-69.

O terceiro volume, publicado postumamente, é assim organizado por Cortesão. Fiel a sua abordagem meticulosa, ele estrutura a obra de forma a oferecer um encadeamento lógico e interpretativo dos eventos:

- I — Referências gerais;
- II — Fatores geo-econômicos das bandeiras ao Tape;
- III — As bandeiras de Antônio Raposo Tavares e André Fernandes;
- IV — Os jesuítas e a resistência passiva dos moradores de Assunção e Buenos Aires;
- V — Reação dos jesuítas a missão do padre Montoia em Espanha;
- VI — Desenlace⁶².

A divisão em seis partes reflete a intenção de se construir uma narrativa que apresente os documentos e também os insira em um esquema analítico que dá sentido ao conflito entre bandeirantes, jesuítas e colonos espanhóis. Inicialmente, Cortesão estabelece um panorama amplo com as referências gerais, contextualizando os eventos a serem desdobrados ao longo da obra. Em seguida, destaca os fatores geo-econômicos das bandeiras ao Tape, apontando os elementos estruturais que motivaram a incursão dos bandeirantes na região. As bandeiras de Antônio Raposo Tavares e André Fernandes são tratadas em detalhe, evidenciando suas ações e impactos na disputa territorial. No quarto segmento, sobre os jesuítas e a resistência dos moradores de Assunção e Buenos Aires, Cortesão analisa as reações dos diferentes agentes envolvidos no embate, para então, no quinto momento, abordar a reação dos jesuítas e a missão do padre Montoia na Espanha, demonstrando os esforços da Companhia de Jesus em buscar apoio na metrópole. Por fim, Cortesão conduz o leitor ao desfecho desse longo processo de disputas e rearranjos de forças, reafirmando a importância desse período na consolidação territorial do Brasil.

O polígrafo português também reserva uma parte da introdução para tratar da obra de Aurélio Porto, tecendo críticas que, embora reconheçam sua contribuição para a historiografia, apontam limitações metodológicas e lacunas interpretativas. Conforme

⁶² CORTESÃO, Jaime (org.). *Coleção De Angelis: jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969, p. 3.

Cortesão, Porto utilizou diversos documentos da coleção De Angelis para elaborar sua *História das missões orientais do Uruguai*, mas sem realizar uma transcrição integral e sistemática das fontes, recorrendo apenas a citações e excertos selecionados. Além disso, critica suas insuficiências paleográficas, exemplificadas por uma leitura equivocada da palavra *mus*, compreendida como *mas* – o que, segundo Cortesão, comprometeu a interpretação daquele sobre as razões centrais das incursões bandeirantes contra as reduções do Tape. Essa observação revela a importância atribuída por Cortesão à filologia e à precisão na leitura documental, elementos que considera fundamentais para a correta compreensão dos fatos históricos. Ainda que reconheça o mérito do trabalho de Porto, o historiador português enfatiza que apenas com o conjunto completo e devidamente editado dos documentos seria possível reavaliar, sob novo prisma, as motivações e desdobramentos da presença bandeirante no sul do continente. Dessa forma, sua crítica não se limita a uma questão técnica, mas aponta para um esforço mais amplo de reconstrução historiográfica, reafirmando a necessidade de rigor na análise das fontes⁶³.

A crítica revela um embate metodológico sobre a precisão paleográfica e o manuseio das fontes manuscritas, mas também um posicionamento mais amplo acerca da construção historiográfica e da interpretação documental. Ao apontar a leitura equivocada de um termo que comprometeu a análise de Porto sobre as incursões bandeirantes, Cortesão enfatiza a importância do rigor filológico como ferramenta fundamental para se reconstituir o passado. Esse debate ecoa uma tradição mais antiga, em que juristas, antiquários e filólogos se dedicavam à decifração de textos fragmentários em atenção a seus contextos originais para evitar anacronismos interpretativos. Mas, assim como Lorenzo Valla no século XV identificou no manuscrito conhecido como *Doação de Constantino* o deslocamento semântico e o anacronismo de termos que denunciavam a falsidade do documento, dispondo seu talento a serviço de uma relação de forças maior entre o rei de Aragão e o papa, Cortesão também busca na precisão linguística um meio de corrigir equívocos e estabelecer leituras mais acuradas das fontes, fazendo essa competência confluir em prol das novas circunstâncias geopolíticas da Guerra Fria, conforme os serviços que desempenhava na BNB e no Palácio do Itamaraty. Portanto, sua preocupação não reside apenas na autenticidade textual, mas na maneira como as palavras e documentos tornam-se elementos de um discurso historiográfico mais amplo,

⁶³ Idem, p. 4-5.

no qual a filologia não é um fim em si mesma, mas um instrumento para se formular uma narrativa coerente e fundamentada acerca do processo de ocupação territorial no sul da América, conforme os interesses vigentes. Considerado deste modo, seu trabalho estava longe de ser isento e neutro, a serviço de uma perspectiva no fundo nacionalista e de progresso⁶⁴.

A organização e a publicação dos documentos da coleção Pedro de Angelis foram, desde o início, uma tarefa monumental empreendida por Jaime Cortesão que, com apoio da BNB, preparou e praticamente editou quatro volumes ao longo da década de 1950. Entretanto, seu retorno a Portugal em 1957 e seu falecimento em 1960 interromperam o projeto antes que ele pudesse concluir a edição do quarto volume. A responsabilidade pela finalização desse trabalho recaiu sobre sua colaboradora de longa data, Olimiê de Lourdes Machado, que deixou o material preparado, embora sem a versão definitiva que Cortesão planejava. Somente em 1969 a BNB retomou esse projeto editorial, confiando ao historiador Hélio Vianna a tarefa de preparar o quarto volume para a imprensa.

Originalmente, Cortesão planejou intitular esse volume como *Jesuítas e bandeirantes no Tape*, dando continuidade ao terceiro tomo da série. No entanto, Hélio Vianna optou por uma modificação, alterando o título para *Jesuítas e bandeirantes no Uruguai*, justificando que a documentação ali contida não se restringia apenas ao Tape, mas abrangia também outras áreas que, na época colonial, estavam inseridas no espaço missioneiro delimitado pelos jesuítas espanhóis. A escolha do termo "Uruguai" não se referia ao atual país homônimo, mas a regiões próximas ao curso médio do rio Uruguai que, no período abordado, foram palco de disputa entre bandeirantes paulistas e missões jesuíticas espanholas.

Seguindo a estrutura estabelecida por Cortesão nos três volumes anteriores, Vianna organizou a documentação em sete partes, respeitando os temas predominantes nos registros manuscritos. Os documentos abordam desde a fundação das reduções indígenas até aspectos específicos como a legislação sobre os indígenas, a introdução do gado nas missões e a presença do ouro na economia missioneira. O volume apresenta um total de 79 documentos, cobrindo um período de quase um século e meio, entre 1611 e 1758,

⁶⁴ GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das letras, 2002, p. 64-79.

reforçando a relevância da documentação reunida por Pedro de Angelis para se compreenderem complexas dinâmicas territoriais, econômicas e políticas da região platina. Com essa publicação, Vianna garantiu a continuidade do projeto editorial e prestou uma homenagem póstuma a Cortesão, cuja dedicação ao projeto teria marcado de forma indelével a historiografia brasileira e luso-americana⁶⁵. Assim dividiu-se esse volume:

I — Fundações de reduções indígenas (1623/1699), 11 documentos, numerados de I a XI. II — Notícias das reduções (1627/1758), 27 documentos, numerados de XII a XXXVIII, inclusive três não datados. III — Invasões dos "portuguêses de São Paulo" (1636/ 1706), 14 documentos, numerados de XXXIX a LII, inclusive três não datados. IV — Armamento dos indígenas para sua defesa (1644/ 1676), 12 documentos, numerados de LIII a LXIV, inclusive dois não datados. V — Legislação sobre os indígenas (1611/1652), 10 documentos, numerados de LXV a LXXIV, inclusive quatro não datados. VI — O gado nas reduções (1698/1716), 3 documentos, numerados de LXXV a LXXVII. VII — O ouro nas reduções (1649/1663), 2 documentos, numerados LXXVIII e LXXIX⁶⁶.

Jaime Cortesão pensou os quatro primeiros volumes da coleção balizando-os entre os jesuítas, os bandeirantes e suas dinâmicas na região sul americana. Entretanto, em outro volume ele muda o seu recorte e passa a manusear a organização dos documentos para o Tratado de Madri e seus antecedentes, que parecem estar inseridos em um contexto maior relacionado aos estudos deste autor sobre Alexandre de Gusmão.

O quinto volume sobre a coleção De Angelis dedica-se à análise da Colônia do Sacramento, ponto nevrálgico nas disputas luso-espanholas pelo domínio do espaço platino. Mais que um simples enclave português em território contestado, Sacramento se revela, na análise de Cortesão, um elemento central para compreender a expansão do Brasil além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, bem como as dinâmicas políticas e sociais que moldaram o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Longe de ser um episódio isolado, a história de Colônia adquire um peso estratégico no argumento

⁶⁵ VIANNA, Hélio (org.). *Coleção De Angelis: jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970, p. 3-5.

⁶⁶ Idem, p. 4.

do historiador português, pois se insere num contexto maior de formação territorial, consolidando um modelo social e econômico que unia portugueses, espanhóis e indígenas em um tecido complexo de relações. A pecuária e o contrabando, elementos estruturais dessa região, são apresentados como vetores fundamentais da ocupação e transformação do espaço, delineando não apenas os contornos do território, mas também os traços culturais e identitários dos povos que nele se estabeleceram. Ao apontar Colônia do Sacramento como um dos preços pagos pelo Brasil extra-tordesilhano, Cortesão enfatiza sua função de pivô de equilíbrio político na partilha do Prata, sugerindo que sua história conturbada é, mais que um fragmento do passado, um elo essencial para se compreender a configuração geopolítica da América do Sul⁶⁷. Abaixo, eis a forma como Cortesão organiza esse quinto volume:

I — Fundação e primeira tomada pelos espanhóis da Colônia do Sacramento;

II— Do Tratado Provisional à 2.^a tomada da Colônia;

III— A reocupação portuguesa e as vacarias do Mar;

IV — Conflitos entre os povos do Uruguai e os lusos e espanhóis;

V — Antecedentes próximas do Tratado de Madri.

Cortesão aprofunda sua análise sobre os embates que marcaram a ocupação do estuário platino, evidenciando como as alianças entre portugueses e grupos indígenas tornaram-se um instrumento estratégico na disputa contra os jesuítas. Para além da simples resistência à ocupação lusa, os missionários aparecem aqui como arquitetos de uma oposição sistemática, funcionando como “nervo” da hostilidade contra a presença portuguesa. Esse embate, contudo, não se limitava a um conflito entre colonizadores e evangelizadores, mas envolvia uma rede mais ampla de interesses, na qual os indígenas não eram apenas vítimas ou aliados passivos, mas agentes fundamentais na articulação das dinâmicas regionais. A presença de espanhóis foragidos entre os indígenas antes mesmo da segunda tomada da Colônia do Sacramento em 1705 reforça a complexidade desse cenário, sugerindo que a resistência à presença portuguesa não partia exclusivamente dos missionários, mas também de setores dissidentes da própria sociedade colonial hispânica. Esse intrincado jogo de alianças e disputas foi determinante para a formação de uma

⁶⁷ CORTESÃO, Jaime (org.). *Coleção De Angelis: Tratado de Madri: antecedentes, Colônia do Sacramento (1669-1749)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, p. 5.

identidade regional que se consolidaria na figura do gaúcho e na economia pecuária das Vacarias do Mar, elementos que Cortesão aponta como alicerces da cultura do Rio Grande do Sul e do Uruguai. Além disso, o volume traz documentos que iluminam as tensões entre os indígenas das reduções e os líderes jesuítas, especialmente no que tange à questão da tributação dos Guarani. A severidade das descrições feitas pelos próprios missionários sobre seus catecúmenos é um dado revelador, pois sugere o desgaste das relações entre padres e indígenas e lança dúvidas sobre a real capacidade dos Guarani de sustentar, de maneira autônoma, a feroz resistência desses à execução do Tratado de Madri. O interrogatório conduzido pelo padre Jaime de Aguilar, com destaque para a resposta do superior das missões, Bernardo Nusdorffer, revela um retrato contraditório dos indígenas das reduções: ora ingovernáveis, ora sendo peças centrais em um conflito de grandes proporções⁶⁸.

Se a presença dos missionários jesuítas já se mostrava um elemento central na disputa pela ocupação das regiões do Prata e do Uruguai, a chegada do padre comissário Lopes Luis Altamirano em Buenos Aires, em 1752, acentuou ainda mais as tensões em torno da execução do Tratado de Madri. Investido de autoridade régia, Altamirano procurou garantir a aplicação do tratado, e assumiu um papel de mediador implacável entre as autoridades coloniais e as reduções guaranis, adotando uma postura inflexível ante qualquer sinal de resistência. Seu primeiro ato foi a retirada dos fundos reais destinados a compensar os Sete Povos pelas perdas territoriais, utilizando esse dinheiro para prover os indígenas com utensílios e bens de subsistência. No entanto, ao longo de suas negociações, Altamirano revelou desconfiança em relação aos nativos e também de seus próprios pares, os padres missionários. Sua chegada às missões, estabelecendo-se no povoado de Santo Tomé, marcou o início de um processo de coerção sistemática: sob ameaças e intimidações, exigiu dos *curas* a submissão total às ordens régias, chegando a impor prazos rígidos para se desocuparem os territórios e advertindo que qualquer resistência seria tratada como pecado capital. A atuação de Altamirano evidencia um ponto crucial das tensões entre a monarquia e a Companhia de Jesus no período: por um lado, os jesuítas representavam uma força evangelizadora consolidada na região, mas por outro sua autonomia e influência sobre os indígenas suscitavam suspeitas entre as autoridades coloniais, que viam na resistência guarani um possível reflexo da atuação

⁶⁸ Idem, p. 8-10.

missionária⁶⁹. Essa relação ambígua entre o poder régio e o eclesiástico ressoa nos documentos analisados por Cortesão, nos quais os conflitos entre portugueses, espanhóis e missionários se entrelaçam a uma complexa rede de disputas territoriais e econômicas, pois a questão da ocupação platina ultrapassava meras delimitações geográficas, sendo atravessada por estratégias políticas, alianças instáveis e desconfianças mútuas.

A última parte do volume, dedicada aos antecedentes próximos do Tratado de Madri, mostra um panorama de tensão e disputa crescente entre os impérios ibéricos, com os missionários jesuítas assumindo, mais uma vez, o papel de sentinelas da soberania espanhola no Prata. A inquietação dos religiosos ante o avanço luso-brasileiro não era um temor abstrato, mas uma percepção concreta de que os núcleos portugueses no Rio Grande de São Pedro consolidavam-se de maneira irreversível, deslocando o eixo de ocupação da região e ameaçando a estabilidade das missões. A caracterização dos primeiros gaúchos como "vagabundos" que infestavam as estâncias e auxiliavam os portugueses a roubar gado reflete o desprezo dos missionários por esses homens, mas também o modo como a mobilidade desses grupos os tornava peças estratégicas na expansão portuguesa. O desenvolvimento do Rio Grande de São Pedro se dava, portanto, por meio de políticas oficiais da Coroa, e pelo entrecruzamento de agentes autônomos que transitavam entre legalidade e ilegalidade, moldando uma economia pecuária baseada no contrabando e nas alianças com os lusitanos.

A chegada dos primeiros casais açorianos a Santa Catarina, entre 1744 e 1749 insere-se nesse processo mais amplo de ocupação planejada e, ao mesmo tempo, camuflada por um jogo estratégico de desinformação. Os documentos apontam que os portugueses, em uma tentativa de despistar os espanhóis, disseminavam em Buenos Aires a notícia de que a migração açoriana visava ocupar o Alto Paraguai, uma artimanha que sugeria uma ameaça direta a Assunção, desviando as atenções do real intento de se fortalecerem os núcleos meridionais. Esse tipo de expediente revela a dimensão tática da disputa territorial, em que a circulação de informações – e desinformações – fazia parte da guerra diplomática travada no sul do continente. Por sua vez, os espanhóis, cientes da necessidade de monitorar os movimentos lusitanos, conseguiram infiltrar um espião no Rio Grande de São Pedro, cujo relatório, presente nos documentos da coleção, constitui uma peça

⁶⁹ QUARLERI, Op. Cit., p. 180.

fundamental para se compreender o grau de vigilância e suspeita entre as duas coroas. Assim, esse conjunto de textos selecionados por Cortesão evidencia o avanço concreto da ocupação portuguesa, bem como os mecanismos de inteligência e contra-inteligência permeando as disputas fronteiriças, num contexto em que a guerra pela posse territorial era travada nas estâncias e missões, bem como nas sombras dos corredores do poder ibérico⁷⁰.

Cortesão utiliza dois documentos no parágrafo acima, um procedimento recorrente ao longo dos volumes de sua obra sobre a coleção, nos quais o historiador português seleciona e articula fontes para evidenciar os elementos que considera cruciais na construção de uma narrativa histórica. Esse movimento não se limita a uma mera compilação documental, mas reflete uma escolha que orienta a leitura dos eventos, enfatizando certas dinâmicas e agentes em detrimento de outros. Ao entrelaçar diferentes registros, Cortesão organiza o material disponível e confere coerência a uma história que, segundo sua perspectiva, se desenrola a partir de conflitos, alianças e disputas territoriais.

O primeiro documento deste último volume trata de uma carta escrita por um missionário jesuíta ao rei da Espanha por volta de 1744, na qual ele desaconselha a fundação de uma povoação espanhola com uma fortaleza em território das missões, pois tal medida seria desnecessária. O autor da carta enfatiza que, ao longo de mais de 130 anos, os missionários viveram entre os indígenas Guarani sem jamais enfrentarem levantes significativos, o que, segundo ele, demonstra a fidelidade e submissão desses povos à Coroa espanhola. Além disso, os indígenas das reduções são apresentados como elementos fundamentais na defesa das possessões espanholas contra os avanços portugueses e os ataques dos chamados "mamalucos" do Brasil. O documento destaca o papel dos Guarani como soldados presidiários a serviço da monarquia espanhola, sendo frequentemente mobilizados para combater tanto os portugueses que tentavam avançar sobre territórios castelhanos, quanto os indígenas não reduzidos, como os Abipones.

O missionário, ao argumentar contra a construção de uma nova povoação e fortificação, reforça a ideia de que os Guarani, devidamente organizados nas reduções, já desempenham um papel eficiente na contenção dos avanços lusitanos e na defesa do

⁷⁰ CORTESÃO, Jaime (org.). *Coleção De Angelis: Tratado de Madri: antecedentes, Colônia do Sacramento*, Op. Cit., p. 10-11.

domínio espanhol. No entanto, ele alerta para os perigos representados pelos portugueses no Rio Grande e pela colaboração de “vagabundos” que auxiliam os lusitanos, revelando caminhos e fornecendo gado roubado. Esse aspecto demonstra uma preocupação com a integridade territorial da monarquia espanhola e com a estabilidade das próprias reduções jesuíticas, que poderiam ser ameaçadas caso os portugueses lograssem expandir suas influências sobre os territórios platinos⁷¹.

Já o segundo documento é um relatório enviado por Francisco de Gorriti em 1749, fornecendo um detalhado panorama da situação demográfica, militar e econômica do Rio Grande de São Pedro sob domínio português, revelando um território ainda em formação, mas já inserido em complexas dinâmicas de ocupação e defesa. As respostas ao questionário delineiam um espaço de colonização incipiente, onde a presença lusa era sustentada por uma estrutura militar frágil, composta por pequenas guarnições, fortificações rudimentares e um contingente modesto de soldados. A expectativa de chegada de novos colonos reforça o caráter estratégico do povoamento, essencial para consolidar o domínio português na região e estabelecer um contrapeso às investidas espanholas. Além disso, a menção ao governo sobre os indígenas Minuanes, deslocados dos campos de Montevideu e integrados à tutela portuguesa, evidencia uma política de assimilação forçada que visava garantir mão de obra e fortalecer a presença lusa em áreas contestadas. O controle do gado e dos cavalos aparece como elemento crucial na manutenção da economia local e no abastecimento das tropas, demonstrando que a pecuária era uma atividade econômica e um fator de resistência e estabilidade territorial. A precariedade dos armazéns de pólvora e munição, aliada à dispersão das forças militares, sugere que os portugueses estavam cientes da vulnerabilidade de sua posição, tornando ainda mais evidente a necessidade de reforço populacional e militar para assegurar a posse da região⁷².

Em última instância, esses papéis refletem a crescente tensão na região do Prata e as disputas territoriais que se intensificariam nas décadas seguintes, culminando em conflitos mais amplos, como os relacionados à implementação do Tratado de Madri. Além disso, ao apresentar os indígenas das reduções como fiéis súditos e defensores da Coroa espanhola, os jesuítas buscavam reforçar sua posição de mediadores privilegiados

⁷¹ Idem, p. 343-345.

⁷² Idem, p. 366-368.

entre os indígenas e a monarquia, garantindo sua permanência e influência sobre o território. Os documentos, portanto, inserem-se em uma dinâmica maior de resistência dos missionários contra a crescente pressão política e militar que ameaçava as missões no século XVIII, fazendo o movimento pretendido por Cortesão, de construir os antecedentes do Tratado de Madri.

No volume seguinte, Jaime Cortesão segue contextualizando os antecedentes do referido acordo, algo novamente evidenciado no próprio título *Antecedentes do Tratado de Madri: jesuítas e bandeirantes no Paraguai (1703-1751)*. Na introdução, como de praxe, Cortesão amplia sua abordagem, deslocando o foco das disputas territoriais até então restritas aos atuais estados brasileiros para uma perspectiva mais abrangente, que abarca os territórios do Paraguai, Uruguai, Argentina e Bolívia. A mudança de escala reflete o alargamento do escopo documental e a necessidade de compreender a questão das fronteiras em um contexto mais amplo, no qual os limites coloniais estavam em processo de definição. O título escolhido evidencia o papel central dessa região na construção das soberanias ibéricas no sul da América. A disputa entre missionários e bandeirantes, que em volumes anteriores aparecia como um embate localizado, aqui se revela parte de um conflito maior, em que as missões jesuíticas, além de centros de catequese e produção econômica, eram também peças-chave no tabuleiro da geopolítica colonial. A presença portuguesa, muitas vezes representada pelas incursões bandeirantes, não se restringia ao território que viria a se tornar o Brasil, mas expandia-se pelas bacias do Paraná e do Uruguai, contestando as tentativas espanholas de controle sobre essas regiões. Dessa forma, o volume reforça a importância estratégica do Paraguai como ponto de interseção entre diferentes projetos de ocupação e dominação, e também permite vislumbrar a complexidade das relações entre os diversos agentes envolvidos, cujas ambições e interesses se entrelaçavam, configurando um cenário de conflitos e negociações até o referido tratado⁷³. Este volume divide-se nas seguintes seções, compostas por 51 documentos:

I — As expedições dos jesuítas e os bandeirantes;

⁷³ CORTESÃO, Jaime (org.). *Coleção De Angelis: Tratado de Madri: antecedentes, jesuítas e bandeirantes no Paraguai (1703-1751)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, p. 3.

II — As missões dos Chiquito e dos Moxo e os bandeirantes:

III — As missões do Paraguai e os bandeirantes:

IV — Relações entre o Estado espanhol e os portugueses.

Cortesão posiciona sua análise em um ponto estratégico de observação, a partir do qual se pode contemplar as origens da delimitação das fronteiras brasileiras em relação a quatro países sul-americanos. Ao relatar os embates entre jesuítas e bandeirantes, o historiador enfatiza a habilidade política e a visão estratégica dos missionários na defesa da soberania espanhola, não sem antes apontar o que considera uma sistemática distorção dos fatos em suas narrativas. A forma como Cortesão constrói esse argumento sugere uma tentativa de equilibrar o julgamento histórico, atenuando a imagem dos bandeirantes, frequentemente apresentados como meros predadores de indígenas nas versões jesuíticas. Sua postura evidencia um esforço deliberado de reabilitação desses agentes coloniais, cuja atuação, segundo ele, teria sido alvo de uma animosidade carregada de intenções políticas por parte dos missionários. A menção ao assassinato do padre Alonso Arias, relatado no documento inicial do volume, reforça essa investida, pois Cortesão questiona a veracidade do relato missionário e o contrapõe a testemunhos contemporâneos que, segundo ele, desmentiriam a versão propagada pelos jesuítas, reconhecendo nos bandeirantes um papel fundamental na expansão territorial luso-brasileira⁷⁴.

Dessa forma o compilador constrói uma narrativa em torno de um suposto antagonismo entre os missionários jesuítas e os portugueses, destacando aquilo que considera uma animosidade persistente dos primeiros contra os segundos. Para Cortesão, a Companhia de Jesus não apenas se opunha à presença luso-brasileira, mas mobilizava ativamente os indígenas como instrumentos dessa resistência, o que, na visão do historiador, deslegitimaria qualquer pretensão de neutralidade por parte dos missionários. A maneira como Jaime Cortesão estrutura esse argumento revela sua tentativa de inverter o eixo das acusações: se os bandeirantes foram historicamente acusados de práticas violentas e predatórias, o historiador sugere que os jesuítas também recorreram a expedientes semelhantes, valendo-se dos índios como peças estratégicas no tabuleiro das disputas territoriais. A narrativa então assume um tom além da simples reconstituição documental,

⁷⁴ Idem, p. 3-4.

transformando-se num exercício de reavaliação histórica em que os bandeirantes, antes vistos como predadores implacáveis, aparecem como vítimas de uma propaganda adversária bem articulada. Ao enfatizar as ambiguidades nas ordens dos governadores de Buenos Aires e a fluidez das alianças entre colonos espanhóis e portugueses, Cortesão reforça a ideia de que a oposição jesuítica não era somente uma questão de princípios religiosos, mas uma estratégia política ativa para conter a presença luso-brasileira na região platina⁷⁵.

Após contextualizar o famigerado tratado, Cortesão organiza e edita mais documentos da coleção De Angelis. O último volume intitula-se *Do Tratado de Madri à conquista dos Sete Povos (1750-1802)* e assim se divide:

- I — Informações geográficas, etnográficas e políticas;
- II — A execução do Tratado de Madri e a Guerra dos Sete Povos;
- III — Tratado do Pardo e Guerra do Pacto de Família;
- IV — Antecedentes e consequências do Tratado de Santo Ildefonso;
- V — A conquista dos Sete Povos.

Cortesão encerra seu grande projeto editorial reafirmando a centralidade dos documentos na reconstituição de um processo histórico que, segundo ele, culmina na afirmação definitiva da presença luso-brasileira na região platina. Ao estruturar sua narrativa, ele busca conferir organicidade a eventos dispersos no tempo e no espaço, desde as incursões dos bandeirantes no Guairá, em 1627, até a incorporação dos Sete Povos das Missões. O fio condutor que amarra essa trajetória, na visão do historiador, é o confronto contínuo entre forças luso-brasileiras e os obstáculos impostos pelos missionários jesuítas e pelos tratados diplomáticos hispano-portugueses. Para Cortesão, a coleção De Angelis oferece novas fontes que permitem um entendimento mais preciso desses eventos, e uma releitura

⁷⁵ CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, Op. Cit., p. 38-39. Ver também QUARLERI, Op. Cit., p. 75.

que desafia versões anteriores da historiografia, especialmente as que enfatizavam exclusivamente a violência bandeirante sem considerar os aspectos políticos e estratégicos subjacentes à ocupação territorial⁷⁶.

O sétimo volume sobre a coleção De Angelis, organizado por Cortesão, apresenta uma estrutura documental que, embora fragmentada, busca reconstruir a complexidade dos eventos que antecederam e sucederam o Tratado de Madri, culminando na conquista dos Sete Povos. A primeira parte concentra-se em descrições geográficas e etnográficas de grande valor para se compreender a ocupação e a cultura indígena no interior da América do Sul, destacando a importância dos relatos missionários para o conhecimento das dinâmicas locais. Já na segunda parte, o volume aborda o comércio de contrabando no Rio da Prata e as políticas restritivas impostas pela Espanha após a assinatura do Tratado de Madri, revelando as disputas persistentes nos bastidores diplomáticos. A terceira seção volta-se para os desdobramentos do Tratado do Pardo e da Guerra do Pacto de Família, evidenciando a profundidade da penetração luso-brasileira nas áreas de fronteira e os esforços espanhóis para contê-la. Na quarta parte, as tensões acentuam-se com a expulsão dos jesuítas do Rio da Prata e o protagonismo de figuras como Bucarelli y Ursua e Pedro Cevallos, que conduziram as ações militares e diplomáticas da Coroa espanhola na região. Por fim, a última seção trata diretamente das causas e desdobramentos da conquista dos Sete Povos, destacando as rivalidades entre portugueses e espanhóis na delimitação dos limites territoriais. Esse conjunto documental reafirma a proposta de Cortesão de interpretar a formação das fronteiras sul-americanas como um longo processo de disputas, marcado por avanços militares e negociações políticas⁷⁷.

Este volume final sobre a coleção Pedro de Angelis coroa a narrativa de um processo expansivo iniciado em 1627, quando Raposo Tavares, à frente da primeira bandeira ao Guairá, enfrentou a resistência indígena armada pelos jesuítas — um prelúdio de tensões que marcariam a retirada missionária e o avanço bandeirante rumo ao Itatim, ao Tape e, em sua audácia desmedida, até o Madeira e o delta amazônico. Esse movimento, cristalizado pela fundação da Colônia do Sacramento e brevemente legitimado pelo Tratado de Madri, desdobrou-se em um tabuleiro de disputas ibéricas, onde os espanhóis,

⁷⁶ CORTESÃO, Jaime (org.). *Coleção De Angelis: do tratado de Madri: à conquista dos Sete Povos (1750-1802)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969, p. 7-8.

⁷⁷ Idem, p. 8-11.

sob a égide da Guerra do Pacto de Família e do Tratado de Santo Ildefonso, buscaram conter a voracidade luso-brasileira, culminando na conquista dos Sete Povos. Nesse cenário, a coleção se erige como um arquivo vivo, desvendando fontes que recalibram a compreensão desse arco histórico decisivo para o Brasil. Entre os documentos, destaca-se a memória de D. Félix de Azara, cuja edição de 1847, publicada por Agustín de Azara como parte das *Memorias sobre el estado rural del Río de la Plata en 1805*, revelou-se falha ao cotejo com o manuscrito original aqui preservado. Corrigidos os equívocos, o texto emerge como um testemunho das tensões fronteiriças entre Uruguai e Brasil, uma janela para as estratégias coloniais de defesa e delimitação, revelando, em sua dupla versão, a complexidade das relações geopolíticas sul-americanas no ocaso do século XVIII⁷⁸.

Logo, este volume, ao entrelaçar o ímpeto bandeirante iniciado por Raposo Tavares com as intrincadas negociações que atravessaram tais tratados, consagra-se como um espelho idealizado da formação geopolítica sul-americana. Mais que um repositório de fontes, ele desvela um mosaico de tensões — do confronto com indígenas armados por jesuítas às manobras espanholas contra a penetração luso-brasileira, intensificadas pela expulsão missionária e pelas estratégias de figuras como Bucarelli e Cevallos. Documentos como a memória de D. Félix de Azara, revisitada e corrigida, iluminam as frágeis linhas de defesa e contrabando que moldaram o Prata, enquanto relatos etnográficos e geográficos aprofundam a compreensão das culturas interioranas diante da voragem colonial. Assim, sob a curadoria de Cortesão, a coleção transcende a mera crônica de limites, oferecendo uma lente sofisticada e parcial para as rivalidades ibéricas e os legados duradouros de um continente forjado em avanços e resistências.

⁷⁸ Idem, p. 7-8.

Conclusão

A coleção Pedro de Angelis, ao longo de sua trajetória, testemunhou transformações, sendo constantemente reinventada como objeto de acesso e explicação em diferentes épocas. Um marco significativo nesse processo foi o projeto de digitalização e compartilhamento de acervos entre Brasil e Argentina, iniciado em 2008 por meio de um acordo entre a Fundação Biblioteca Nacional do Brasil e a Biblioteca Nacional da Argentina. A proposta visava disponibilizar on-line as obras escritas, editadas e colecionadas pelo erudito napolitano, criando uma base de dados comum que permitisse o acesso global a jornais, trabalhos de autoria de De Angelis e boa parte dos documentos reunidos por ele em Buenos Aires entre as décadas de 1830 e 1850⁷⁹. Lançada em 2011 como "Biblioteca Virtual Pedro de Angelis", essa iniciativa transformaria o colecionador e sua obra em objeto e objetivo de um repositório digital, refletindo um esforço conjunto para democratizar o acesso a um patrimônio cultural sul-americano. Gestores brasileiros, ao celebrarem o acordo, reconheciam uma "dívida" histórica com a Argentina pela posse da coleção desde 1853, sugerindo que a digitalização era uma forma de "devolvê-la" simbolicamente à sua nação de origem. Assim, o que outrora era privado e restrito, depois público, mas confinado entre paredes, tornar-se-ia acessível a qualquer um com conexão à internet, reconfigurando os limites da circulação documental e posicionando a coleção como herança compartilhada⁸⁰. Ao que parece, esse projeto no presente carece de continuidade.

No entanto, essa transição para o meio digital levanta questões cruciais sobre a natureza dos documentos em suas diferentes formas. Cópias digitais, embora práticas e amplamente disponíveis, não são equivalentes aos documentos originais, assim como os impressos jamais reproduzem fielmente a essência dos manuscritos. A materialidade de um manuscrito — sua caligrafia, textura do papel, marcas de uso — carrega significados que se perdem na uniformidade de uma tela, enquanto impressos, como os catálogos de De Angelis, já representam uma primeira camada de edição e seleção que distancia o leitor dos textos originais. Essa distinção não é meramente técnica, mas afeta diretamente

⁷⁹ SCHELL, Deise Cristina. A trajetória da Coleção De Angelis: do “comércio da história” à Biblioteca Nacional, in JUVÊNCIO, Carlos Henrique & CALDEIRA, Ana Paula Sampaio (org.). *A Biblioteca Nacional: instituição, coleções e imaginário social*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024, p. 154-153.

⁸⁰ Idem, p. 179-181.

a compreensão histórica, pois as formas textuais moldam os sentidos que delas emergem. A facilidade de acesso proporcionada pela digitalização, embora revolucionária e imensamente útil, não substitui a experiência direta com os originais, nem elimina as transformações que ocorrem em cada etapa de reprodução, seja pela mão de um amanuense no século XIX ou por um scanner no século XXI. A história dos textos, portanto, não pode ser dissociada das condições materiais de sua produção, transmissão e consumo, um aspecto frequentemente negligenciado em abordagens que priorizam o conteúdo sobre a forma⁸¹.

Essa relação entre forma e significado ressoa em reflexões que destacam a precariedade de leituras restritas a conteúdos intratextuais e a necessidade de uma abordagem também mais sociológica para compreender os documentos históricos. A escrita, em tempos de avanços tecnológicos, trouxe uma fluidez que desafia os consensos de outrora sobre edições impressas definitivas de textos pretéritos, aproximando-nos de uma condição quase oral, na qual os textos se multiplicam e se transformam incessantemente. Para além disso, a análise de fontes históricas exige atenção não apenas às mensagens escritas ou visuais, mas também à configuração das páginas, aos tipos gráficos e à materialidade dos suportes — sejam mapas, impressos ou manuscritos. Tal perspectiva reconhece que os textos, em suas diversas formas de comunicação (verbal, visual, numérica), são produtos de interações humanas que refletem os contextos de sua criação e uso⁸².

Paradoxalmente, no caso desta pesquisa sobre a coleção Pedro de Angelis, conduzida em grande maioria a partir de digitalizações de catálogos e listas consultadas on-line, o meio virtual possibilitou captar as nuances de um acervo que transitou entre diferentes suportes e apropriações. A possibilidade de empregar diversos métodos e perspectivas ao lidar com esse conjunto — da história social à cultura escrita — revelou a complexidade das questões em jogo, evidenciando que a compreensão histórica depende do exame morfológico dos objetos, de sua reunião e organização, bem como da inserção desses em narrativas mais amplas conforme os respectivos contextos.

⁸¹ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Ler e compreender em revista Pesquisa histórica, cópias digitais e documentos da Época Moderna no Brasil atual. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.36, n. 3, p. 1-21, set./dez. 2023, p. 5-7. Disponível em: [Vista do Ler e compreender em revista](#) Acesso em: 21/03/2025.

⁸² MCKENZIE, Donald F. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018, p. 12-28.

Essa complexidade, porém, nem sempre é plenamente reconhecida por pesquisadores contemporâneos, que frequentemente confundem cópias digitais, impressos e manuscritos, condicionando leituras pouco atentas às diferenças entre essas formas textuais. A facilidade de se descarregar um arquivo em PDF pode obscurecer o fato de que ele é uma representação mediada, distante da experiência sensorial e contextual dos originais hoje guardados na Biblioteca Nacional, por exemplo. Da mesma forma, os impressos de De Angelis, bem como os seis tomos da *Colección*, ou seu catálogo de venda oferecido ao império brasileiro, carregam escolhas editoriais que apresentam leituras sobre os manuscritos de origem, enquanto as versões digitais adicionam aos impressos do século XIX outra camada de filtragem tecnológica, condicionando novas apropriações. Essa falta de consciência sobre as implicações das formas textuais pode levar a explicações que negligenciam as intenções e os processos embutidos em cada suporte, reduzindo os documentos a meros meios de informação. O risco é ainda mais evidente em um cenário onde a acessibilidade digital, embora valiosa, tende a homogeneizar a percepção do passado, apagando as especificidades que diferenciam um manuscrito único de uma cópia replicável indefinidamente.

Esta dissertação procurou enfatizar os diferentes momentos de montagem e apropriação da coleção Pedro de Angelis, iluminando suas relações com os respectivos contextos que com ela lidaram ao longo do tempo. Vimos como os documentos foram organizados por De Angelis para legitimar a posse territorial platina sob o regime rosista, funcionando como instrumentos de uma memória alinhada aos interesses de poder da época. Depois examinamos a venda da coleção ao Império do Brasil e sua ressignificação pelos Saquaremas, que a reinterpretaram para sustentar projetos de soberania nacional em um contexto de consolidação imperial. Por fim, exploramos a recepção do grande acervo sob a curadoria de Jaime Cortesão, que o mobilizou para construir uma narrativa nacionalista de expansão territorial contínua, alinhada ao ideário de um Estado republicano forte. Em cada um desses momentos, a coleção revelou-se ser muito mais que um conjunto de papéis: ela foi um constructo dinâmico, cujos significados se renovaram em diálogo com demandas políticas, culturais e até identitárias de cada momento vivido. Vista dessa forma, ela desafia-nos a considerar não apenas o que dizem os documentos, mas como e porque foram lidos. Papéis além do tempo.

Fontes e bibliografia

Fontes

ANGELIS, Pedro de. *Colección de obras y documentos relativos a la historia moderna y antigua de las Provincias del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1835-1839. 6 tomos.

_____ *Colección de obras impresas y manuscritas que tratan principalmente del Rio de la Plata*. Buenos Aires, 1853

CORTESÃO, Jaime. (org.). *Coleção De Angelis: Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

_____ *Coleção De Angelis: do Tratado de Madri à conquista dos Sete Povos (1750-1802)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

_____ *Coleção De Angelis: Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.

_____ *Coleção De Angelis: Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

_____ *Coleção De Angelis: Jesuítas e bandeirantes no Uruguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.

_____ *Coleção De Angelis: Tratado de Madri: antecedentes, Colônia do Sacramento (1669-1749)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954.

_____ *Coleção De Angelis: Antecedentes do Tratado de Madri. Jesuítas e bandeirantes no Paraguai (1703-1751)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Vanessa da Silva. *Alexandre de Gusmão: formação e trajetória (1695-1753)*. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ÁLVAREZ-OSSORIO ALVARIÑO, Antonio et al. (orgs.). *Vidas fallidas: aproximaciones al concepto de éxito y fracaso individual en la modernidad*. Mar del Plata: EUDEM, 2023.

AMADO PEIXOTO, Renato. Moldando o corpo do Brasil: Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio, a representação de Gusmão e o metajogo na região do Prata. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 22, p. 59-78, dezembro 2016.

AMADO PEIXOTO, Renato. O modelo e o retrato: Jaime Cortesão, a ‘História da Formação Territorial do Brasil’ e sua articulação com a ‘História da Cartografia brasileira’. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 19, p. 46-65, dezembro 2015.

BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. *O Império do Brasil e a política de intervenção no Rio da Prata*. Brasília: FUNAG, 2018.

BITTENCOURT, Feijó. *Quem escreveu e como escreveu acerca do Barão de Rio Branco*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 187. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

BONAUDO, Marta (org.). *Nueva Historia Argentina: Liberalismo, Estado y ordem burguês (1852-1880)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1999.

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de (org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Perfis brasileiros: D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasilica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil, composta e dedicada a Sua Majestade fidelíssima por um presbítero secular do Gram Priorado do Crato*. Tomo I. Rio de Janeiro, 1817. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg27882/drg27882.pdf
f.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *El mundo como representación. Estudios sobre historia cultural*. Barcelona: Gedisa, 1992.

CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Paris-Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1922.

CORTESÃO, Jaime. *A história da colonização portuguesa no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2022.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*. Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial/Brasília: FUNAG, 2006.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2009, 2 v. - Obras Completas de Jaime Cortesão, v. II.

CORTESÃO, Jaime. *Introdução à história das bandeiras*. O Estado de São Paulo, 03 set. 1947.

CORTESÃO, Jaime. *Teoria geral dos descobrimentos portugueses: A geografia e economia da Restauração*. In: *Cadernos da Seara Nova*. Lisboa: Seara Nova, 1940.

CRESPO, Horacio. El erudito coleccionista y los Orígenes del americanismo, in: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *História de los intelectuales en América Latina*. Madrid: Katz Editores, 2008.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente, 1300-1800. Uma cidade sitiada*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

DÍAZ MOLANO, Elías. *Vida y obra de Pedro de Angelis*. Buenos Aires: Librería y Editorial Colmegna, 1968.

DONGHI, Tulio Halperin. *Uma nação para o deserto argentino*. Tradução de Gênese Andrade. São Paulo: USP, 2023.

DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.

ECHEVERRÍA, Esteban. *Cartas a don Pedro de Ángelis, editor del Archivo Americano*. In: _____. *Dogma Socialista y otras páginas políticas*. Buenos Aires: Ediciones Estrada, 1948.

- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FRADKIN, Raúl O. *Juan Manuel de Rosas: La construcción de un liderazgo político*. Buenos Aires: Edhasa, 2015.
- FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Com a palavra o Visconde de Rio Branco. A política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: FUNAG, 2005.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOLDMAN, Noemí (org.). *Nueva Historia Argentina: Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.
- GRINBERG, Keila. Paulino José Soares de Souza, in: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria P. Jaime Cortesão (1884-1960). *Revista Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 22, p. 317-322, dezembro 2006.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Tradução de Marcos Santarrita, 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sergio B. de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- KANTOR, Iris. A negociação das fronteiras: mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional do anno de 1749, in: DORÉ, Andréa & FURTADO, Junia Ferreira (orgs.). *História do Brasil em 25 mapas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos das informações toponímicas (1750-1850). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 39-61, dezembro 2009.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos, in: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Intersecciones*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos, in: PALTÍ, Elías José (org.). *“Giro lingüístico” e historia intelectual*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, in: Ruggiero Romano (org.). *Enciclopédia Einaudi. Memória-História*. Tradução de Suzana Ferreira Borges. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- LISBOA, José da Silva (Visconde de Cayrú). *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil, dedicada ao Senhor D. Pedro I*. Parte X. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or58737/or58737.pdf.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL, 1987.
- MCKENZIE, Donald F. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Ler e compreender em revista Pesquisa histórica, cópias digitais e documentos da Época Moderna no Brasil atual. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.36, n. 3, p. 1-21, set./dez. 2023, p. 5-7.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes; CALDEIRA, Ana Paula Sampaio Caldeira. A ordem do tempo: folhetos na coleção Barbosa Machado. *Topoi*, v. 8, n. 14, p. 77-113, jan.-jun. 2007.
- MYERS, Jorge. Las formas complejas de poder, in: GOLDMAN & SALVATORE (orgs.). *Caudillismos Rioplatenses. Nuevas miradas en un viejo problemas*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.
- MYERS, Jorge. *Orden y virtud. El discurso republicano en el régimen rosista*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.
- NORONHA, Rodrigo. Do vitupério ao reconhecimento: a trajetória de Pedro de Angelis por sua coleção. STUMPF, Roberta et al. (orgs.). *Resistências e [in]sucessos nos impérios ibéricos. Séculos XVI-XIX*. Lisboa: Autónoma Edições, 2024.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de. Jaime Cortesão no Itamaraty: os cursos de História da Cartografia e da formação territorial do Brasil de 1944-1950. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 18, n. 463, p. 1-18, janeiro 2014.

- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu, in: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: ABL, 2008 (Coleção Afrânio Peixoto; n.º 81).
- PEIXOTO, Luiz D'Alvarenga. *O visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1871.
- PEIXOTO, Renato Amado. Moldando o corpo do Brasil: Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio, a representação de Gusmão e o metajogo na região do Prata. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 22, p. 59-78, dezembro 2016.
- PEREIRA, Paulo Henrique Rodrigues. A biblioteca pessoal do visconde de Rio Branco: fluxo de ideias na política imperial. *Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA*, Salvador, v. 16, nº 3, p. 467-482, dez. 2022.
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.
- PIMENTA, João Paulo G. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. Sérgio Miceli (org.); Tradução Fábio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2003.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrabel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção, in: *Enciclopédia Einaudi*. Vol 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.
- POMIAN, Krzysztof. *Collectors and curiosities: Paris and Venice 1500-1800*. Translated by Elizabeth Wiles-Portier. Polity Press, 1990.
- PORTO, Aurélio. *História das missões orientais do Uruguai*. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.
- QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: Guaraníes, jesuítas e imperios coloniales*. 1ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- RIBEIRO, David William A. *Cartografia das relações: as condições da produção intelectual e os percursos da escrita histórica de Jaime Cortesão no Brasil (1940-1957)*. Dissertação de mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

- RIBEIRO, David W. Aparecido. Jaime Cortesão e o Brasil: Exílio, relações sociais e condições da produção intelectual. *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 2013.
- RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Tradução de F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- RICOEUR, Paul. *Percurso do Reconhecimento*. Tradução de Nicolás Campanário. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 2006.
- SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie: Civilização e barbárie. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- SABOR, Josefa Emilia. *Pedro de Angelis y los orígenes de la bibliografía argentina: ensayo bio-bibliográfico*. Buenos Aires: Solar, 1995.
- SALVATORE, Ricardo. Fiestas Federales: Representaciones de la República en la Buenos Aires rosista, in: *Entre pasados. Revista de Historia*. Edição 11, 1998.
- SCHELL, Deise Cristina. *Entre coleções e arquivos: Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais (Buenos Aires 1835-1852)*. Tese de doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- SCHELL, Deise Cristina. A trajetória da Coleção De Angelis: do “comércio da história” à Biblioteca Nacional. JUVÊNCIO, Carlos Henrique & CALDEIRA, Ana Paula Sampaio (orgs.). *A Biblioteca Nacional: instituição, coleções e imaginário social*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024.
- SCHEIDT, Eduardo. *Carbonários no Rio da Prata. Jornalistas italianos e a circulação de ideias na Região Platina (1827-1860)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- SILVEIRA, Fabrício J. Nascimento & MOURA, Maria Aparecida. A estética da recepção e as práticas de leitura do bibliotecário-indexador. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 1, p. 127, 2007.
- SKINNER, Quentin. *Visões da política: Sobre os métodos históricos*. Coleção Memória e Sociedade. CURTO, Diogo R. (coord.). DIFEL, 2005.
- SONTAG, Susan. *O amante do vulcão*. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 77.
- SOUZA, José Antônio Soares de. A vida do visconde do Uruguai: Paulino José Soares de Souza (1807-1866). Brasília: FUNAG, 2021.
- SOUZA, José Antônio Soares de. Como se adquiriu a livraria de Pedro de Angelis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 192, 1946.

- TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina (1806-1852)*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.
- TORRES, Miguel Gustavo de Paiva. *O visconde de Uruguai e sua ação diplomática para a consolidação da política externa do império*. Brasília: FUNAG, 2011.
- TAUNAY, Afonso d'Escragolle. *O visconde do Rio Branco: esboço biográfico*. Biblioteca do Senado Federal. Rio de Janeiro, 1884.
- Tratado provisional celebrado em Lisboa a 7 de mayo de 1681. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 352. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1986.
- URUGUAI, Visconde do. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862.
- VARGAS, Anderson Zalewski. As recepções e as conformações de passado e presente. *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 2, p. 7-17, 10-11, 2019.
- VIANNA, Hélio (org.). *Coleção De Angelis: jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.
- VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y la Polis. Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Teseo, 2008.
- WEINBERG, Felix. El periodismo en la época de Rosas. *Revista de História*, nº 2, Buenos Aires, 1957.
- WEINBERG, Felix. *El Salón Literario de 1837*. Buenos Aires: Hachette, 1977.